

Execução:



Rede de Pesquisa:



RELATÓRIO DA PESQUISA AVALIATIVA DOS ARRANJOS TERRITORIAIS POSSIBILITADORES DA QUALIFICAÇÃO DO TURISMO NACIONAL

PRODUTO 01

Brasília
2017

EQUIPE TÉCNICA

Prof^a. Dr^a. Marutschka Martini Moesch

Coordenação Geral do Projeto

Prof. Dr. Luiz Carlos Spiller Pena (Gestor substituto do TED 002/2015)

Coordenação dos Núcleos Regionais de Pesquisa

Prof. Dr. João Paulo Faria Tasso

Coordenação do Núcleo de Pesquisa Documental

Pesquisadoras:

M.a. Adriana Monteiro da Silva

M.a. Camila Luísa Mumbach da Silva

M.a. Fernanda Matos Parente

M.a. Mariana Tomazin

**REDE DE PESQUISA – COLABORADORES DA PESQUISA AVALIATIVA
DOS ARRANJOS TERRITORIAIS POSSIBILITADORES DA QUALIFICAÇÃO
DO TURISMO NACIONAL**

Coordenação Geral do Projeto

Prof^a. Dr^a. Marutschka Martini Moesch

Coordenação dos Núcleos Regionais de Pesquisa

Prof. Dr. Luiz Carlos Spiller Pena

Coordenação do Núcleo de Pesquisa Documental

Prof. Dr. João Paulo Faria Tasso

Coordenação da Pesquisa Quantitativa

Prof. Dr. José Aroudo Mota

Equipe da Pesquisa Quantitativa

M.a. Lívia Barros Wiesinieski

Mestranda Andrea Brito Theorga

Mestranda Kézya Silva Coelho Lima

Mestrando Thiago Carvalho

Graduando Leonam Israel Assunção Vianna

Graduando Rodrigo de Souza Barros

Coordenação da Pesquisa Qualitativa

Prof^a. Dr^a. Marutschka Moesch

Equipe da Pesquisa Qualitativa

M.a. Ana Rosa dos Santos

Mestranda Adriana Monteiro da Silva

Mestranda Ana Paula da Silva Rebelo

Mestranda Camila Luísa Mumbach da Silva

Mestranda Leonor Andreia da Silva Ribeiro

Mestranda Mariana Tomazin

Mestranda Fernanda Parente

Graduanda Barbara Nascimento Rodrigues

Coordenação Núcleo de Comunicação e Sistematização

Prof. Dr. Carlos Mário Beni

Equipe de Comunicação e Sistematização

M.a. Alessandra dos Santos dos Santos

Mestranda Natanry Fernanda Queiroz Dias Rosa

Graduanda Lais Mello Gomes

Coordenação de Pesquisa de Campo - Centro-Oeste

Prof. Dr. Luiz Carlos Spiller Pena

Equipe de Pesquisa de Campo - Centro-Oeste

Mestranda Kézya Silva Coelho Lima

Mestrando Thiago Carvalho

Coordenação de Pesquisa de Campo – Norte

Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo

Equipe de Pesquisa de Campo – Norte

Doutoranda Ana Claudia dos Santos Silva

Doutoranda Silvia Laura Costa Cardoso

Mestranda Ana Paula da Silva Rebelo

Coordenação de Pesquisa de Campo - Nordeste 01

Prof. Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega

Equipe de Pesquisa de Campo - Nordeste 01

Doutoranda Sinthya Pinheiro Costa

Mestranda Isabella Ludimilla Barbosa do Nascimento

Mestranda Itamara Lúcia da Fonseca

Coordenação de Pesquisa de Campo - Nordeste 02

Prof. Dr. Biagio Mauricio Avena

Equipe de Pesquisa de Campo - Nordeste 02

Doutorando Heitor Ferrari Marback

Mestranda Paula Mara Messias Costa

Graduanda Milícia Angélica Portugal B. dos Santos

Coordenação de Pesquisa de Campo - Nordeste 03

Prof. Dr. João Paulo Faria Tasso

Equipe de Pesquisa de Campo - Nordeste 03

Mestranda Adriana Monteiro da Silva

Coordenação de Pesquisa de Campo - Sudeste 01

Prof. Dr. Luiz Gonzaga Godoi Trigo

Equipe de Pesquisa de Campo - Sudeste 01

Mestrando Wallace Bezzerra Farias

Mestrando Eriberto do Nascimento Sousa

Coordenação de Pesquisa de Campo - Sudeste 02

Prof. Dr. Aguinaldo Cesar Fratucci

Equipe de Pesquisa de Campo - Sudeste 02

Mestranda Natasha Ribeiro Bantim Durães

Mestrando Rafael Melo Pereira

Coordenação de Pesquisa de Campo - Sudeste 03

Prof^a. M.a. Ana Rosa dos Santos

Prof. Dr. Neio Lúcio Campos

Equipe de Pesquisa de Campo – Sudeste 03

Mestranda Mariana Tomazin

Coordenação de Pesquisa de Campo - Sudeste 04

Prof. Dr. Rodrigo Meira Martoni

Equipe de Pesquisa de Campo - Sudeste 04

Mestrando Raphael Antunes do Amaral Santos

Graduanda Bruna Aparecida Viola da Silva

Graduanda Jennifer Carneiro Borges

Coordenação de Pesquisa de Campo – Sul 01

Prof. Dra. Silvana do Rocio de Souza

Equipe de Pesquisa de Campo – Sul 01

Mestranda Roberta F. Marques de Sousa

Mestranda Milene de Cássia Santos de Castro

Coordenação de Pesquisa de Campo - Sul 02

Prof. Dr. António Carlos Castro Giovanni

Equipe de Pesquisa de Campo - Sul 02

Mestranda Camila Luísa Mumbach da Silva

Prof^a. Dr^a. Marutschka Martini Moesch

Coordenação do Núcleo de Logística

M.a. Sandra Fernandes

Mestranda Tatielle Pereira

Coordenação do Núcleo de Gestão Administrativa Financeira

Cristina Machado de Souza

Execução:



Rede de Pesquisa:



LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ecossistema Turístico a partir da Teoria da Complexidade com base em Edgar Morin (2000a)	31
Figura 02: Articulações Institucionais Responsáveis pela Qualificação no Brasil	39
Figura 03: Distribuição Espacial da Rede de Pesquisa	46
Figura 04: Rede de Pesquisa	47
Figura 05: Coordenações da Rede de Pesquisa	49
Figura 06: Etapas do relatório para qualificação no turismo	50
Figura 07: Ilustração da pesquisa avaliativa	57
Figura 08: Etapas da análise documental conforme Cellard (2012)	68
Figura 09: Modelo de Ficha de Análise	66
Figura 10: Ficha de Levantamento de Projetos	67
Figura 11: Ferramenta de análise documental aplicada ao levantamento da Educação Formal da área do Turismo	71
Figura 12: Campos Operatórios de conhecimento sobre Qualificação em Turismo	101
Figura 13: Dinâmica do Mercado de Trabalho e Qualificação em Turismo	102
Figura 14: Banco de dados colaborativo da pesquisa	151

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Total de convênios pré estabelecidos para análise	62
Gráfico 02: Representação da remuneração média das atividades do turismo	84
Gráfico 03: Ilustração das ocupações informais	86
Gráfico 04: Relação entre Cursos Ofertados e Alunos Formados	89
Gráfico 05: Relação dos Cursos Agrupados na ACT “Outros”	90
Gráfico 06: Qualificação Profissional por Macrorregião	93
Gráfico 07: Cursos Ofertados em “Outros”	127

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Centro-Oeste	41
Quadro 02: Nordeste I	41
Quadro 03: Nordeste II	41
Quadro 04: Nordeste III	42
Quadro 05: Norte	42
Quadro 06: Sudeste I	42
Quadro 07: Sudeste II	42
Quadro 08: Sudeste III	43
Quadro 09: Sudeste IV	43
Quadro 10: Sul I	43
Quadro 11: Sul II	43
Quadro 12: Agrupamento de Cursos por ACTs	68
Quadro 13: Média de participação por ACT 2006-2014	83
Quadro 14: Grau de escolaridade dos empregados formais do turismo por ACTs	85
Quadro 15: Grau de escolaridade das ocupações informais do turismo por ACTs	87
Quadro 16: Qualificação Profissional por ACTS – 2004 a 2014	92
Quadro 17: Alunos Formados pelas Ações Propostas nos Convênios X Municípios da Região Sudeste	93
Quadro 18: Remuneração média por ACTs	95
Quadro 19: Alunos Formados X Municípios da Região Nordeste	96
Quadro 20: Alunos Formados x Municípios da Região Sul	98

Quadro 21: Alunos Formados x Municípios da Região Sul	98
Quadro 22: Alunos Formados x Municípios da Região Norte	99
Quadro 23: Alunos Formados x Municípios da Região Centro-Oeste	100
Quadro 24: Demanda das Unidades da Federação por Qualificação – PRONATEC	122
Quadro 25: Demanda dos municípios por qualificação x ACTs	123
Quadro 26: Relação de Concluintes do PRONATEC Turismo - 2012/2014 por ACT	128
Quadro 27: Cursos Superiores Autorizados pelo MEC	134
Quadro 28: Entrevistas realizadas pelas coordenações regionais	175

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Fases de Execução do Plano de Trabalho	20
Tabela 02: Convênio X Investimento X Custos	104
Tabela 03: Relação dos Seminários Regionais	193

LISTA DE APÊNDICE

APÊNDICE 01 – PLANO DE PESQUISA

APÊNDICE 02 – PLANO DE TRABALHO - PNQT – 2º TERMO ADITIVO

APÊNDICE 03 – LEVANTAMENTO INSTRUMENTOS 2004-2014 -
PROCESSOS ANÁLISE DOCUMENTAL

APÊNDICE 04 – DOCUMENTO DE ORIENTAÇÃO PARA OBSERVAÇÃO
PARTICIPANTE

APÊNDICE 05 – INSTRUMENTOS DE ENTREVISTAS COM
REPRESENTANTES DO SETOR POR REGIÕES

APÊNDICE 06 – INSTRUMENTO/SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS
COLETADOS (CATEGORIZAÇÃO PELO NÓS CRÍTICOS)

APÊNDICE 07 – DESIGNER DO CURSO FORMAÇÃO DE GESTORES

APÊNDICE 07 – PROJETO CURSO FORMAÇÃO DE GESTORES

APÊNDICE 08 – RELATÓRIO DA PESQUISA AVALIATIVA DOS ARRANJOS
TERRITORIAIS POSSIBILITADORES DA QUALIFICAÇÃO DO TURISMO
NACIONAL

APÊNDICE 09 – RELATÓRIO QUALI-QUANTI DA OFERTA

APÊNDICE 10 – ANÁLISE QUALI-QUANTI DA DEMANDA POR
QUALIFICAÇÃO

APÊNDICE 11 – APRESENTAÇÃO DE METODOLOGIA DA OFICINA
NACIONAL

APÊNDICE 12 – EIXOS POSSÍVEIS DA POLÍTICA NACIONAL DE
QUALIFICAÇÃO NACIONAL

APÊNDICE 13 – DOCUMENTO PRELIMINAR COM A PROPOSTA DA
POLÍTICA NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO NO BRASIL PARA A
COMUNIDADE E PARCEIROS

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 01 – OFICINA NACIONAL 01: 26/10/2015 EM BRASÍLIA

ANEXO 02 – OFICINA NACIONAL 02: 26 E 27/08/2016 EM BRASÍLIA

ANEXO 03 – OFICINAS REGIONAIS DA PNQT

ANEXO 04 – ATA DAS REUNIÕES E OFICINA COM O MTUR

ANEXO 05 – QUADROS SÍNTESE DAS REGIONAIS

ANEXO 06 – SEMINÁRIO REGIONAIS

ANEXO 07 – RELATÓRIOS ENCAMINHADOS PELAS COORDENAÇÕES REGIONAIS

ANEXO 08 – SEMINÁRIO NACIONAL DA POLÍTICA NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO EM TURISMO

LISTA DE SIGLAS

ABRASEL – Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
ABIH – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
BRAZTOA – Associação Brasileira das Operadoras de Turismo
ACT – Atividade Característica do Turismo
CADASTUR – Sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor de turismo
CONTRATUH – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo
CET – Centro de Excelência em Turismo
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNCT – Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CNTur – Conselho Nacional de Turismo
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DF – Distrito Federal
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FIC – Formação Inicial e Continuada
FUB – Federação Universidade Brasília
IH – Instituto de Hospitalidade
IF – Instituto Federal
IES – Instituto de Ensino Superior
IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada
MEC – Ministério da Educação
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
MTur – Ministério do Turismo
PEA - População Economicamente Ativa
PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PNQ – Plano Nacional de Qualificação
PNUD – Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas

SENAC – Serviço Nacional do Comércio

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SINE – Sistema Nacional de Emprego

SISTEC – Sistema Nacional de Informação da Educação Profissional e Tecnológico

SISTUR – Sistema de Turismo

OMT – Organização Mundial do Turismo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	19
2. DESCRIÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA	25
2.1 DO TEMA, DO OBJETO, DA PROBLEMATIZAÇÃO E DOS OBJETIVOS DA PESQUISA.....	25
2.2 DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	26
2.2.1 FASES DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	27
2.3. REFERENCIAL TEÓRICO <i>A PRIORI</i>	30
2.3.1. A CONCEPÇÃO DE TURISMO: VISÃO ECOSISTÊMICA A PARTIR DE BENI E MOESCH (2015).....	31
2.3.2. QUALIFICAÇÃO E EDUCAÇÃO: NOÇÕES DE TRABALHO, PRODUÇÃO SOCIAL, DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO, EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	34
2.3.3. A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMO POLÍTICA PÚBLICA: POLÍTICA PÚBLICA, POLÍTICA PÚBLICA EM TURISMO, PLANFOR, PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO, RESGATE DO CARÁTER PÚBLICO NA POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO (DIREITO)	37
2.4 FORMAÇÃO DA REDE DE PESQUISADORES COM BASE TERRITORIAL	42
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	52
3.1. A NATUREZA DOS DADOS CONSTRUÍDOS (TIPO DE PESQUISA, NÍVEL DE ESTUDO DESCRITIVO E INTERPRETATIVO)	59
3.2. RECORTE ESPACIAL.....	60
3.3. ANÁLISE DOCUMENTAL	63
3.3.1. PROCESSO DE ANÁLISE DOCUMENTAL DOS DADOS QUALITATIVOS DA DEMANDA E OFERTA DE QUALIFICAÇÃO, PELA IDENTIFICAÇÃO DO QUE FOI FEITO NOS ÚLTIMOS 10 ANOS	64
3.3.2. PROCESSO DE ANÁLISE DOCUMENTAL DOS DADOS QUANTITATIVOS DA DEMANDA E OFERTA POR QUALIFICAÇÃO, PELA IDENTIFICAÇÃO DO QUE FOI FEITO NOS ÚLTIMOS 10 ANOS (PROCESSO E QUALIDADE):.....	67
3.4. OBSERVAÇÃO DIRETA	73
4. RESULTADOS DA PESQUISA DOCUMENTAL	83

4.1. CONTEXTO SOBRE A EMPREGABILIDADE NA ÁREA DE TURISMO.	84
4.2. RESULTADOS DA ANÁLISE DOCUMENTAL DOS DADOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS DA DEMANDA E OFERTA POR QUALIFICAÇÃO QUE COMPREENDEM AS AÇÕES DO MTUR	90
4.3. RESULTADOS DA ANÁLISE DOCUMENTAL DOS DADOS DO PRONATEC TURISMO.....	117
4.3.1 OFERTA E DEMANDA POR QUALIFICAÇÃO – PRONATEC TURISMO (2011 – 2014)	123
4.4. EVIDÊNCIAS DA ANÁLISE DOCUMENTAL SOBRE A EDUCAÇÃO FORMAL NA ÁREA DE TURISMO	131
4.5. RECOLHA DE DADOS A PARTIR DO ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE DO TURISMO NACIONAL E BOAS PRÁTICAS DO MINISTÉRIO DO TURISMO.....	137
4.5.1. FOMENTO À CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL — LENÇÓIS (BA)	145
4.5.2. PRAIA SEM BARREIRAS — FERNANDO DE NORONHA (PE).	146
4.5.3. BH TURISMO: INFÂNCIA PROTEGIDA — BELO HORIZONTE (MG).....	146
4.5.4. PROGRAMA INTEGRADO DE EDUCAÇÃO TURÍSTICA DO DESTINO IGUAÇU (PIETI) — FOZ DO IGUAÇU (PR)	147
4.5.5. SUSTENTABILIDADE DO SISTEMA DE HOSPEDARIAS DOMICILIARES — FERNANDO DE NORONHA (PE).....	148
4.5.6. CANTINA BENTA - BENTO GONÇALVES (RS)	149
4.5.7. PROGRAMA TURISMO ACESSÍVEL PERNAMBUCO SEM BARREIRAS, IPOJUCA (PE).....	149
4.5.8. O PROJETO SOU CURITIBA (PR)	150
4.5.9. PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO TERMINAL DE CONTÊINERES DE PARANAGUÁ (TCP) - PR	151
5. RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO	152
5.1. TRABALHO DE CAMPO	152
5.2. SISTEMATIZAÇÃO DO RESULTADO DA OFICINA NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO NACIONAL EM TURISMO A PARTIR DOS EIXOS ESTRUTURANTES.....	175

5.2.1 ACHADOS DA PESQUISA TERRITORIAL - REGIÃO SUL (01 E 02)	178
5.2.2. ACHADOS DA PESQUISA TERRITORIAL - REGIÃO SUDESTE	181
5.2.3. ACHADOS DA PESQUISA TERRITORIAL - REGIÃO NORDESTE	188
5.2.4. ACHADOS DA PESQUISA TERRITORIAL - REGIÃO NORTE...	190
5.2.6 DEFINIÇÃO DO CONTEÚDO PROPOSITIVO DA POLÍTICA NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO	192
5.4. RESULTADO DO SEMINÁRIO NACIONAL DA POLÍTICA NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO EM TURISMO	196
6. PRODUTOS RESULTANTES DA PESQUISA	201
REFERÊNCIAS	204

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento local a partir da implantação de equipamentos e serviços turísticos tem ganhando destaque nas ações governamentais desde a criação do Ministério do Turismo em 2003. Este foco deve-se as oportunidades geradas a partir da institucionalização de programas destinados à valorização das regiões turísticas a partir da compreensão da diversidade cultural, estrutural e de sua mão de obra.

Para tanto, o orçamento ministerial foi direcionado para o ordenamento de melhorias nestas áreas, assim, entre 2003 e 2013 foram investidos parte significativa dos recursos em infraestrutura, sinalização turística e em desenvolvimento local (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2014). Dentre as ações desenvolvidas neste período cabe destacar as relacionadas à qualificação profissional, uma vez, que a partir da formação dos trabalhadores torna-se possível assegurar emprego, renda e principalmente, cidadania e pertencimento.

Outra frente importante foi a implantação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC Turismo - em parceria com o Ministério da Educação. Nesta ação priorizou-se a educação profissional tanto com cursos de formação inicial e continuada (FIC) quanto cursos técnicos e tecnológicos por meio de diversas instituições de ensino.

Ao disponibilizar recursos para a melhoria do turismo observa-se a importância de identificar quais intenções do poder público e o seu entendimento quanto a segmento. As evoluções conceituais sobre o turismo extrapolam a sua importância econômica, pois, de acordo com o Documento Referencial – Turismo no Brasil 2011/2014 as proposições da pasta se concentraram na estruturação da oferta turística, promoção e apoio à comercialização, mas também, na qualificação, fomento às atividades no planejamento e gestão.

Dessa forma, apresenta-se neste relatório as ações do Plano de Ação que possibilitaram a realização da pesquisa: Concepção da Política Nacional de Qualificação em Turismo, a partir das Diretrizes de qualificação e da

Pesquisa avaliativa dos arranjos territoriais possibilitadores da qualificação do turismo, partindo do entendimento de que a qualificação profissional permite contribuições no sentido do fortalecimento da cidadania e da melhoria na educação dos sujeitos vocacionados e dos profissionais já pertencentes ao mercado de trabalho do turismo, de modo, a ser uma necessidade para fomentar o desenvolvimento local em conjunto com a melhora da qualidade de vida dos atores sociais envolvidos em práticas ligadas à área do turismo.

Para tanto, cabe destacar a compreensão da formação profissional de forma ampla e integradora, ou seja, ultrapassando a compreensão de saberes teóricos de forma a alcançar o saber-fazer somadas ao saber-ser (CAZALIS, 2007). Posto assim entende-se que as competências técnicas e comportamentais devem ser contempladas junto também aos saberes dos sujeitos históricos das diferentes localidades. Inclusive, vale ressaltar, que o Brasil é um país demasiado rico em suas diversidades regionais e respectivas peculiaridades, as quais devem ser consideradas e valorizadas.

Ressalta-se que este relatório visa apontar de forma analítica os elementos identificados na pesquisa de gabinete e também relatar todos os processos do trabalho de campo, os quais apresentam essas realidades diversas dos territórios. Apresenta-se também o processo de triangulação dos dados construídos resultando, a luz das teorias, uma interpretação consistente e dialética da realidade estudada. A pesquisa identificou as lacunas existentes nos projetos de qualificação promovendo a pesquisa avaliativa embasada nas Diretrizes de Qualificação em Turismo publicadas pelo Ministério do Turismo em 2015 e, nos nós críticos identificados ao longo do processo formativo.

Assim, são apresentados todos os processos desenvolvidos na pesquisa coordenada pela Universidade de Brasília que subsidiou a construção da Política Nacional de Formação Profissional em Turismo e Hospitalidade (Meta 2 – Etapa 2.3 – Ação 2.3.2).

O processo de construção da base territorial, utilizada nesta pesquisa, iniciou-se em parceria com a equipe técnica do Ministério do Turismo que, ao atender as proposições do Plano Nacional de Turismo, definiu pela priorização das cidades sede da Copa do Mundo de Futebol, de cidades históricas, de

regiões próximas a parques nacionais, e de outros municípios com relevância no contexto do turismo nacional. A definição das localidades para composição da base territorial se deu pelo critério de escolha de municípios que tivessem sido contemplados, no período de 2004 a 2015, por projetos de qualificação financiados pelo MTur ou PRONATEC/Turismo.

A pesquisa utilizou as Diretrizes Nacionais de Qualificação em Turismo publicadas pelo MTur em 2015 e a partir dos nós críticos apontados pela Análise Documental alinhados ao Plano de Ação, subsidiou a construção do plano de pesquisa (Apêndice -01) com a concepção e a metodologia adotadas que melhor atendessem aos seus objetivos.

A metodologia da investigação foi dividida em duas etapas, a primeira consistiu no trabalho de gabinete para o levantamento de dados qualitativos e quantitativos sobre a oferta e demanda da qualificação em turismo em território nacional. A segunda etapa consistiu no trabalho de campo junto aos municípios do recorte espacial, que em sua totalidade perfazem 78 municípios.

Para a realização do levantamento de campo foi implantada uma rede de pesquisadores representantes das Universidades Federais do Rio Grande do Norte, Pará, Fluminense, Paraná, Ouro Preto, Rio Grande do Sul, Brasília, somada à Universidade de São Paulo e ao Instituto Federal da Bahia.

Com o desafio do trabalho conjunto da rede de pesquisa foi necessário a articulação de encontros presenciais no formato de oficinas e seminários para realizar o alinhamento de questões técnicas (cronograma de pesquisa), teóricas (concepções adotadas pela rede de pesquisadores) e de repasses metodológicos (utilizados nos processos de pesquisa) ao longo dos anos de 2015 e 2016.

O presente relatório final se apresenta contendo todos os processos da Pesquisa Avaliativa dos Arranjos Territoriais Possibilitadores da Qualificação do Turismo Nacional, que ocorreram do período de outubro de 2015 a dezembro de 2016, a partir do acordado no Apêndice 01 (Plano de Pesquisa), e do Plano de Trabalho do Termo de Execução Descentralizada (Apêndice 02).

A Tabela 01, apresenta as fases de execução do Plano de Trabalho referente ao Termo de Execução Descentralizada 02/2015 - 2º Termo Aditivo e que estão descritas no presente documento.

Tabela 01: Fases de Execução do Plano de Trabalho

META 1 - PESQUISA AVALIATIVA DOS ARRANJOS TERRITORIAIS POSSIBILITADORES DA QUALIFICAÇÃO DO TURISMO NACIONAL			RELATÓRIO
ETAPA	AÇÕES	IDENTIFICAÇÃO	
1.1	1.1.1	Formação da rede de pesquisadores com base territorial. Escolha das universidades parceiras para construção da rede de pesquisa e montagem da equipe de pesquisadores	ITEM 2.2.1 ITEM 2.4 ITEM 3 APÊNDICE 1
1.1	1.1.2	Identificação dos municípios representativos do recorte espacial	ITEM 2.4 ITEM 3 ITEM 3.2 APÊNDICE 1
1.1	1.1.3	Validação final do Projeto de Pesquisa com os pesquisadores da rede e coordenadores do projeto	ITEM 3 APÊNDICE 1 ANEXO 1
1.2		Aplicação da pesquisa qualitativa para indicação da demanda da qualificação profissional e vocacional, nas principais ocupações das atividades características do turismo, tendo como base territorial a classificação dos municípios pelos clusters A, B, C da metodologia da categorização	ITEM 3.3 ITEM 3.4 ITEM 4 APÊNDICE 3
1.2	1.2.1	Observação direta - definição estudos de caso elaboração roteiro observação	ITEM 3.4 ITEM 4.1 APÊNDICE 4
1.2	1.2.2	Entrevistas com representantes do setor por regiões - elaboração instrumento/sistematização dos dados coletados	ITEM 3.4 ITEM 4.1 APÊNDICE 5 APÊNDICE 6
1.2	1.2.3	Observação participante na base territorial nos municípios pesquisa ação nos municípios representativos	ITEM 3.4 ITEM 4.1 ITEM 5
1.2	1.2.4	Análise documental quali-quantitativa da oferta de	ITEM 3.3

		qualificação incluindo PRONATEC TURISMO	ITEM 4 ITEM 4.2 ITEM 4.3
1.2	1.2.5	Análise documental quali-quantitativa da demanda de qualificação incluindo PRONATEC TURISMO	ITEM 3.3 ITEM 4 ITEM 4.2 ITEM 4.3
1.2	1.2.6	Avaliar a relação formação-empregabilidade dos egressos PRONATEC TURISMO	ITEM 3.3 ITEM 4 ITEM 4.2 ITEM 4.3
1.2	1.2.7	Oficinas de articulação entre os pesquisadores das regiões para discussão dos dados sistematizados e elaboração documento preliminar	ITEM 3.4 ITEM 4.3
1.3		Desenvolvimento da pesquisa quali-quantitativa para análise da qualidade da formação profissional dos trabalhadores do turismo atuantes em experiências indicadas como boas práticas da hospitalidade em gastronomia, hotelaria e roteirização, tendo como base territorial a classificação dos municípios pelos clusters A, B, C da metodologia da categorização	ITEM 3.4 ITEM 4.4
1.3	1.3.1	Levantamento das experiências exitosas de qualificação por regiões	ITEM 4.5
1.3	1.3.2	Observação participante na base territorial nos municípios sobre experiências exitosas e relação empregabilidade formal e informal	ITEM 4.5 ITEM 5.2
1.4		Identificação dos nós críticos na qualificação e certificação profissional dos trabalhadores do setor turístico com o propósito de sua superação	ITEM 5.2
1.4	1.4.1	Análise das causas dos problemas enfrentados pelas políticas territoriais de qualificação e delimitação do grau de governabilidade sobre elas	ITEM 5.2
1.4	1.4.2	Sistematização dos dados das oficinas regionais	ITEM 5.2 ITEM 5.3
1.4	1.4.3	Realização da oficina nacional presencial com os coordenadores regionais	ITEM 5.2 ITEM 5.4 ANEXO 2
1.4	1.4.4	Elaboração documento analítico com resultados da oficina nacional	ITEM 5.2 ITEM 5.4
1.5		Dimensionar as necessidades de desenvolvimento e	ITEM 4

		formação profissional no setor do turismo nacional, em relação à qualidade, as metodologias, aos conteúdos pedagógicos e a quantidade das estratégias de qualificação visando subsidiar a política nacional para qualificação em turismo	ITEM 5 ANEXO 5
1.5	1.5.1	Análise dos dados produzidos pela metodologia da triangulação	ITEM 3.4.1 ANEXO 5
1.7	1.7.1	Construir indicadores de desempenho, para ampliar a eficiência e eficácia no acompanhamento das metas do PNQT em uma proposta de bancos de dados e sistema de coleta de informações	
1.7	1.7.2	Elaboração de uma metodologia para um banco de dados para sistematização das informações e monitoramento	ITEM 5.1
1.7	1.7.3	Banco de dados desenvolvido para monitoramento e acompanhamento para as ações de qualificação	ITEM 5.1
1.8		Elaboração do Relatório final da pesquisa avaliativa dos arranjos territoriais possibilitadores da qualificação do turismo nacional.	PRESENTE DOCUMENTO

Fonte: Termo de Execução Descentralizada 02/2015 - 2º Termo Aditivo, MTur-UnB, 2015.

Este documento está dividido da seguinte forma: introdução, procedimentos metodológicos, fundamentação teórica, resultados da pesquisa de gabinete e resultados do trabalho de campo, produtos, anexos e apêndices.

2. DESCRIÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA

2.1 DO TEMA, DO OBJETO, DA PROBLEMATIZAÇÃO E DOS OBJETIVOS DA PESQUISA

O tema qualificação na contemporaneidade insere-se como investigação social que implica em duas classes de problemas bastante diferentes: o estudo das leis gerais da vida social/grupal e o diagnóstico de situações específicas, o que significa dizer, obter a informação mediante um adequado conhecimento do mesmo, onde insere-se o estudo proposto.

O objeto do estudo é a Concepção da Política Nacional de Qualificação em Turismo, a partir das Diretrizes de qualificação e da Pesquisa avaliativa dos arranjos territoriais possibilitadores da qualificação do turismo nacional, nas 05 (cinco) regiões federativas do país, tendo como recorte os municípios classificados nos clusters A, B, C e D, da metodologia da categorização¹, contemplados pelo PRONATEC/Turismo e/ou que implementaram projetos de qualificação financiados pelo Ministério do Turismo (MTur), no período de 2004 a 2014 para a construção da Política Nacional de Qualificação em Turismo. O recorte temporal ao longo do processo da pesquisa foi ampliado de 2004 até 2015 ao verificar-se que ações importantes ocorreram no ano seguinte do delimitado inicialmente.

A problematização da pesquisa foca a análise da relação dos processos de qualificação no aumento da competitividade (hospitalidade) nos destinos turísticos brasileiros. A concepção de avaliação de processos adotada no estudo proposto contempla o conhecimento específico de uma situação concreta - qualificação em turismo e hospitalidade no território nacional – considerando o recorte territorial e temporal estabelecido, com o foco na

¹ Essa metodologia visa categorizar os municípios brasileiros quanto ao desempenho econômico do setor turístico com o objetivo de orientar as políticas públicas de desenvolvimento do turismo. Os resultados agrupam os municípios brasileiros em 5 diferentes clusters, com representatividade regional, a partir de variáveis de desenvolvimento da economia do turismo. Os municípios classificados nos clusters A, B e C, são os que possuem maior representatividade no setor, ou seja, quantidade de empregos, quantidade de estabelecimentos e estimativa de visitantes (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2014).

organização setorial e fortalecimento da governança territorial por meio dos programas do Ministério do Turismo.

Sendo assim, almejou-se construir caminhos de autodiagnósticos, valorizando mais a precisão necessária das informações e análises dialógicas e coletivas entre técnicos e partes interessadas, ao invés de resultados, apenas quantitativos estatísticos, muitas vezes frágeis, por serem distantes em aplicabilidade real, os quais acarretam custos elevados e tempos dilatados, razão pela escolha de uma pesquisa aplicada.

O objetivo da pesquisa foi o de realizar uma pesquisa avaliativa dos arranjos territoriais da qualificação do turismo nacional considerando as especificidades da relação oferta-demanda existente nos principais municípios, a partir dos clusters A, B, C e D, da metodologia de categorização, contemplando as três tipologias de classificação nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul. A razão da escolha deste recorte espacial é por permitir avaliar os processos de educação/formação profissional ocorridos a partir dos últimos 10 anos².

2.2 DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa percorreu uma metodologia quali-quantitativa. Para selecionar as informações mais adequadas a proposta foi de utilizar a técnica de triangulação na coleta dos dados, pois o objetivo do diagnóstico foi de abranger o máximo de amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo, partindo, dessa forma, do princípio que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estritas e essenciais com uma macro realidade social (TRIVINÕS, 2012).

A pesquisa avaliativa é uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida; destinada a identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável dados e informação

² Esse recorte temporal foi utilizado levando em consideração as ações de qualificação empreendidas nesse período, bem como, a elaboração das Diretrizes Nacionais para Qualificação em Turismo/MTur, 2015.

suficientes e relevantes para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor de diferentes componentes de um programa (tanto na fase do diagnóstico, programação e execução), ou de um conjunto de atividades específicas que se realizam, foram realizadas ou se realizarão com o propósito de produzir efeitos e resultados concretos; comprovando a extensão e o grau em que se deram essas conquistas, de forma tal que sirva de base ou guia para uma tomada de decisão racional e inteligente entre cursos de ação, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento e compreensão dos fatores associados ao êxito ou ao fracasso de seus resultados (AGUILAR & ANDER-EGG, 1994).

No contexto específico desta pesquisa relativo à Qualificação dos Profissionais para o Turismo a pesquisa permeou dimensionar as necessidades de desenvolvimento e formação profissional em relação à qualidade; metodologias; conteúdos pedagógicos e quantidade das estratégias de ensino; eixos estruturantes; público alvo; indicadores de monitoramento e avaliação para qualificação de trabalhadores na gestão pública, no setor privado do turismo e hospitalidade; e, na produção associada ao turismo e micro e pequenos empreendedores, no que se refere ao desenvolvimento econômico e sócio-produtivo induzido pelas políticas públicas do setor.

2.2.1 FASES DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1ª FASE – FORMAÇÃO DA REDE DE PESQUISADORES COM BASE TERRITORIAL

Foram articuladas 09 (nove) coordenações de gestão da aplicação da pesquisa, eleitas a partir da expertise em turismo por existência de programas de pesquisa em turismo e/ou pesquisadores que tem trabalhado na temática (qualificação em turismo) nas universidades federais e institutos federais, nas 05 regiões do país.

As regiões pela magnitude de dados e número de estados federativos foram divididas em 04 (quatro) coordenações no caso do Sudeste, 03 (três) a Nordeste, e a região Sul em 02 (duas). A formação da rede de pesquisadores interinstitucional visou também o suporte teórico metodológico necessário ao objetivo da pesquisa, como a validação das informações por sua relação direta ao objeto desse plano de trabalho.

O recorte territorial foi definido a partir dos municípios classificados nos clusters A, B, C e D, da metodologia de categorização, contemplados pelo PRONATEC/Turismo e/ou que implementaram projetos de qualificação financiados pelo MTur, no período de 2004 a 2015, onde selecionou-se os estudos de caso investigados.

2ª FASE – ANÁLISE DOCUMENTAL

Essa etapa consistiu na realização da análise qualitativa-quantitativa da oferta da qualificação realizada nos últimos 10 anos (processo e qualidade). A primeira etapa da pesquisa abrangeu um estudo qualitativo-quantitativo dos dados existentes sobre a oferta da qualificação no campo do turismo, a partir do recorte espacial, tendo como base de dados o Relatório da Análise Documental, parte integrante das Diretrizes Nacionais para Qualificação em Turismo (2015), o qual versou sobre os investimentos públicos, as ações do Sistema S, e do ensino formal público e privado (análise que foi ampliada conforme recorte territorial estabelecido).

Procedeu-se a Análise Quantitativa da oferta dos cursos de qualificação profissional na realidade, conforme recorte territorial e seus impactos na competitividade do destino turístico por análise documental e de banco de dados virtuais.

Somada a Análise Quantitativa foi realizada a descrição do estado da arte sobre a demanda de qualificação dos trabalhadores do setor de turismo e hospitalidade segundo as áreas de atuação profissional do turismo. Etapa com coleta de dados com base em várias fontes de informação, como documentos dos órgãos competentes:

- 1) Ministério do Turismo - DNQT
- 2) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
- 3) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
- 4) Ministério Trabalho e Emprego
- 5) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC

- 6) Ministério da Fazenda - MF
- 7) Secretarias Estaduais de Planejamento e Turismo (PDTIS)
- 8) Observatórios de Turismo
- 9) Centros de Pesquisa/Universidades
- 10) Ministério da Educação/INEP/Secretarias de Educação Estado
- 11) Entidades do setor do Turismo (Federações, Associações)
- 12) Sistema S (SENAC/SENAI/SENAR/SENAT/SEBRAE)

3ª FASE - OBSERVAÇÃO DIRETA

Versou sobre o foco nas relações culturais do tecido social sobre os impactos da transposição da qualificação profissional e vocacional na competitividade do destino turístico (não avançou / como avançou diante do problema estudado), os esforços demandados nessa etapa foram somados aos seminários nacionais e regionais com atores da política de qualificação implantada nos anos de 2004-2015. O objetivo foi de ampliar a participação dos representantes das nove regiões, os quais, pela metodologia proposta colheram mais informações dos atores locais (instâncias de governança e trade turístico) onde foram apresentados os dados documentais colhidos e sistematizados para validação e levantadas novas questões (nós críticos) que não foram desvelados pela análise documental e servem como monitoramento público do trabalho dos pesquisadores e Ministério do Turismo.

4ª FASE - TRIANGULAÇÃO DOS DADOS

Constitui-se no momento em que foram reunidas todas as partes da pesquisa: elementos da problemática, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto e conceitos chave, informações que permitiram a interpretação coerente tendo em conta o questionamento inicial e a reconstrução da textualidade da realidade.

Resultado expresso nos relatórios preliminares contendo o "estado da arte" da qualificação e formação em turismo e hospitalidade em cada recorte

regional apontando os nós críticos e avanços, evidências que permitiram a elaboração do documento de referência para a formulação de uma Política Nacional de Qualificação em Turismo.

O caminho metodológico descrito está presente no Plano de Pesquisa (APÊNDICE 01).

2.3. REFERENCIAL TEÓRICO *A PRIORI*

A definição do objeto de pesquisa qualitativa se constrói, progressivamente, em ligação com o campo, a partir da interação dos dados coletados com a análise que deles é extraída, interpretados à luz da teoria sobre o tema. Não é possível construir um objeto de pesquisa de forma puramente empírica, baseando-se unicamente nos dados do campo. É necessário ler o que já foi escrito sobre o tema e sustentar os domínios teóricos que podem esclarecer o objeto de pesquisa.

Como a pesquisa qualitativa ancora na dialética das representações, ações e interpretações dos atores sociais em relação ao seu meio, será usual que o pesquisador se refira a textos que não pertencem ao *corpus* científico próprio ao seu domínio de investigação (DESLAURIERS & KÉRISIT *apud* POUPART et al, 2008, p.135).

Por sua vez esse *corpus* não deve ficar restrito aos relatórios de pesquisas cujos resultados são verificados e confirmados, mas a partir de um conjunto de textos que tecem uma teia de relações em torno do objeto e do sujeito da pesquisa. Assim, os postulados da pesquisa e a teoria sobre o objeto devem dialogar no transcorrer de todo o processo de investigação.

Entende-se aqui teoria no termo restrito:

Como um conjunto de postulados logicamente interligados, compreendendo um maior ou menor número de fatos observados, e formando uma rede de generalizações, da qual podem se derivar explicações para um certo número de fenômenos sociais (GINGRAS, 1993, p.115).

A teoria para a pesquisa qualitativa deve ser vista metaforicamente como um mapa marítimo, e não uma ferrovia, pois a realidade não deve se escravizar às suas interpretações, já que toda teoria é biodegradável segundo

Morin (2000). Nessa trilha metodológica, as sistematizações do conhecimento permitem rever teorias, articular teorias, criticar teorias e propor, para cada projeto de pesquisa, o referencial adequado. Nesse sentido, apresenta-se a seguir um referencial *a priori* para esta pesquisa.

2.3.1. A CONCEPÇÃO DE TURISMO: VISÃO ECOSISTÊMICA A PARTIR DE BENI E MOESCH (2015)

A compreensão do fenômeno turístico, bem como seus efeitos sociais, está comprometida com o "senso comum" que atribui a esse campo um valor mercadológico de caráter excludente, e, isso ocorre independentemente do capital cultural acumulado pelas diferentes organizações que atuam ou grupos sociais que estruturam as localidades. Esta realidade explica-se, sobretudo, pelo processo retificador que a lógica capitalística impôs ao turismo quando, num contexto histórico datado³, incorporou a equação do "valor" na hospitalidade como mercadoria. Tal armadilha não escapa nem mesmo ao lugar atribuído ao turismo nas economias locais, nas políticas públicas ou mesmo nos meios acadêmicos e de pesquisa, pois um processo complexo de serviços reduz-se a um produto precificado.

Segundo Beni e Moesch (2015) ao estudar o turismo como realidade humana, o compreendemos como uma amálgama na qual tempo, espaço, diversão, economia, tecnologia, imaginário, comunicação, ideologia, hospitalidade são categorias fundantes de um fenômeno social contemporâneo, no qual o protagonista é o sujeito, seja como produtor ou consumidor dessa prática social.

Não é negada a contingência material do turismo em sua expressão econômica, mas ela ocorre historicamente, em espaços e tempos diferenciados, cultural e tecnologicamente construídos, a ser irrigado com o desejo de um sujeito biológico, nômade em sua essência. Ao partilhar as concepções de Morin (2000) quando define que *interdisciplinaridade* pode

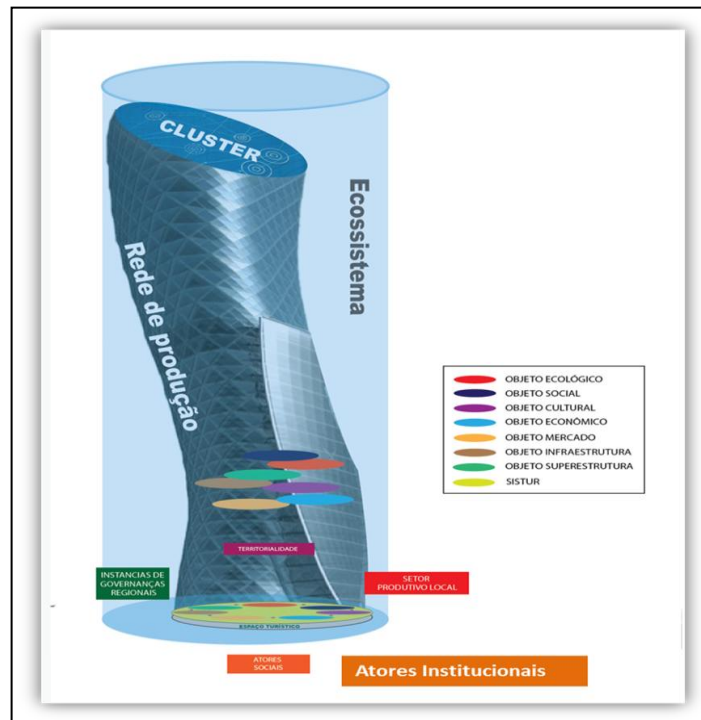
³ No contexto histórico Pós-Guerra, o fenômeno turístico se estabelece como consumo de massa.

significar também a troca e cooperação, o que faz com que possa vir ser alguma coisa orgânica. Na *transdisciplinaridade* tratam-se, frequentemente, de esquemas cognitivos que podem atravessar as disciplinas, às vezes com tal virulência, que as deixam em transe. De fato, são os complexos de inter-multi-transdisciplinaridade que realizam e desempenham um fecundo papel na história das ciências. Transdisciplinaridade, segundo Jantsch (1980) é o reconhecimento da interdependência de todos os aspectos da realidade, a consequência normal da síntese dialética provocada pela interdisciplinaridade, quando esta for bem-sucedida.

A própria concepção do objeto turístico tratado como fenômeno necessita inserir o sujeito produtor-reprodutor do processo turístico tendo que ir além do resultado do somatório de recursos naturais do meio ambiente, culturais, sociais e econômicos. Se por um lado a divisão do Sistema de Turismo - SISTUR (1987) em conjuntos e subsistemas facilita a coleta de dados, pois os indicadores e componentes que caracterizam cada um dos subsistemas podem ser utilizados como um roteiro de pesquisa, ao olhar a complexidade do sistema é importante notar que o todo é mais do que a soma das partes, não como um produto de adição, mas como um produto de uma dinâmica interna auto-organizacional, uma dinâmica conjunta envolvendo as diversas partes (MORIN, 2000).

A reconstrução do modelo do SISTUR pela teoria da complexidade o apreende como sistema vivo, que se auto-organiza, e realiza sua autoprodução, ao mesmo tempo em que realiza a auto-eco-organização e a sua auto-eco-produção, pois ele está envolvido em um ambiente externo que se encontra, ele mesmo, integrado a um sistema eco-organizador, o ecossistema turístico. Tais processos são ilustrados a seguir:

Figura 1: Ecosistema Turístico a partir da Teoria da Complexidade com base em Edgar Morin (2000a)



Fonte: Beni & Moesch, 2015.

Conforme o princípio da auto-eco-organização há valor hologramático, assim como a qualidade da imagem hologramática está ligada ao fato de que cada ponto possui a quase totalidade de informação do todo, do mesmo modo, de certa maneira o todo é o todo que nós somos parte, e está presente em nosso espírito (MORIN, 2001).

São as relações sociais que conferem a esse ecossistema turístico sua energia, sua força dinamizadora como humana. O sujeito turístico é que permite a existência deste sistema, e não o inverso. Essa mesma energia que mantém a dinâmica do sistema turístico é produtora de necessidades objetivas, que de forma espiralada, gera uma reprodução ampliada de processos econômicos e culturais, que atendem ao desejo de transumância, e permanência transitória do sujeito turístico, em seu movimento de ir-vir, seu fluxo nômade.

A energia humana causada pelo desejo de transumância, o nomadismo na contemporaneidade, gera um sistema auto-eco-organizador. Assim, o turista é produtor do objeto turístico, mas também numa dinâmica sistêmica auto-

recursiva, é reprodutor do próprio sistema turístico ao consumir os objetos produzidos nos territórios visitados.

2.3.2. QUALIFICAÇÃO E EDUCAÇÃO: NOÇÕES DE TRABALHO, PRODUÇÃO SOCIAL, DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO, EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Em uma sociedade que cada vez mais valoriza o conhecimento, conseqüentemente, as habilidades exigidas ao profissional de turismo tornam-se mais complexas e múltiplas: como a utilização do raciocínio lógico, crítico e analítico; a capacidade de expressão em seu idioma e em idiomas estrangeiros; o manejo das tecnologias de informação e comunicação e de outros recursos tecnológicos; a percepção da necessidade constante de aperfeiçoamento profissional, do acompanhamento da evolução científica e tecnológica na área de atuação; a capacidade de trabalhar em equipes multidisciplinares e intersetoriais para assim agir criativamente em diferentes contextos de sua atuação profissional na solução de problemas.

As formas de encaminhamento das aprendizagens na sociedade do conhecimento fundam-se a partir da inter-relação entre os sujeitos e o meio, o que exige novas didáticas de ensino que valorizem a resolução de problemas, buscando o equilíbrio entre a liberdade de criação e a autoridade do saber. A formação profissional deve ser concebida no seu sentido integrador o mais amplo possível, e

Não se restringir a aquisição de saberes no sentido acadêmico, mas também incluir aquisição do saber-fazer, ou seja, habilidades profissionais somadas a um saber-ser ético e de comportamentos sociais solidários, unindo a formação à informação (CAZALIS, 2007).

A qualidade da formação se dá de forma intrínseca, pelo respeito rigoroso ao estado dos conhecimentos e das exigências epistemológicas de uma ciência ou disciplina, ou seja, do saber em um nível científico da aprendizagem e, de forma extrínseca, pelo nível de pertinência ou importância da formação - aprendizagem, tanto para o estudante-trabalhador quanto para o

meio (local, nacional, internacional), o que Cazalis (2007) indica como a qualidade relativa no tempo e no espaço.

O processo de qualificação responde às relações sociais entre sujeitos participantes de processo de desenvolvimento humano.

Por seu conteúdo e impactos, a Política Nacional de Qualificação em Turismo é compreendida como uma política social, pois deve se referir a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico, considerando que:

A construção política de desenvolvimento traz implícita, como contraponto crítico ao desenvolvimento econômico, uma demanda normativa de bem-estar e justiça social, que dialoga com a herança passada e as possibilidades do presente, de forma a orientar e explicitar contradições que determinam a questão social do nosso tempo (IVO, 2013, p.11).

Dessa forma, entende-se que o crescimento, mesmo que acelerado, não é sinônimo de desenvolvimento se ele não se estende ao emprego, se não reduz a pobreza e se não atenua as desigualdades, conforme enfatizado, desde os anos 1960, por M. Kalecki e Dudley Seers. O desenvolvimento, distinto do crescimento econômico, cumpre esse requisito, na medida em que os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material, sendo o crescimento uma condição necessária, mas de alguma forma suficiente - muito menos é um objetivo em si mesmo - para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos, (SACHS, 2004).

No contexto nacional sobre os impactos das políticas de formação constata-se grandes assimetrias nas relações de trabalho no setor do turismo e hospitalidade, pois tais políticas atuam apenas como compensatórias diante das diferenças sociais e educacionais que esses trabalhadores carregam.

A identificação e análise do perfil dos profissionais vinculado a um mapa das profissões turísticas (Atividades Característica do Turismo - ACTs) existentes nos destinos indutores, identificados como prioritários ao estudo, permite entender a complexidade do setor, aprofundando conhecimentos tanto

no aspecto qualitativo quanto no quantitativo acerca das dimensões e níveis profissionais envolvidos (cargos operacionais, pessoal de contato – *front-desk*, supervisores, cargos de gerência e alta direção). Também permite compreender as limitações em recursos humanos, considerando sua concentração e/ou distribuição no território e a qualificação dos postos de trabalho existentes diante das exigências de um mercado complexo e globalizado como o do turismo e hospitalidade.

Considerando o exposto, o mapeamento das principais ocupações e profissões relacionadas ao setor turismo, utilizado na presente pesquisa, respeitou a divisão dos sete grupos de Atividades Características do Turismo (ACTs), bem como sua respectiva Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), estando assim distribuídos:

- Grupo 1 - Alojamento (Meios de Hospedagem) – código 55
- Grupo 2 – Alimentação – código 56
- Grupo 3 – Transporte – código 49, 50 e 51
- Grupo 4 - Auxiliar de Transporte – código 52
- Grupo 5 - Agências de Turismo – código 79
- Grupo 6 - Aluguel de Transporte – código 77
- Grupo 7 – Cultura e Lazer – código 90, 91, 92 e 93

No entanto, as pesquisas ainda permearam identificar informações acerca de algumas ocupações específicas vinculadas a outros serviços turísticos, itens considerados entre as importantes especificidades do mercado, que não são contemplados pelas ACTs, como a formação e a ocupação de guias de turismo, de bacharéis em turismo e do turismo rural, então acrescentou-se o grupo abaixo por serem importantes na análise da pesquisa:

- Grupo 8 – Outros: Turismo Rural, guias de turismo, condutores de turismo de aventura, eventos e bacharéis em turismo

2.3.3. A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMO POLÍTICA PÚBLICA: POLÍTICA PÚBLICA, POLÍTICA PÚBLICA EM TURISMO, PLANFOR, PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO, RESGATE DO CARÁTER PÚBLICO NA POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO (DIREITO)

Políticas públicas são aqui entendidas como o “Estado em ação” (GOBERT, MULLER, 1987), ou seja, o Estado implantando um projeto de governo, através de programas e de ações voltadas para setores específicos da sociedade.

De acordo com Beni (2006, p.91):

[...] políticas são orientações específicas [...] numa visão bem simplista, elas procuram maximizar os benefícios e minimizar os possíveis efeitos adversos, e como tal, fazem parte do desenvolvimento planejado de uma região ou país.

Também segundo o autor, a política:

[...] é um curso de ação calculado para alcançar objetivos, ou seja, direções gerais para o planejamento e a gestão do turismo baseadas em necessidades identificadas dentro de restrições de mercado e de recursos (id.).

Corroborando com esta visão, Gastal e Moesch (2007) apontam que as políticas públicas são:

[...] as intervenções realizadas pelo poder público, instituições civis, entidades privadas e grupos comunitários, com o objetivo de atender a população nas suas necessidades materiais e simbólicas, garantindo acesso às mesmas, para que seja alcançada maior e melhor qualidade de vida não só para os grupos hegemônicos, mas também, em especial – para os excluídos (GASTAL e MOESCH, 2007, p.45).

E, especificamente em relação às políticas públicas de Turismo, as autoras alertam que estas devem:

[...] ter como concepção o Turismo como um sistema aberto, orgânico e complexo que se coloque como atividade multisetorial, cuja execução deve, necessariamente, incorporar visões multidisciplinares, multiculturais e multisociais (GASTAL e MOESCH, 2007, p.45).

As políticas públicas são compreendidas, no âmbito desta pesquisa, como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolvem

órgãos públicos, diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados com política implementada.

Nesse sentido, é possível compreender a qualificação profissional como política pública. De acordo com Oliveira (2007, p.62) no Brasil:

O papel da qualificação no Sistema Público de Emprego tem sofrido mutações. Isso, em parte, pela singularidade da convivência do subsistema público de educação profissional (escolas técnicas vinculadas ao Ministério da Educação, MEC, ou aos sistemas estaduais) e do subsistema paraestatal sob controle privado (o chamado Sistema S) e, em parte, pela hegemonia de uma ou outra concepção de Estado, de políticas públicas e da qualificação propriamente dita, nos sucessivos governos pós-democratização (1988 – 2006).

Lima (2007) apresenta diferentes concepções de qualificação adotadas pelo Sistema Público de Emprego que têm norteado as ações e políticas em diferentes períodos. O autor aponta que a qualificação é concebida como via de retorno ao emprego (no período entre 1990 – 1996), sendo vista também como um intermediador de mão de obra.

Segundo Lima (2007, p.67), uma segunda concepção é a de qualificação como política “ativa” de emprego (entre 1996-2002). Nesse contexto:

A concepção de qualificação como política “ativa” de emprego, adotada entre 1996 e 2002, parte do pressuposto de que é necessário qualificar fatias expressivas da População Economicamente Ativa – PEA, por ano, para fazer frente a uma demanda cada vez maior de mão-de-obra qualificada requerida pelo mercado de trabalho. Essa ação massiva garantiria as condições para a “empregabilidade”, ou seja, os trabalhadores, ao adquirirem as competências adequadas, tornar-se-iam “desejáveis” por elas, e o mercado faria o seu papel, selecionando “os melhores”.

Um dos programas de qualificação que mais se destacaram neste período foi o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - Planfor (vigente entre 1995 e 2002), que, de acordo com Lima (2007), se esgotou em vários aspectos. Primeiramente, pelo fato de que o direito à qualificação não ser considerado como um princípio do Planfor. Outros problemas, no âmbito conceitual, também são pontuados pelo autor: o não entendimento do sentido de pluralidade e aspectos múltiplos do trabalho na sociedade brasileira, a não compreensão da qualificação como uma relação social, a não compreensão do caráter da política de qualificação ser, ao mesmo tempo, uma política de emprego, trabalho e renda e uma política educacional; além dos problemas da baixa qualidade pedagógica, exclusão dos municípios e de entidades populares

das tomadas de decisão e acesso aos recursos, falta de monitoramento entre outros.

O Planfor, que foi concebido e executado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, considerava como capacidades e habilidades para a formação:

a) Habilidades básicas: competências, atitudes e conhecimentos essenciais para a formação do "cidadão produtivo", como comunicação verbal e escrita, leitura e compreensão de textos, raciocínio, saúde e segurança no trabalho, preservação ambiental, direitos humanos, informação profissional e outros eventuais requisitos para as demais habilidades;

b) habilidades específicas: competências e conhecimentos relativos a processos, métodos, técnicas, normas, regulamentações, materiais, equipamentos e outros conteúdos próprios das ocupações/setores;

c) habilidades de gestão: competências, atitudes, conhecimentos para formar, manter e melhorar o desempenho de micro e pequenos empreendimentos, rurais e urbanos, bem como o gerenciar o próprio trabalho, como autônomo, cooperado, associado, empregado ou autogerido (MTE/SPPE/DEQP, 2001, p.27).

Este mesmo plano, inspirado nos pilares para a educação para o século XXI do Relatório Delors, considerava como competências:

a) o saber fazer: que recobre dimensões práticas, técnicas e científicas, adquiridas formalmente (cursos/treinamentos) e/ou por meio da experiência profissional;

b) o saber ser, incluindo traços de personalidade e caráter, que ditam os comportamentos nas relações sociais de trabalho, como capacidade de iniciativa, comunicação, disponibilidade para inovação e mudança, assimilação de novos valores de qualidade e produtividade e competitividade;

c) o saber agir, subjacente à exigência de intervenção ou decisão diante de eventos - exemplos: saber trabalhar em equipe, saber ser capaz de resolver problemas e realizar trabalhos novos, diversificados (LEITE, 1996).

Vale destacar que este entendimento de competências e habilidades concebidas no Planfor continuou sendo usado em programas de qualificação de governos posteriores.

Em 2003, com a criação do Plano Nacional de Qualificação (MTE, 2003), a qualificação profissional foi afirmada na perspectiva do direito social. Nesses termos, a qualificação deve ser objeto de uma política nacionalmente articulada, controlada socialmente, sustentada publicamente e orientada para o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e a consolidação da cidadania. Em tal perspectiva, mais do que uma Ação formativa de conteúdo técnico, visando tão somente uma inclusão produtiva, a qualificação deve orientar-se para a busca de uma inclusão cidadã. Trata-se, portanto, de uma qualificação social e profissional, como práticas e significados socialmente construídos, no âmbito das relações privadas, ou seja, no processo de trabalho, e no âmbito dos processos públicos, de construção de políticas públicas (LIMA, 2007, p. 54).

Assim, no período de 2003-2006, a qualificação é concebida como direito e como política pública, tendo como raízes as discussões sobre políticas públicas travadas nos movimentos sociais (LIMA, 2007). A partir dessa nova concepção percebeu-se a necessidade de integrar trabalho, educação e desenvolvimento. Para que isso fosse possível, os programas deveriam ter efetividade social e qualidade pedagógica.

Uma questão crucial, nessa concepção, é a negociação coletiva da qualificação. Nesse sentido, uma qualificação negociada deve ter como pressuposto o reconhecimento de que seu *lôcus* é a intersecção de pelo menos três campos: o da Produção (Trabalho), o do Estado (políticas públicas) e o da Educação (ações educativas) (LIMA, 2007, p. 76).

Por fim, pode-se entender a qualificação como função estruturante do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. Nesse contexto, Lima (2007) cita alguns compromissos que julga necessários para um novo ciclo de desenvolvimento para o Brasil e que está em curso desde 2003:

- O Brasil deve ser de e para todos (redução das desigualdades sociais).
- Uma visão de desenvolvimento que compreenda não como crescimento qualquer, meramente econômico, mas, principalmente, social, inseparável da distribuição de renda, da geração de trabalho e renda.

- Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia

As Políticas Públicas de Qualificação em Turismo se inserem nesse contexto, por apresentarem uma transversalidade que perpassa os tópicos anteriores. “A verdadeira inclusão social se dá com o trabalho”, dizia o ex-ministro Jaques Wagner, com toda razão. Deve-se acrescentar que somente é possível uma inserção no mundo do trabalho de forma cidadã, quando se considera o acesso à qualificação social e profissional como parte desse direito.

Esse caráter estruturante torna a qualificação singular no âmbito das políticas públicas de emprego. Assim, é preciso priorizar a articulação entre Trabalho, Desenvolvimento e Educação e caminhar rumo ao Sistema Nacional de Formação Profissional (LIMA, 2007).

No Brasil, a estrutura da atual política pública de Qualificação em Turismo apresenta-se conforme a figura a seguir:

Figura 02: Articulações Institucionais Responsáveis pela Qualificação no Brasil



Fonte: Diretrizes Nacionais de Qualificação em Turismo (2015).

As Políticas de Qualificação em Turismo englobam o conjunto de ações relativas à qualificação dos diversos tipos de profissionais que integram a sua cadeia produtiva. Ainda se incluem nas políticas de qualificação as ações

voltadas à sensibilização da população local para a importância da sua participação no desenvolvimento sustentável do turismo, e as ações de apoio à produção de metodologias e ferramentas pedagógicas apropriadas ao desenvolvimento de competências profissionais e a inserção profissional. Cabe destacar que a qualificação deve ter como premissa o atendimento à demanda quantitativa e qualitativa do mercado relativamente aos setores, segmentos e destinos turísticos nas diversas regiões.

2.4 FORMAÇÃO DA REDE DE PESQUISADORES COM BASE TERRITORIAL

Por ser praticamente impossível realizar uma avaliação completa dos programas de qualificação em turismo e hospitalidade em todo o território nacional, sem cair numa análise superficial ou meramente descritiva que não acrescentaria um novo conhecimento acerca do processo, o recorte espacial da pesquisa contempla os municípios classificados nos cluster A, B, C e D da metodologia da categorização, que implementaram projetos de qualificação financiados pelo Ministério do Turismo e/ou pelo PRONATEC/Turismo, no período de 2004 a 2015. No total contemplou-se 78 destinos pertencentes ao recorte espacial para a realização da presente pesquisa (Meta 01 - Etapa 1.1 - Ação 1.1.2).

A organização do recorte territorial ocorreu a partir da subdivisão de 11 (onze) regiões de interesse, considerando a classificação por cluster, segundo a metodologia de categorização do Programa de Regionalização do Turismo, ramificada por “A”, “B” e “C” estabelecida pelo MTur. Entende-se, a partir daí, que tais municípios possuem maior representatividade no setor, ou seja, pela quantidade de empregos, pela quantidade de estabelecimentos e pela estimativa de visitantes. Contudo, alguns municípios do cluster “D” também foram inseridos no estudo, por conta de sua relevância e de seu reconhecimento como atrativo turístico brasileiro. São os casos de Garibaldi (na Serra Gaúcha), Lapa (no litoral do Paraná) e São Raimundo Nonato (no Piauí, onde está localizado o Parque Nacional da Serra da Capivara). Abaixo seguem os destinos pertencentes ao recorte territorial da pesquisa:

Quadro 01: Centro-Oeste

Unidade da Federação	Município	Cluster
Distrito Federal	Brasília	A
Goiás	Caldas Novas	A
	Pirenópolis	B
	Rio Quente	B
	Alto Paraíso de Goiás	C
Mato Grosso	Cuiabá	A
	Chapada dos Guimarães	C
Mato Grosso do Sul	Bonito	B

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores com base nos documentos do MTur, 2016.

Quadro 02: Nordeste I

Unidade da Federação	Município	Cluster
RN	Natal	A
	Parnamirim	C
	Tibau do Sul	B
PE	Recife	A
	Caruaru	B
	Olinda	B
	Fernando de Noronha	B
	Ipojuca	C
PB	João Pessoa	A
	Campina Grande	B

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores com base nos documentos do MTur, 2016.

Quadro 03: Nordeste II

Unidade da Federação	Município	Cluster
Alagoas	Maceió	A
	Maragogi	B
	Penedo	C
Bahia	Salvador	A
	Lençóis	B
	Costa do Descobrimento (Porto Seguro – Arraial D’Ajuda - Santa Cruz)	A
	Cabrália	C
Sergipe	Aracajú	A

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores com base nos documentos do MTur, 2016.

Quadro 04: Nordeste III

Unidade da Federação	Município	Cluster
CE	Fortaleza	A
	Jijoca de Jericoacoara	B
	Beberibe	B
MA	São Luís	A
	Barreirinhas	C
PI	Teresina	A
	Parnaíba	B
	São Raimundo Nonato	D

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores com base nos documentos do MTur, 2016.

Quadro 05: Norte

Unidade da Federação	Município	Cluster
AM	Manaus	A
	Parintins	C
	Presidente Figueiredo	C
PA	Belém	A
	Santarém	B
	Bragança	C

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores com base nos documentos do MTur, 2016.

Quadro 06: Sudeste I

Unidade da Federação	Município	Cluster
SP	Campinas	A
	Campos do Jordão	A
	São Paulo	A
	Ubatuba	A
	Brotas	C
	Socorro	B

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores com base nos documentos do MTur, 2016.

Quadro 07: Sudeste II

Unidade da Federação	Município	Cluster
RJ	Rio de Janeiro	A
	Petrópolis	B
	Itatiaia	B
	Niterói	B

	Costa do Sol (Cabo Frio, Armação dos Búzios)	A
	Costa Verde (Angra dos Reis, Paraty)	A

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores com base nos documentos do MTur, 2016.

Quadro 08: Sudeste III

Unidade da Federação	Município	Cluster
ES	Vitória	A
	Guarapari	A

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores com base nos documentos do MTur, 2016.

Quadro 09: Sudeste IV

Unidade da Federação	Município	Cluster
MG	Belo Horizonte	A
	Ouro Preto	B
	Mariana	C
	São João Del Rei	B
	Tiradentes	B
	Diamantina	B

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores com base nos documentos do MTur, 2016.

Quadro 10: Sul I

Unidade da Federação	Município	Cluster
PR	Curitiba	A
	Foz do Iguaçu	A
	Paranaguá	B
	Morretes	C
	Antonina	D
	Lapa	D
	São José dos Pinhais	C
SC	Florianópolis	A
	Garopaba	B
	Balneário Camboriú	A

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores com base nos documentos do MTur, 2016.

Quadro 11: Sul II

Unidade da Federação	Município	Cluster
RS	Porto Alegre	A

	Gramado	A
	Canela	B
	Bento Gonçalves	B
	Garibaldi	D
	Caxias do Sul	B
	Pelotas	B
	Torres	A
	Novo Hamburgo	C

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores com base nos documentos do MTur, 2016.

Mediante a complexidade proposta para se alcançar o objetivo: de realizar uma pesquisa avaliativa dos arranjos territoriais possibilitadores da qualificação do turismo nacional nas cinco regiões federativas do país tendo como recorte os municípios classificados, a partir dos clusters A, B, C e D, contemplados pelo PRONATEC/Turismo e/ou que implementaram projetos de qualificação financiados pelo Ministério do Turismo, no período de 2004 a 2015, foi necessário constituir uma rede de pesquisadores.

Considerou-se que as pesquisas em redes são uma oportunidade de oferecer um foco ainda mais amplo e aberto nas investigações, onde geralmente propõe e se pactua uma temática ampla que será desdobrada por vários pesquisadores. Nelas estão previstos dispositivos de troca de informações e intercâmbio, através de debates e seminários, ações interventivas e publicações comuns. Ou seja, são a forma mais clara de construção de conhecimento inter-multi-transdisciplinar (Vasconcelos, 2007).

Nesse sentido, justifica-se a realização das oficinas (a primeira realizada em 26/10/2015) e seminários realizados ao longo do processo da pesquisa, visto que estes foram essenciais para fundamentar o plano de pesquisa desenvolvido, realizar os repasses teóricos/metodológicos e por também serem espaços democráticos de trocas, discussões e construções que possibilitaram a elaboração da Política Nacional de Formação Profissional em Turismo e Hospitalidade.

Para atender a articulação entre as 05 regiões do Brasil elegeram-se as seguintes instituições de ensino para a rede de pesquisa, eleitas a partir da expertise em turismo por existência de programas de pesquisa em turismo e/ou

pesquisadores que tem trabalhado na temática (qualificação em turismo) nas universidades federais e institutos federais (Meta 1, Etapa 1.1, Ação 1.1.1):

a) Universidade Federal do Pará (UFPA), na região Norte, coordenação: Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo. Equipe de Pesquisa de Campo: Doutoranda Ana Claudia dos Santos Silva, Doutoranda Silvia Laura Costa Cardoso, Mestranda Ana Paula da Silva Rebelo.

b) Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), coordenação: Prof. Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega. Equipe de Pesquisa de Campo: Doutoranda Sinthya Pinheiro Costa, Mestranda Isabella Ludimilla Barbosa do Nascimento, Mestranda Itamara Lúcia da Fonseca.

c) Instituto Federal da Bahia, coordenação: Prof. Dr. Biagio Mauricio Avena. Equipe de Pesquisa de Campo: Doutorando Heitor Ferrari Marback, Mestranda Paula Mara Messias Costa, Graduanda Milícia Angélica Portugal B. dos Santos.

d) Universidade Federal Fluminense (UFF), coordenação: Prof. Dr. Aguinaldo Cesar Frattucci. Equipe de Pesquisa de Campo: Mestranda Natasha Ribeiro Bantim Durães, Mestrando Rafael Melo Pereira.

e) Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), coordenação: Prof. Dr. Rodrigo Martonni. Equipe de Pesquisa de Campo: Mestrando Raphael Antunes do Amaral Santos, Graduanda Bruna Aparecida Viola da Silva, Graduanda Jennifer Carneiro Borges.

f) Universidade de São Paulo (USP), coordenação: Prof. Dr. Luiz Gonzaga Godoi Trigo. Equipe de Pesquisa de Campo: Mestrando Wallace Bezzerra Farias, Mestrando Eriberto do Nascimento Sousa.

g) Universidade Federal do Paraná (UFPR), coordenação: Prof^a. Dra. Silvana do Rocio de Souza. Equipe de Pesquisa de Campo: Mestranda Roberta F. Marques de Sousa, Mestranda Milene de Cássia Santos de Castro.

h) Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), coordenação: Prof. Dr. Antônio Carlos Castro Giovanni. Equipe de Pesquisa de Campo: Mestranda Camila Luísa Mumbach da Silva, Prof^a. Dr^a. Marutschka Martini Moesch.

i) Universidade de Brasília (UNB), coordenação da Região Centro Oeste: Prof. Dr. Luiz Carlos Spiller Pena. Equipe de Pesquisa: Mestranda Kézya Silva Coelho Lima, Mestrando Thiago Carvalho; coordenação da Região Nordeste 3: Prof. Dr. João Paulo Faria Tasso, Equipe de Pesquisa de Campo: Mestranda Adriana Monteiro da Silva; coordenação da Região Sudeste 3: Prof^a. M.a. Ana Rosa dos Santos. Equipe de Pesquisa de Campo: Prof. Dr. Neio Lúcio Campos, Mestranda Mariana Tomazin.

Figura 03: Distribuição Espacial da Rede de Pesquisa



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores, 2015.

Para a definição final destas instituições de pesquisa e ensino considerou-se o acúmulo de pesquisas nas temáticas propostas, desenhando-se uma rede composta por 48 pesquisadores entre doutores, mestres,

doutorandos, mestrandos e graduandos de programas de graduação e pós-graduação em turismo e áreas afins. Na figura abaixo se apresenta o esquema da rede de pesquisa:

Figura 04: Rede de Pesquisa



Fonte: Plano de Pesquisa da Política Nacional de Qualificação em Turismo, 2016.

A coordenação geral da rede de pesquisa ficou sob responsabilidade da UnB, subdividindo responsabilidades entre grupo de pesquisadores do Núcleo de Políticas Públicas em Turismo, registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, pertencente ao Mestrado profissional em Turismo:

a) Coordenação Geral e Coordenação da Pesquisa Qualitativa: Prof^a. Dr^a. Marutschka Moesch. Equipe da Pesquisa Qualitativa: M.a. Ana Rosa dos Santos, Mestranda Adriana Monteiro da Silva, Mestranda Ana Paula da Silva Rebelo, Mestranda Camila Luísa Mumbach da Silva, Mestranda Leonor Andreia da Silva Ribeiro, Mestranda Mariana Tomazin, Mestranda Fernanda Parente, Graduanda Barbara Nascimento Rodrigues;

b) Coordenação do Núcleo de Pesquisa Documental: Prof. Dr. João Paulo Faria Tasso;

c) Coordenação da Pesquisa Quantitativa: Prof. Dr. José Aroudo Mota. Equipe da Pesquisa Quantitativa: M.a. Livia Barros Wiesinieski, Mestranda Andrea Brito Theorga, Mestranda Kézya Silva Coelho Lima, Mestrando Thiago Carvalho, Graduando Leonam Israel Assunção Vianna, Graduando Rodrigo de Souza Barros;

d) Coordenação dos Núcleos Regionais de Pesquisa: Prof. Dr. Luiz Carlos Spiller Pena;

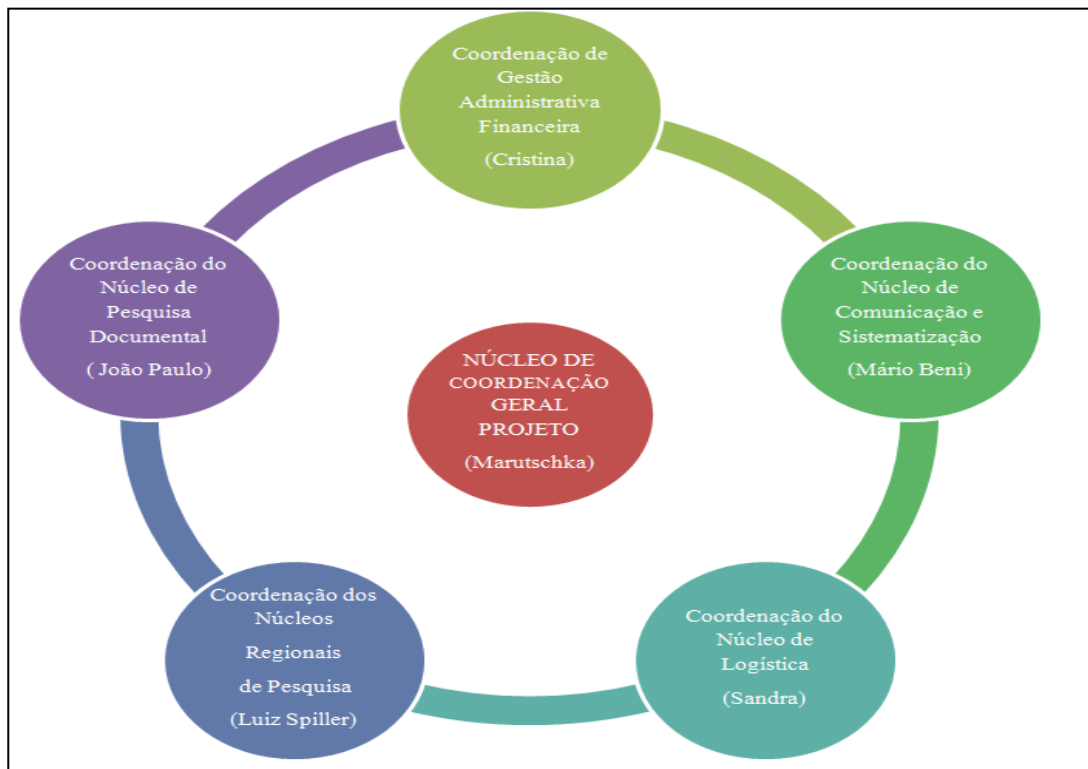
e) Coordenação Núcleo de Comunicação e Sistematização: Prof. Dr. Carlos Mário Beni. Equipe de Comunicação e Sistematização: M.a. Alessandra dos Santos dos Santos, Mestranda Natanry Fernanda Queiroz Dias Rosa, Graduanda Lais Mello Gomes;

f) Coordenação do Núcleo de Logística: M.a. Sandra Fernandes. Equipe Mestranda Tatielle Pereira.

g) Coordenação do Núcleo de Gestão Administrativa Financeira: Cristina Machado de Souza.

Para que a eficiência da rede de pesquisa ocorresse de forma a realizar uma pesquisa densa de cunho qualitativo, necessitou estabelecer a organização de núcleos de trabalhos sob diferentes coordenações, de forma a contemplar todas as linhas de atuação do projeto em âmbito nacional. Dessa forma, ficou instituído o seguinte esquema organizacional, conforme a figura abaixo:

Figura 05: Coordenações da Rede de Pesquisa



Fonte: Plano de Pesquisa da Política Nacional de Qualificação em Turismo, 2016.

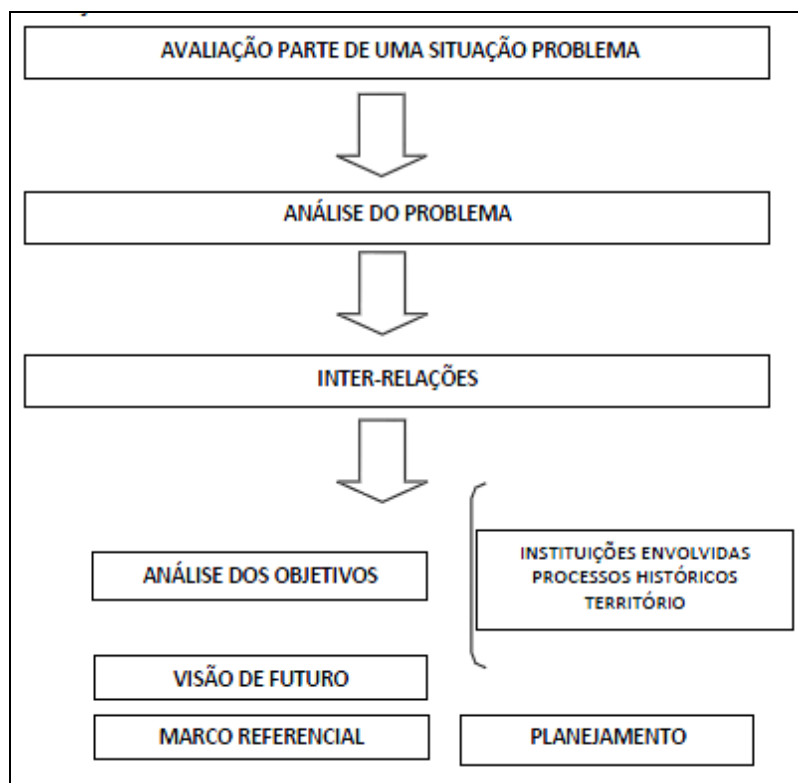
Registra-se que este estudo de extensa base territorial, só foi possível de ser investigado em uma rede de pesquisa colaborativa, para que dessa forma, fosse possível identificar as necessidades, lacunas e desejos na formação de empreendedores, gestores e trabalhadores em geral que atuam no território nacional, a partir das ocupações do turismo e do recorte espacial estabelecido, possibilitando o acompanhamento das metas do Programa Nacional de Qualificação em Turismo - PNQT, o qual deverá subsidiar os investimentos públicos e privados para qualificação e capacitação em programas para o desenvolvimento e a formação profissional.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é de natureza aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos dirigidos à resolução de um problema específico, sendo de cunho qualitativo, pois considera que existe uma relação entre o sujeito e o universo real, ou seja, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido somente em números (SILVA; MENEZES, 2001).

A figura a seguir apresenta de forma sistêmica a estruturação desta pesquisa:

Figura 06: Etapas do relatório para qualificação no turismo



Fonte: Plano de Pesquisa da Política Nacional de Qualificação em Turismo, 2016.

Ressalta-se que os pesquisadores nas últimas décadas descobriram as qualidades de abordagens qualitativas para a pesquisa avaliativa e, conseqüentemente, aplicadas à análise das políticas sociais organizacionais. Embora as pesquisas sobre políticas sociais possam apresentar várias facetas, segundo Majchrzak (1984, p. 18) elas têm um objeto multidimensional, são de orientação empírico-indutiva, se reportam ao futuro e ao passado, são

sensíveis à utilização de resultados e reconhecem explicitamente os valores que veiculam.

Na pesquisa qualitativa o objeto de pesquisa em questão é, ao mesmo tempo, um ponto de partida e um ponto de chegada, permitindo construir caminhos auto diagnósticos, valorizando a precisão necessária das informações pelas análises dialógicas e coletivas entre pesquisadores e partes interessadas.

No estudo realizado no ano de 2014 para a elaboração das Diretrizes Nacionais para Qualificação em Turismo (Ministério do Turismo, 2015) foi constatado que, apesar dos esforços existentes de diversas instituições para a qualificação no setor do turismo e hospitalidade no Brasil, com avanços consideráveis desde 2003 a partir da existência de um programa de qualificação, as ações obtiveram resultados pontuais e descontínuos. Esses investimentos foram insuficientes para ampliar a competitividade do destino turístico Brasil. Ainda que tenham favorecido parcialmente determinados setores da cadeia produtiva, não permitiram ampliar o ciclo virtuoso da formação e qualificação em relação à redistribuição dos benefícios sociais entre os municípios participantes dos programas federais de qualificação.

O Relatório da Análise Documental contido nas Diretrizes Nacionais de Qualificação em Turismo (Ministério do Turismo, 2015) aponta como “nós críticos” dos projetos de formação vocacional e profissional até então implantados os seguintes elementos políticos ideológicos:

- a) *Concentração em métodos abstratos-formais nos cursos ofertados, com consequente desvalorização das questões metodológicas;*
- b) *Falta de definição dos papéis entre os atores sociais e o MTur, causando dispersão de recursos e superposição de ações;*
- c) *Baixa qualidade pedagógica dos cursos (ausência de conteúdos mínimos, não estabelecimento de carga horária mínima, consequentemente baixa carga horária média dos cursos da formação vocacional);*

- d) *Inexistência de critérios para avaliação pedagógica e não apenas para o cumprimento das metas;*
- e) *Valorização de uma pedagogia ativa em detrimento de uma pedagogia problematizadora;*
- f) *Esvaziamento do papel educativo e formativo dos programas propostos;*
- g) *Exigências apenas formais de capacidades técnicas e pedagógicas das entidades executoras;*
- h) *Baixa integração dos programas de qualificação e demais programas de formação em cada território (MTur, MEC, Sistema S e Educação Formal);*
- i) *Pouca ênfase na elevação da escolaridade dos participantes envolvidos;*
- j) *Dificuldade de adaptação às realidades de cada localidade devido à inexistência de diagnósticos críticos;*
- k) *Baixa presença de modelos de avaliação, monitoramento de processo e indicadores de eficácia.*

Ao se propor a metodologia de pesquisa pela construção de uma avaliação crítica participativa, tem-se como premissa a reconstrução desta realidade do turismo no Brasil a partir do recorte espacial estabelecido.

Assim, adotou-se a pesquisa avaliativa como metodologia a ser aplicada visando responder o problema de pesquisa que se instaurou da seguinte forma: a partir das Diretrizes de Qualificação em Turismo (MTur, 2015) foi diagnosticada a ineficácia e insuficiência de muitos programas e projetos de qualificação implantados pelo MTur, inclusive o PRONATEC, em algumas regiões do país ou setores específicos do turismo, o que leva a indagar porque um mesmo projeto/programa pode ter resultados satisfatórios em determinadas regiões e insatisfatórios em outras. Quais são as influências das condições contextuais da situação problemática, das estruturas organizacionais e institucionais envolvidas, nos graus qualitativo e quantitativo de implantação de uma intervenção na qualidade de seus resultados? Porque da variabilidade dos resultados obtidos em cada base territorial?

O objetivo geral da presente pesquisa consistiu em realizar uma pesquisa avaliativa dos arranjos territoriais possibilitadores da qualificação do

turismo nacional nas cinco regiões federativas do país tendo como recorte os municípios classificados, a partir dos clusters A, B, C e D, contemplados pelo PRONATEC/Turismo e/ou que implementaram projetos de qualificação financiados pelo Ministério do Turismo, no período de 2004 a 2014.

Para se alcançar o objetivo geral proposto percorreu os seguintes objetivos específicos:

- a) Diagnosticar a demanda da qualificação profissional das principais ocupações das Atividades Características do Turismo (ACT's) no período de 2004 a 2014.
- b) Analisar a oferta da qualificação em Turismo implementada nos últimos 10 anos em relação à quantidade, qualidade, tipologia e efetividade, a partir do recorte espacial, tendo como base de dados do Relatório da Análise Documental, parte integrante das Diretrizes Nacionais para Qualificação em Turismo (MTur, 2015).
- c) Analisar os impactos da qualificação profissional na competitividade dos destinos turísticos, conforme recorte espacial da pesquisa.
- d) Analisar os impactos do PRONATEC/Turismo na relação qualidade/quantidade dos egressos e sua empregabilidade formal no setor entre os anos de 2013-2014.
- e) Analisar a qualidade da formação profissional dos trabalhadores do turismo atuantes em experiências indicadas como boas práticas da hospitalidade em gastronomia, hotelaria e roteirização, tendo como base territorial a classificação dos municípios pelos clusters A, B, C e D da metodologia da categorização.

- f) Identificar os “nós críticos” na qualificação e certificação profissional dos trabalhadores do setor turístico com o propósito de sua superação, a partir da análise das causas de qualificação e delimitação do grau de governabilidade sobre elas.
- g) Dimensionar as necessidades de desenvolvimento e formação profissional no setor do turismo nacional, em relação à qualidade, às metodologias, aos conteúdos pedagógicos, à quantidade e diversidade de estratégias de qualificação visando subsidiar a Política Nacional para Qualificação em Turismo.
- h) Construir indicadores de desempenho em diferentes escalas (nacional/regional/local) para ampliar a eficiência e eficácia no acompanhamento das metas do PNQT em uma proposta de bancos de dados e sistema de coleta de informações.
- i) Elaborar uma metodologia de um banco de dados para sistematização das informações e monitoramento.

Para subsidiar a abrangência da tessitura da construção das evidências da pesquisa elaboraram-se as seguintes questões norteadoras a fim de aprofundar o processo investigativo:

- Qual a avaliação da qualidade e da eficácia dos cursos de qualificação em turismo ofertados pelo governo ao longo destes 10 anos, diante das necessidades de melhora dos serviços de turismo e hospitalidade?
- Quais são os entraves e os elementos facilitadores para a implantação de uma política estatal de qualificação em turismo, sistemática e eficaz nos arranjos territoriais?

- Por que observa-se a persistência, nos projetos de qualificação, de problemas como o esvaziamento do papel educativo e formativo dos programas propostos, as dificuldades de adaptação às realidades de cada localidade, a concentração em métodos abstratos-formais nos cursos ofertados, a falta de definição dos papéis entre os atores sociais e o Ministério do Turismo, causando dispersão de recursos e superposição de ações, secundarização das questões metodológicas, entre outros que se reproduziram ao longo dos últimos anos?
- Qual a relação entre a pedagogia ativa identificada na maioria dos cursos de qualificação em turismo e a baixa procura pela oferta e/ou baixo aproveitamento dos participantes, considerando o elevado número de alunos evadidos e reprovados?
- As didáticas utilizadas nos cursos de qualificação em turismo permitiram a transferência do conhecimento para a melhoria das competências e habilidades exigidas nas funções realizadas? Os métodos foram suficientes para instrumentalizar os alunos na resolução dos problemas enfrentados na atuação profissional?
- Existe relação entre a relativa desvalorização dos cursos de formação vocacional e a inexistência de critérios de avaliação pedagógica, o não-cumprimento de carga horária proposta, a inadequação da carga horária em relação aos conteúdos, a inexistência de conteúdos minimamente comuns nos diversos cursos ou que atendam às necessidades do mercado?
- Como a baixa integração encontrada, ao longo dos últimos 10 anos, entre os programas de qualificação do MTur, do Sistema S e da rede formal de educação, influenciou na política de qualificação implantada para os trabalhadores em turismo e hospitalidade nas 5 regiões do país?
- Qual a influência da ausência de diagnósticos críticos, por região, na eficácia dos programas/projetos de qualificação implantados?
- Como a baixa presença de monitoramento e avaliação dos cursos influenciou na qualidade do processo de qualificação?
- Os egressos do Pronatec-Turismo estão empregados na área do turismo e hospitalidade? Se sim, em postos de trabalho relacionados com os

cursos que fizeram? Há uma relação entre qualificação e empregabilidade?

- Nas localidades em estudo, a qualificação em turismo promoveu o aumento do nível de escolaridade dos egressos?
- Quais são os elementos existentes nos territórios onde os programas de qualificação do governo foram eficientes na melhoria da formação/educação dos trabalhadores em turismo e hospitalidade e, conseqüentemente no desenvolvimento do turismo local?
- Quais são os fatores mais significativos que influenciam, condicionam e determinam a situação e os atores sociais implicados nas boas práticas de qualificação do turismo e hospitalidade?
- Nas comunidades dos municípios em análise encontram-se confiança, respeito e reciprocidade entre a sociedade civil e o Estado, responsabilidade pelos assuntos públicos, engajamento cívico e cooperação?
- Nas localidades onde se verificou o sucesso dos programas, as boas práticas de desenvolvimento local pelo turismo têm na qualificação um dos seus pilares?

Dessa forma, classificou-se a pesquisa como descritiva e explicativa, pois se utilizou da análise documental, da observação direta e de entrevistas em profundidade para a recolha dos dados. Assim, como da triangulação destes, pois tem por objetivo descrever e analisar os fatores principais de uma determinada parcela da realidade sobre qualificação profissional em turismo, além de determinar a natureza das relações entre qualificação profissional-educação do trabalhador-desenvolvimento do turismo nacional.

A metodologia de trabalho foi participativa, construtiva de possibilidades a partir da realidade vivenciada pela rede de pesquisadores, sendo construída na medida em que era trilhado o caminho da investigação, de forma a entender esse processo como social e dinâmico em permanente mudança e movimento, complexo, que se inter-relacionam, de forma contraditória, em um conjunto de fatores objetivos e subjetivos.

Assim, se tornaram imprescindíveis as condições institucionais para a sistematização da prática realizada a partir dos seguintes princípios de trabalho:

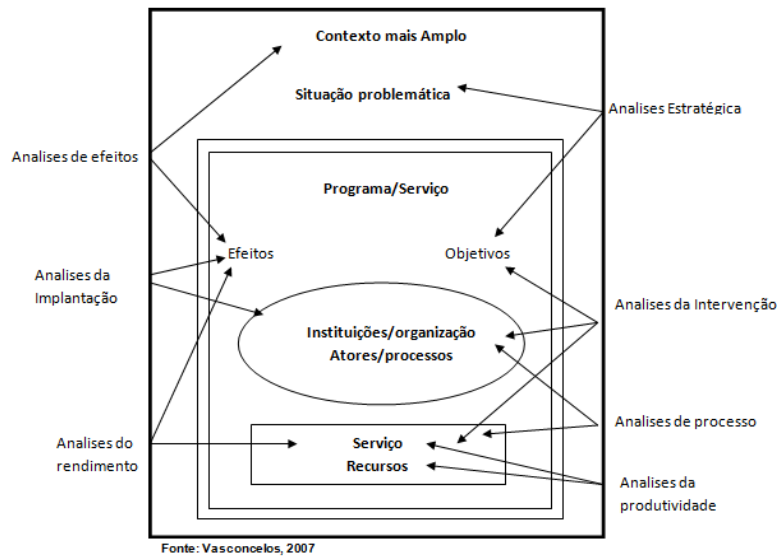
- a busca de coerência para trabalho em equipe;
- a definição de um sistema integrado de funcionamento em rede;
- impulso a um processo cumulativo dentro do grupo de trabalho para que a metodologia ficasse como aprendizado e tecnologia própria.

As metodologias trabalhadas permitiram a apreensão do objeto turístico na sua dimensão interdisciplinar, assim como possibilitaram a construção de referenciais teóricos que possibilitassem o entendimento do Turismo como um fenômeno sociocultural, portanto, passível de críticas, bem como recheados de contradições, conforme seu desenvolvimento histórico. Compreender a complexidade do fenômeno turístico e sua dimensão transdisciplinar no pensar, planejar e agir, portanto em seus impactos socioculturais, econômicos e ambientais e os desafios da qualificação nesse imbricado processo social.

3.1. A NATUREZA DOS DADOS CONSTRUÍDOS (TIPO DE PESQUISA, NÍVEL DE ESTUDO DESCRITIVO E INTERPRETATIVO)

As pesquisas avaliativas utilizam diferentes tipos de análises, que podem ser destacados de acordo com a necessidade de cada pesquisa, contudo, com o objetivo de responder diferentes questionamentos na presente pesquisa, utilizou-se o esquema da figura abaixo:

Figura 07: Ilustração da pesquisa avaliativa



3.2. RECORTE ESPACIAL

Durante o processo de implementação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, política estruturante do MTur, foram realizadas oficinas e reuniões setoriais e nacionais, para a compreensão de conceitos; definição de estratégias de implantação nas 27 Unidades da Federação; planejamento de ações; e, particularmente, a construção de critérios para a definição do conjunto de municípios que constituem cada “região turística” (BRASIL, 2013, p. 17).

O processo gerou como ferramenta de trabalho o Mapa de Regionalização do Turismo, instrumento que até hoje orienta a atuação do MTur no desenvolvimento de políticas públicas de turismo e que define o recorte territorial que deve ser trabalhado prioritariamente. No ano de 2013 a atualização do Mapa consistiu em 303 regiões turísticas identificadas, as quais abrangiam no seu conjunto 3.345 municípios.

Tendo como base o Mapa de Regionalização do Turismo, agora denominado Mapa do Turismo Brasileiro, o MTur adotou uma nova metodologia para categorizar os municípios brasileiros.

Essa metodologia visou categorizar os municípios brasileiros quanto ao desempenho econômico do setor turístico, a partir de quatro variáveis: número

de estabelecimentos formais cuja atividade principal é hospedagem; número de empregos formais no setor de hospedagem; estimativas de fluxo de turistas domésticos; e, estimativas de fluxo de turistas internacionais, com o objetivo de orientar as políticas públicas de desenvolvimento do turismo, de forma a subsidiar a tomada de decisões estratégicas da gestão pública e orientar a elaboração e implementação de políticas específicas para cada categoria de municípios, de modo a atender suas especificidades (BRASIL, 2015, p. 8).

Além do mais, esta nova metodologia adotada da categorização vem ao encontro para subsidiar a revisão das regras e critérios do MTur para formalização de instrumentos de transferências voluntárias de recursos para apoio a programas, projetos e ações que visam ao desenvolvimento do turismo, com vistas à eficiência alocativa de recursos públicos.

Assim, conforme resultado obtido na análise de cluster, os municípios das regiões turísticas foram agrupados em cinco diferentes categorias, definidas como clusters A, B, C, D e E (BRASIL, 2015).

É importante entender o que é essa metodologia da análise de cluster para saber o porquê da sua escolha para a categorização. Para Beni (2012), os clusters se constituem em uma importante e destacada forma multiorganizacional, portanto, o cluster de turismo seria:

(...) um conjunto permanente de ações dinâmicas e reiterantes de esforço comunitário; mobilização social; empreendedorismo nos investimentos econômicos; eficiente comunicação interorganizacional; engajamento dos atores sociais e agentes institucionais; e interação de todos os segmentos da oferta para a necessária e imprescindível sinergia no arranjo produtivo para a consolidação de seu desenvolvimento sustentável (BENI, 2012, p. 521).

Contudo, o MTur utiliza um conceito mais restrito de análise de cluster a partir de Mingoti (2005), que a caracteriza como uma técnica estatística multivariada que:

(...) tem como objetivo dividir os elementos de uma amostra em grupos, de forma que elementos pertencentes a um mesmo grupo sejam similares entre si, com respeito às variáveis (características) que neles foram medidas, e que elementos em grupos diferentes sejam heterogêneos em relação a estas mesmas características (MINGOTI, 2005, p. 155).

A escolha desse conceito se justifica pela realização de uma pesquisa exclusivamente quantitativa, a partir de dados secundários disponíveis ao MTur. Assim, dentro da categorização, os municípios com maior expressão, no que diz respeito à estimativa de fluxo turístico doméstico e internacional, são aqueles do cluster A, que apesar do número pequeno de 51 municípios, incluindo as 27 capitais brasileiras, correspondem a 47% do fluxo doméstico e 82% do internacional, e representa os municípios com maior número de empregos e estabelecimentos no setor de hospedagem. Este grupo concentra destinos turísticos consagrados como Porto Seguro (BA), Ipojuca (Porto de Galinhas/PE), Armação de Búzios (RJ), Campos do Jordão (SP), Guarapari (ES), Balneário Camboriú (SC), Foz do Iguaçu (PR), Gramado (RS) e Caldas Novas (GO) (BRASIL, 2015).

Em relação ao cluster B este possui um número três vezes maior de municípios em sua formação, 167, sendo que com participação expressiva de localidades das regiões Sudeste, Nordeste e Sul, mas com uma percentagem menor em relação ao fluxo turístico. Mas somados os clusters A e B respondem por 68% do fluxo doméstico brasileiro e 96% do internacional.

Entretanto, o maior número de cidades concentra-se nos clusters D e E, perfazendo o total de 2.623 ou 75%, que em contramão reúnem os municípios de menor fluxo de turistas e empregos formais no setor, chegando a 0 (zero) nos municípios do E (BRASIL, 2015, p.11).

O intuito de conhecer as características de cada cluster é para proporcionar apoios adequados a cada um deles. Por isso que a categorização é um instrumento para identificação do desempenho da economia do turismo dos municípios inseridos nas regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro, que foi instituída por meio da Portaria nº. 144, de 27 de agosto de 2015 (BRASIL, 2015, p. 8).

Sendo uma estratégia do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, para atender à necessidade do MTur de aprimorar os critérios para definir políticas públicas para o setor e criar um instrumento capaz de subsidiar, de forma objetiva utilizou-se para a presente pesquisa os municípios escolhidos, majoritariamente, classificados nos clusters A, B e C,

que são os que possuem maior representatividade no setor, ou seja, quantidade de empregos, quantidade de estabelecimentos e estimativa de visitantes.

Contudo, alguns municípios do cluster D também fizeram parte do estudo por conta do seu reconhecimento e importância como atrativo turístico brasileiro, como, no caso, de São Raimundo Nonato no Piauí, onde se encontra a Serra da Capivara, e Garibaldi que fica na Serra Gaúcha. Sendo que todos os municípios foram contemplados pelo PRONATEC/Turismo e/ou implementaram projetos de qualificação financiados pelo Ministério do Turismo (MTur) no período de 2004 a 2015, nos quadros expressos no item 2.4 é possível verificar a composição das regiões e os respectivos clusters.

3.3. ANALISE DOCUMENTAL

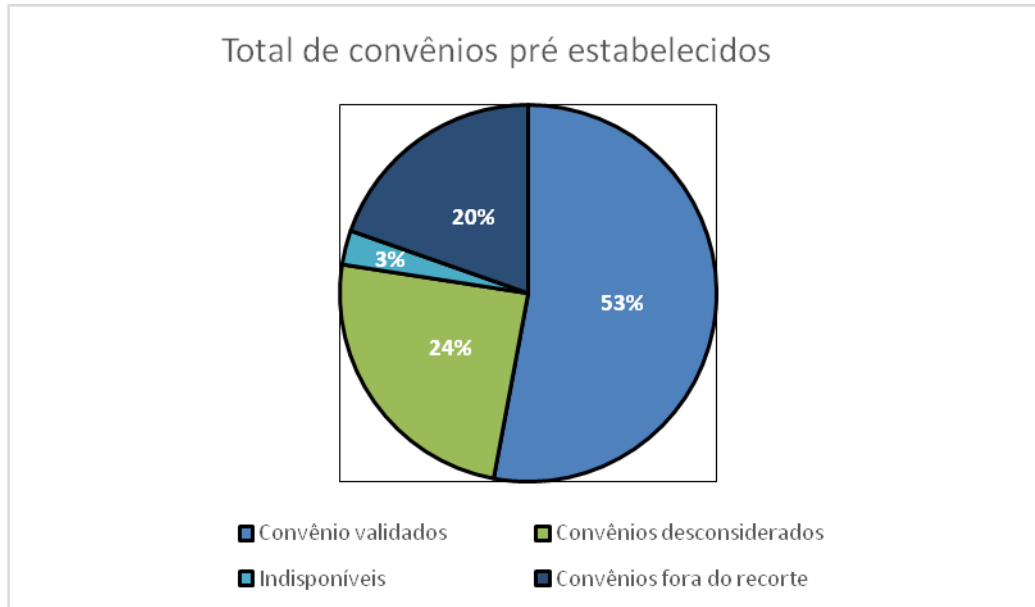
O presente item do relatório apresenta a metodologia da construção da análise documental que corresponde às etapas 1.2 (Ações 1.2.4; 1.2.5; 1.2.6) e etapa 1.3 do Plano de Trabalho do Termo de Execução Descentralizada, compreendendo respectivamente as seguintes informações: Análise documental quali-quantitativa da oferta e da demanda de qualificação incluindo PRONATEC TURISMO; Avaliar a relação formação-empregabilidade dos egressos PRONATEC TURISMO; e, Levantamento das experiências exitosas de qualificação por regiões.

No contexto específico desta pesquisa, relativo ao levantamento da oferta de qualificação, no período de 2004 a 2015, quer seja pelo PRONATEC Turismo ou por instrumentos celebrados para apoio à execução de ações de Qualificação dos Profissionais para o Turismo, foram dimensionados o quantitativo de cursos, de pessoas qualificadas por atividades características do turismo - ACT's. Para tanto o MTur sugeriu a análise de 102 convênios conforme Gráfico 1 a seguir.

Parte significativa destes processos foram disponibilizadas entre novembro de 2015 e março de 2016. Neste período os pesquisadores foram às

dependências do Departamento de Formalização e Qualificação no Turismo – DEQUA para coletar as informações necessárias.

Gráfico 01: Total de convênios pré-estabelecidos para análise



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores, 2016.

Alguns dos convênios desconsiderados chegaram a ser analisados, mas por solicitação da equipe técnica do MTur optou-se pela não utilização dos dados uma vez que estes estão em processo de análise de prestação de contas ou de tomada de conta especial.

3.3.1. PROCESSO DE ANÁLISE DOCUMENTAL DOS DADOS QUALITATIVOS DA DEMANDA E OFERTA DE QUALIFICAÇÃO, PELA IDENTIFICAÇÃO DO QUE FOI FEITO NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

Tendo como propósito a descrição do estado da arte sobre a demanda e a oferta por qualificação subsidiada por recursos do MTur, tomou-se como base territorial os municípios com importante representatividade dentro da atuação ministerial, conforme descrito anteriormente no item 2.4 3 e no item 3.2.

Para a investigação quali-quantitativa da demanda e oferta de qualificação, pela identificação do que foi feito nos últimos 10 anos (processo e qualidade) foi desenvolvida a técnica de análise documental a partir da

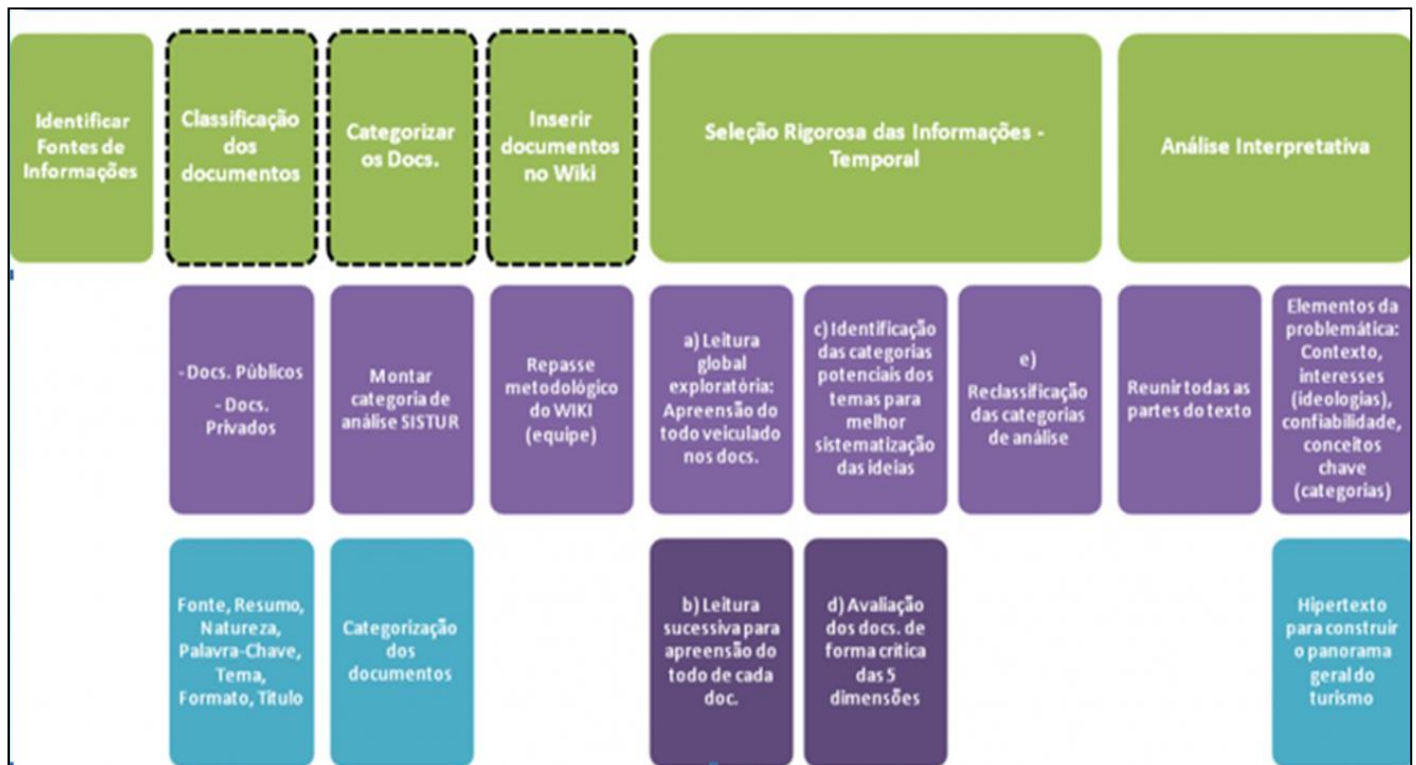
proposta de Poupart et al (2010) que consiste em método de coleta capaz de eliminar as influências externas.

A análise documental permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social, graças ao documento pode-se operar um corte longitudinal que favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de grupos (POUPART, 2010, p.15).

O estudo dos documentos possibilitou contextualizar o texto produzido, o autor e atores sociais em cena, a partir da confiabilidade dos documentos acessados. A primeira etapa desta pesquisa ocorreu a partir de visitas pelos pesquisadores ao MTur, no Departamento de Qualificação e Certificação em Turismo, entre 23 de novembro de 2015 a 05 de abril de 2016, onde foram disponibilizados inicialmente 90 processos para coleta dos dados quali-quantitativos. Após a etapa de identificação dos documentos oficiais foram selecionados 54 processos em função de particularidades relacionadas à análise da prestação de contas, o que é um indicador de sua realização e efetivação de fato, apresentado no Apêndice 3.

Definido os documentos passou-se a avaliação dos convênios a partir de uma análise preliminar onde os mesmos foram examinados tendo como foco as categorias operatórias geradas a partir do problema de pesquisa. Posteriormente foram feitas leituras sucessivas análise crítica dos documentos, com a inserção dos dados de interesse em um banco de dados em formato excel, conforme a figura abaixo. Em seguida realizou-se o inventário e seleção rigorosa das informações disponíveis, e a decodificação para construção de um *corpus* satisfatório para análise nas etapas seguintes.

Figura 08: Etapas da análise documental conforme Cellard (2012)



Fonte: Análise Documental, 2015.

Após essa categorização, se processou a avaliação de documentos de forma crítica em 05 dimensões:

- Contexto;
- Autores;
- Autenticidade e confiabilidade do texto;
- Natureza do texto;
- Conceitos chave e a lógica interna do texto.

A seleção rigorosa das informações a partir da análise preliminar e categorização das informações foram selecionadas conforme atividades descritas a seguir: leitura global exploratória; apreensão do todo veiculado nos documentos; leitura sucessiva para apreensão do todo de cada documento; identificação das categorias potenciais dos temas para melhor sistematização das ideias; avaliação dos documentos de forma crítica das cinco dimensões; e reclassificação das categorias de análise para então realizar a análise interpretativa dos dados documentais.

Neste momento foram reunidos e comparados os dados produzidos: elementos da problemática, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto e conceitos chave para fornecer uma interpretação coerente, tendo em vista os questionamentos iniciais e a reconstrução da textualidade da realidade. O estudo foi realizado a partir do entendimento de três articulações institucionais responsáveis pela qualificação dos cidadãos no Brasil, ou seja, o MTur (recorte dessa pesquisa), o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e Emprego.

3.3.2. PROCESSO DE ANÁLISE DOCUMENTAL DOS DADOS QUANTITATIVOS DA DEMANDA E OFERTA POR QUALIFICAÇÃO, PELA IDENTIFICAÇÃO DO QUE FOI FEITO NOS ÚLTIMOS 10 ANOS (PROCESSO E QUALIDADE):

Para a descrição do estado da arte do programa de qualificação considerando a qualidade e abrangência dos processos de formação educacional, foram analisados os documentos correspondem aos 54 programas realizados pelo MTur, por meio de convênios realizados com entidades que implantaram cursos de formação vocacional, como o Sistema S (SEBRAE, SENAC, SENAI), Instituições de Ensino Superior e rede de ensino formal, as organizações do trade (ABRASEL, ABIH, IH, BRAZTOA, entre outros), e o PRONATEC-Turismo em âmbito nacional. O recorte temporal contemplou as necessidades da presente pesquisa, considerando o período entre 2004 a 2015, período do programa de qualificação pública de turismo financiado pelo governo federal.

Os dados coletados e compilados foram inseridos nas fichas de análise (figura abaixo) visando a otimização do processo de tabulação em excel. Os cursos ofertados foram categorizados conforme as atividades características do turismo – ACTs, com a inclusão da categoria outros: eventos, línguas e demais cursos não contemplados pelas demais ACTs, conforme demonstrativo da figura 09.

Figura 09: Modelo de Ficha de Análise

Ficha de análise

ANÁLISE DOCUMENTAL – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO				
1. Identificação do documento				
Projeto/Título				
Subtítulo/Produto				
Autor(es)				
Contratante			Imagem	
Contratado/Executor				
Parceiros				
Tipo do documento				
Ano da publicação	Nº pag/vol.			
Nº Convênio/Contrato	Período CV			
Suporte ou Formato				
GPS/Local de guarda	Mín. Qualificação e Certificação – Armário da sala de reuniões (SCN, Q6, Cj.A, Ed.Shopping ID – 12º andar, Brasília DF)			
Palavras-chave				
Modalidade da qualificação	Educação Profissional	Formação Vocacional		
2. Resumo do Programa (no máximo até 20 linhas)				
3. Categorias de análise de conteúdo				
(I) PROPOSTA PEDAGÓGICA (assinale a opção que reflete o status do indicador abaixo relacionado)				
Método aplicado	Abstrato Formal (repasso teórico)	Transposição didática (vivências práticas)	Misto (teoria + laboratório)	OBSERVAÇÕES
A partir das A.C.T.'s há construção de...	Competências	Habilidades	-----	
Tem proposta de avaliação da ação?	SIM	NAO	Não se aplica	
Possui avaliação do aprendizado do aluno?	SIM	NAO	Não se aplica	
Detalha indicadores para avaliação?	SIM	NAO	Não se aplica	
(II) ESTRUTURA CURRICULAR (responda aos seguintes questionamentos)				
OBSERVAÇÕES				
Quantas vagas foram ofertadas?				
Das vagas ofertadas quantas foram ocupadas?				
Quantas pessoas foram formadas pela ação?				
Houve controle de evasão? Se sim, informe os números.	SIM	NAO	Não se aplica	
Os participantes tiveram encaminhamento para o emprego?	SIM	NAO	Não se aplica	
Houve acompanhamento de egressos no mercado de trabalho?	SIM	NAO	Não se aplica	
Auxílio ao aluno (bolsa/vale transporte...)	SIM	NAO	Não se aplica	
Complementação do Ensino Fundamental (Educação Básica)	SIM	NAO	Não se aplica	
Em que local a ação foi realizada?	In Company	Comunidade	Parceiro	
De que forma a ação foi implementada?	EAD	Semi-presencial	Presencial	

Fonte: Análise Documental, 2015.

A consolidação numérica das informações coletadas também utilizou como recurso o excel tendo a como modelo a ficha representada pela figura 10 que possibilitou a migração das informações e a criação das tabelas e gráficos apresentados neste relatório.

Figura 10: Ficha de Levantamento de Projetos

Levantamento de Projetos									
Projeto/Título/Objeto									
Contratante									
Contratado/ Executor									
Parceiros									
Período									
Nº Convênio SIAF									
Nº Processo Mtur									
Investimento									
Contrapartida									
Cursos Ofertados	Carga Horária	Entidades Executoras	Ano/ Edição	Vagas Ofertadas	Vagas Ocupadas	Evadidos	Alunos Formados	Inseridos no Mercado	Permaneceu no Trabalho

Fonte: Análise Documental, 2015.

Visando alinhar a concepção de ACT adotada neste trabalho acredita-se ser relevante destacar que os dados sobre a oferta e a demanda por qualificação dos profissionais e vocacionados do setor do setor de turismo e hospitalidade foram tabulados acatando a proposta de organização das ocupações em grupos estabelecida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2014):

- Grupo 01 - Alojamento (Meios de Hospedagem) – Código 55
- Grupo 02 – Alimentação – Código 56
- Grupo 03 – Transporte – Código 49, 50 e 51
- Grupo 04 - Auxiliar de Transporte – Código 52
- Grupo 05 - Agências de Turismo – Código 79
- Grupo 06 - Aluguel de Transporte – Código 77
- Grupo 07 – Cultura e Lazer – Código 90, 91, 92 e 93.

Como já exposto, a pesquisa identificou informações acerca de algumas ocupações específicas vinculadas a outros serviços turísticos, itens considerados entre as importantes especificidades do mercado, como a formação e a ocupação de guias de turismo, condutores de turismo de

aventura, profissionais da área de eventos, de bacharéis em turismo e do turismo rural e ecoturismo, por serem de importante expressividade no turismo atual, identificados como: Grupo 08 – Outros: turismo rural, ecoturismo, idiomas, guias de turismo, condutores de turismo, profissionais de eventos e bacharéis em turismo.

O quadro a seguir apresenta a síntese do agrupamento realizado a partir da tabulação dos dados coletados.

Quadro 12: Agrupamento de Cursos por ACTs

Atividade característica do turismo	Cursos correspondentes
Alojamento	Gestão de Hotéis e Pousadas; Recepção em Serviços de Hotéis; Hospedagem; Gerencia; Capitão porteiro; Mensageiro; Governança; Camareira; Recepcionista polivalente; Atendimento e hospitalidade; Gestão de marketing no turismo e hotelaria; Turismo & hotelaria; Hospitalidade.
Alimentação	Rotina de bares e restaurantes; Boas Práticas na manipulação de alimentos; Auxiliar de cozinha; Garçom/ Garçonete básico; Barman; Gestão de alimento seguro; Garçon polivalente; Cozinheiro; Cozinha regional; Serviço de copa e café da manhã; Gestão de bares e restaurantes; Gestão de A&B; Confeiteiro/ Padeiro; Cozinheiro polivalente; Maitre; Sushiman; Pizzaiollo; Chefe de cozinha; Saladeiro; Supervisor de salão; Atendente de lanchonete; Churrasqueiro. Sommelier.
Agência de Viagem	Competências mínimas do condutor; Conduto de mergulho autônomo; Condução de geoturismo; Condução de visitantes para observar golfinhos; Condução de visitantes nos ecossistemas de recifes; Técnico de guia de turismo regional; Qualidade no atendimento; Gestão de segurança; Gestão empresarial para agências; Sol & Praia; Turismo cultural; Ecoturismo; Turismo de esportes; Turismo rural; Turismo de negócios e eventos; Turismo de aventura; Turismo náutico; Aperfeiçoamento para guia de turismo em psicologia da melhor idade; Guia de atrativos culturais; Gestão de agências de viagem; Agente de turismo; Empreendedorismo em ecoturismo; Ecoturismo e desenvolvimento sustentável; Turismo receptivo.
Transporte	Bugueiro; Motorista de veículo de turista; Piloteiro; Qualidade e segurança para profissionais de embarcação. Excelência no atendimento – taxista; Práticas de hospitalidade – taxistas.
Auxiliar de Transporte	Informações turísticas: transporte; Excelência no atendimento – Aeroporto; Práticas de hospitalidade – frentistas.
Aluguel de Transporte	Locação de veículos.
	Equipamentos públicos e privados com foco na melhoria de serviços; Equipamentos públicos e privados com foco

<p>Cultura e Lazer</p>	<p>na melhoria de atrativos turísticos; Pintura de Tecidos; Turismo e ambiente; Artesão; Gastronomia e identidade cultural; Atendimento ao turista; Aperfeiçoamento em geografia e cultura cearense aplicado ao guiamento; Vendedor de produtos turísticos; Animação turística; Agente de informação turística; Arte e Cultura; Práticas de hospitalidade – comerciantes.</p>
<p>Eventos</p>	<p>Acolhimento e atenção ao turista¹; Recepção; Segurança e saúde¹; Capacitação direcionada à temática do evento; Bem atender¹; Qualificação de cerimonial e eventos; Organização de eventos culinários; Voluntários para os Jogos Pan Americanos.</p>
<p>Outros</p>	<p>Sistema de Gestão de Segurança; Gestão empresarial com foco no turismo de aventura; Frentista; Hospitalidade para servidores e gerentes; Instrutores de qualificação; Inglês; Gestão de empreendimento; Primeiros socorros; Informática básica; Busca e Salvamento; Regionalização do turismo; Formação de gestores das políticas públicas Segmentação do Turismo; Espanhol; Formação de multiplicadores; gestão de pequenos negócios; Atendente de caixa; Mídias sociais; Marketing corporativo; Gestão de Cidades; Central de negócios como estratégia de cooperação; Atendimento técnico às centrais de negócios; Elaboração de projetos; Caixa; Gestão de empreendimentos turísticos; Educação ambiental para o turismo; Melhoria da qualidade do atendimento de Profissionais do Turismo; Capacitação para vendedores ambulantes; Italiano, Francês; Indicadores de negócios; Competências para incremento de negócios; Reparador polivalente; Excelência em serviços; Qualidade profissional; Responsabilidade social; Sistema de garantia de direitos; Logística do pensamento; Educação ambiental; Ética e comportamento pessoal; Noções de Turismo/ Relações Interpessoais; Marketing; Reinventar e inovar p seu negócio.</p>

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores, 2016.

3.3.3. PROCESSO DE ANÁLISE DOCUMENTAL DOS DADOS QUANTITATIVOS DO PRONATEC TURISMO E DA EDUCAÇÃO FORMAL:

O levantamento das informações sobre PRONATEC Turismo tomou como base inicial o acesso ao portal oficial do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC, coordenado pelo Ministério da Educação. Os acessos ocorreram entre outubro e novembro de 2015, mas por permitir apenas o levantamento das instituições ofertantes optou-se pela busca dos dados quali-quantitativos em outras fontes.

Neste segundo momento, para a identificação da oferta e demanda do PRONATEC optou-se pela consulta ao Ministério do Turismo onde foi possível

identificar a partir dos relatórios gerenciais as demandas que o órgão recebeu das secretarias estaduais e municipais e, as ofertadas disponibilizadas pelo MEC entre 2012-2014. Para complementar o levantamento foram consultadas algumas entidades de classe como sindicatos, associações e, até mesmo secretarias em busca de identificar a demanda por qualificação em turismo, mas esta ação não apresentou o resultado esperado, pois os respondentes dos e-mails informaram não possuíam qualquer estudo que atenda a essa solicitação.

A partir destes levantamentos e de consultas aos manuais do programa e artigos publicados nos últimos três anos, observou-se a necessidade de entrar em contato com alguns interlocutores responsáveis pela qualificação profissional. Identificou-se como instrumento de pesquisa mais adequado a realização de entrevistas.

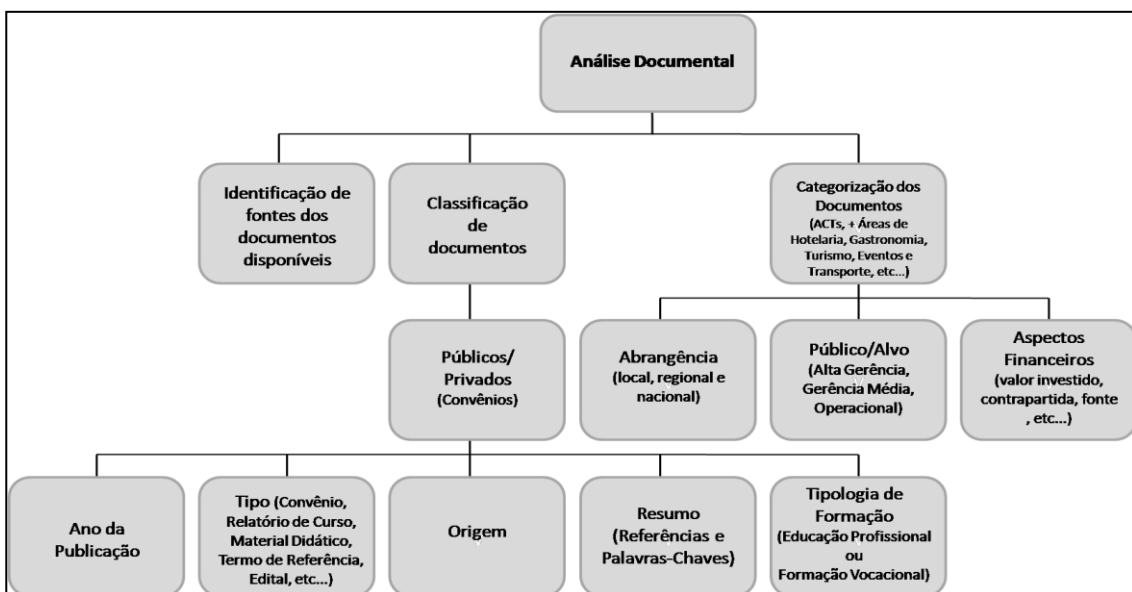
A entrevista é uma técnica qualitativa, que segundo Duarte (2005) explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada. O fato de permitir que o entrevistado tenha maior liberdade para falar sobre o tema abordado, também possibilita ao entrevistador ajustar livremente suas perguntas. Outro aspecto dessa técnica é que os dados não são apenas colhidos, mas sim resultado de interpretação e reconstrução pelo pesquisador, conforme menciona Demo (2001), formando um diálogo inteligente e crítico com a realidade.

Uma vez caracterizado o cenário do PRONATEC observou-se a necessidade de conhecer a oferta de educação formal em turismo e hospitalidade considerando como referência os cursos de bacharelado e tecnológico. Esta pesquisa ocorreu a partir da visita ao Portal Eletrônico do Ministério da Educação no sistema E-MEC, no período de novembro de 2015. O levantamento realizado considerou cursos de bacharelados e tecnológicos ofertados nas modalidades presenciais e a distância, em instituições públicas e privadas. Identificou-se um número expressivo de temáticas dos cursos na área de Turismo e Hospitalidade, que foram classificados por tipologias: eventos,

gastronomia, gastronomia e turismo, hotelaria, lazer e esporte, turismo, lazer e turismo, turismo de eventos.

No contexto específico desta pesquisa relativo à qualificação dos profissionais foram dimensionadas necessidades de desenvolvimento e formação profissional, em relação à qualidade, metodologias, conteúdos pedagógicos e quantidade das estratégias de ensino, dessa forma, utilizou-se o esquema da figura 8 para construir essa demanda da pesquisa.

Figura 11: Ferramenta de análise documental aplicada ao levantamento da Educação Formal da área do Turismo



Fonte: Relatório da Frente de Análise Documental, 2015.

3.4. OBSERVAÇÃO DIRETA

O presente item do relatório refere-se à Etapa 1.2 - Aplicação da pesquisa qualitativa para indicação da demanda da qualificação profissional e vocacional, nas principais ocupações das atividades características do turismo, tendo como base territorial a classificação dos municípios pelos clusters A, B, C da metodologia da categorização, correspondendo às ações 1.2.1, 1.2.2, 1.2.3, 1.2.7, atendendo respectivamente a Observação direta - definição estudos de caso elaboração roteiro observação (APÊNDICE 04); Entrevistas com

representantes do setor por regiões (APÊNDICE 05) e a elaboração instrumento/sistematização dos dados coletados (categorização pelo nós críticos Apêndice 06); que possibilitaram a observação participante na base territorial nos municípios pesquisa ação nos municípios representativos e a recolha das informações que se transformaram em dados a luz das teorias. Além disso, tal item também descreve os procedimentos metodológicos das etapas 1.3 - Desenvolvimento da pesquisa quali-quantitativa para análise da qualidade da formação profissional dos trabalhadores do turismo atuantes em experiências indicadas como boas práticas da hospitalidade em gastronomia, hotelaria e roteirização, tendo como base territorial a classificação dos municípios pelos clusters A, B, C da metodologia da categorização e 1.4 - Identificação dos nós críticos na qualificação e certificação profissional dos trabalhadores do setor turístico com o propósito de sua superação, e suas respectivas ações 1.3.2 - Observação participante na base territorial nos municípios sobre experiências exitosas e relação empregabilidade formal e informal e 1.4.1 - Análise das causas dos problemas enfrentados pelas políticas territoriais de qualificação e delimitação do grau de governabilidade sobre elas, conforme Plano de Trabalho do Termo de Execução Descentralizada (APÊNDICE 02).

Esta etapa consistiu no trabalho de campo junto aos municípios do recorte espacial, que em sua totalidade perfazem 78 municípios, a partir da rede de pesquisadores representantes das Universidades Federais de Rio Grande do Norte, Pará, Fluminense, Paraná, Ouro Preto, Rio Grande do Sul, Brasília, somada à Universidade de São Paulo e ao Instituto Federal da Bahia.

Os trabalhos dessa etapa consistiram primeiramente, na elaboração dos instrumentos norteadores para a pesquisa de campo. A interatividade dos pesquisadores deu-se por meio da internet, e da realização de oficinas nas regiões da pesquisa com a participação da coordenação geral da pesquisa. A partir dessas oficinas, e do diálogo permanente entre os pesquisadores, elaborou-se as ferramentas de pesquisa, com foco na observação participante e nas entrevistas de tipo qualitativa com os atores dos processos de qualificação.

A entrevista enquanto técnica metodológica de pesquisa é um dos instrumentos mais utilizados em trabalhos de campo, por meio dela os pesquisadores buscam obter informes contidos nas falas dos atores sociais. Por sua vez, ela não é uma conversa despreziosa ou neutra, ele é um meio de coleta dos fatos relatados pelos atores. O procedimento de entrevista possibilita dados objetivos e subjetivos, o primeiro pode ser adquirido através de fontes secundárias (já realizado no processo de pesquisa de gabinete), e o segundo se relaciona aos valores às atitudes e às opiniões dos sujeitos entrevistados (NETO, 1994).

A aplicabilidade dessas entrevistas permitiu uma grande variedade de interações de indivíduos em situações naturais diversificadas e uma discussão mais aberta dos tópicos de pesquisa. Considerando esses aspectos a pesquisa de campo, por meio das entrevistas de tipo qualitativas foram essenciais a esse trabalho, a fim de responder o problema de pesquisa. Assim, elaboraram-se os instrumentos de entrevista estruturada, a partir das questões norteadoras e visando responder aos nós críticos a partir das percepções dos gestores, professores e egressos. O Apêndice 5 apresenta os modelos de formulários utilizados no trabalho de campo.

Os entrevistados nos territórios, portanto, foram em sua maioria gestores do processo de qualificação (Terceiro Setor/IES/IF), representantes do poder público local, representantes das associações profissionais do *trade* e dos trabalhadores, além de professores/instrutores e egressos dos cursos de qualificação financiados pelo MTUR nos 2004 a 2015.

O pré-teste dos formulários, ocorreu por meio de entrevistas piloto realizadas no Rio Grande do Sul, nos três níveis de entrevistados, possibilitando, assim, os ajustes necessários para a eficácia do formulário. Após o teste, em outubro de 2015, iniciou-se o trabalho de campo nas demais coordenações regionais, com a identificação de pessoas-fontes e os processos de observação participante e entrevistas estruturadas.

Dessa forma, realizou-se a primeira Oficina Nacional em Brasília no dia 26 de outubro de 2015, registrada conforme Anexo 01, que contou com a presença dos coordenadores regionais para a validação do Plano de Pesquisa

(Apêndice - 01) e alinhamento de todos os procedimentos (Ação 1.1.2 Identificação dos municípios representativos do recorte espacial e Ação 1.1.3 - Validação final do Projeto de Pesquisa com os pesquisadores da rede e coordenadores do projeto).

No final de outubro de 2015, após Oficina Nacional, iniciaram-se as Oficinas Regionais, que totalizaram no número de 09 e possibilitaram o encontro da equipe técnica do Núcleo de Coordenação da UnB com toda a rede de pesquisa constituída pelas diversas instituições parceiras a fim de discutir o processo da pesquisa de campo (Anexo 03).

O trabalho de campo realizado pelas instituições constituintes da rede de pesquisa, lideradas pelas coordenações regionais iniciou no mês de dezembro de 2015. O calendário de aplicação da pesquisa de campo teve que ser alterado, pois muitas das cidades escolhidas como território das entrevistas localizavam-se em destinos turísticos e os meses de dezembro de 2015, janeiro e fevereiro de 2016 representavam alta temporada, conseqüentemente muitos gestores públicos não estavam disponíveis para as entrevistas, e o orçamento para custeio das diárias e passagens para os pesquisadores não atenderia os valores praticados neste período. Somado a esse contexto, a conjuntura nacional estava delicada e ocorreu um contingenciamento no orçamento federal atrasando o repasse para o custeio do projeto, no final do ano de 2015, dos valores contratados entre o MTur e FUB. Assim, todo o cronograma teve que ser alterado.

Diante da nova organização do cronograma as equipes das instituições parceiras realizaram o trabalho de campo nas diferentes localidades pertencentes ao recorte territorial proposto (Ação 1.2.1 - Observação direta - definição dos estudos de caso - elaboração do roteiro de observação; Ação 1.2.2 - Entrevistas com representantes do setor por regiões - elaboração instrumento/sistematização dos dados coletados; Ação 1.2.3 - Observação participante na base territorial nos municípios - pesquisa ação nos municípios representativos; Ação 1.3.1 - Levantamento das experiências exitosas de qualificação por regiões; Ação 1.3.2 - Observação participante na base territorial nos municípios sobre experiências exitosas e relação

empregabilidade formal e informal) adequando-se a dinâmica dos territórios conforme cada campo.

A dinâmica da pesquisa de campo ocorreu de acordo com as especificidades de cada território, considerando que esta pesquisa está dividida em 11 regiões, o que possibilitou a particularidade de cada uma em suas ações. Enquanto alguns municípios foram visitados durante janeiro e fevereiro, outros foram visitados entre março e maio do ano de 2016. Esta diferenciação temporal ocorreu em função das peculiaridades de cada região quanto ao incremento do fluxo turístico em período de veraneio e, à disponibilidade de acesso aos grupos entrevistados durante as férias escolares.

Uma vez que o recorte temporal desta pesquisa é de 10 anos, houve certa dificuldade em encontrar respondentes para os três grupos de entrevistados que tivesse participado dos processos no início do recorte temporal definido pela pesquisa. No caso dos gestores, muitos já não fazem parte das equipes técnicas das Secretarias de Turismo e Instituições executoras, já os professores muitas vezes foram contratados de forma temporária e não faziam mais parte do quadro funcional das instituições de ensino e/ou entidades por fim. Em função desta dificuldade de acesso à memória dos processos tornou-se pouco viável o contato com os egressos.

Outra limitação importante a ser destacada foi a dificuldade de acesso às informações do Sistema S, que em muitas regiões recusou atender aos pesquisadores, ora em função da indisponibilidade de agenda, outrora por acreditar já ter repassado todas as informações pertinentes ao MTur.

Mesmo em meio a adversidades comuns ao processo de pesquisa, ressalta-se o sucesso do trabalho a partir dos resultados identificados nas 516 entrevistas realizadas. Destaca-se que durante este processo fez-se necessário a exclusão de 05 municípios por não conseguir a comprovação da realização de ações subsidiadas pelo MTur, inicialmente eram 83 municípios, porém o recorte territorial pesquisado consistiu em 78 contemplados.

Coube a equipe de pesquisadores da UnB desenvolver a construção da pesquisa quali-quantitativa da oferta e demanda contemplando o período do recorte temporal 2004-2015 - e as indicações técnicas do Plano de Pesquisa

(Ação 1.2.4 - Análise documental quali-quantitativa - oferta da qualificação incluindo PRONATEC TURISMO; Ação 1.2.5 - Análise documental quali-quantitativa - demanda da qualificação incluindo PRONATEC TURISMO; Ação 1.2.6 - Avaliar a relação formação-empregabilidade dos egressos PRONATEC TURISMO; Ação 1.3.1 - Levantamento das experiências exitosas de qualificação por regiões; Ação 1.5.1 - Análise dos dados produzidos pela metodologia da triangulação; Etapa 1.7 - Elaboração de indicadores de avaliação e monitoramento da pesquisa.).

Nesse período o Núcleo de Comunicação e Sistematização executou a etapa prevista de número 1.6, que consistia na elaboração do design de curso para gestores públicos do turismo, um dos produtos acordados conforme Plano de Trabalho do Termo de Execução Descentralizada (Ação 1.6.2- Fortalecer junto ao grupo de gestores públicos do turismo sua capacidade teórica sobre educação, inovação e desenvolvimento de base regional, e sustentável, tendo como ponto de partida a qualidade da hospitalidade necessária ao turismo nacional, a partir do design de um curso de formação para os responsáveis das políticas de qualificação junto aos municípios participantes do estudo). Os documentos – Projeto e Designer do Curso de Formação Continuidade Ensino à Distância - Desenvolvimento de Atores Institucionais no Planejamento e Gestão de Políticas Públicas em Turismo se encontram no Apêndice 07 do presente relatório.

Com a finalidade de promover a transposição dos conhecimentos produzidos pela pesquisa realizou-se oficinas teórico-metodológicas junto a equipe técnica do DCPAT/MTUR, como uma estratégia de fortalecimento institucional para melhorar a tomada de decisões na seleção e desenho de projetos pertinentes a qualificação profissional do setor do turismo nacional (Ação 1.6.1), conforme consta no anexo 04.

Para finalizar a construção da etapa 1.4 - Identificação dos nós críticos na qualificação e certificação profissional dos trabalhadores do setor turístico com o propósito de sua superação - foram realizadas Oficinas Regionais (Ação 1.4.1 - Análise das causas dos problemas enfrentados pelas políticas territoriais de qualificação e delimitação do grau de governabilidade sobre elas) para a

análise das causas dos problemas enfrentados pelas políticas territoriais e delimitação do grau de governabilidade (Etapa 1.4).

Após essa etapa realizou-se a Ação 1.4.2 - Sistematização dos dados das oficinas regionais – e na sequência sucedeu-se a oficina nacional presencial com os coordenadores regionais nos dias 26 e 27 de agosto de 2016 (Ação 1.4.3), conforme anexo 02. Inicialmente, nesse encontro, a equipe da coordenação da UnB apresentou a Metodologia de Triangulação de dados pesquisados e análise crítica das causas dos nós críticos, e na sequência apresentou-se parte da Análise Documental Quali-Quantitativa da oferta e demanda de qualificação em turismo, para dessa forma, realizar a sistematização da pesquisa de campo pelos nós críticos identificados. O trabalho desenvolvido pelas coordenações regionais resultou na elaboração de quadros sínteses onde constam os achados de campos das regiões junto às discussões dos nós críticos identificados. Os quadros sínteses se encontram anexos nesse relatório (Anexo 05) e também segue como material do evento os registros dos áudios no formato de DVDs.

Dando continuidade na construção do processo de elaboração da proposta preliminar da Política Nacional de Qualificação em Turismo (Etapa 2.1) retomaram-se os encontros presenciais entre pesquisadores organizados em Seminários Regionais, em número de 09, os quais foram organizados pelos coordenadores regionais a fim de apresentar aos atores da política de qualificação (comunidade local, gestores públicos, trade, pesquisadores e entrevistados pela pesquisa) os dados recolhidos ao longo do processo do trabalho de campo (Ações 1.2.1, 1.2.2, 1.2.3, 1.3.1, 1.3.2, 1.4.1).

Os Seminários Regionais contaram também com a participação de pesquisadores do Núcleo de Coordenação da Unb para apresentar os caminhos trilhados pela pesquisa em âmbito nacional e fomentar o diálogo com esses atores para a construção da política nacional e representantes da equipe técnica do DCPAT/MTur. Essa etapa da pesquisa se deu no período de outubro a novembro de 2016 (Etapa 2.2 - Seminários Regionais com objetivo de socializar a produção da pesquisa e validar os dados construídos ampliando a participação de base territorial), conforme anexo 06.

Por fim, após a realização das Oficinas e Seminários Regionais, somado aos esforços das diferentes equipes técnicas do Núcleo de Coordenação da UnB, realizou-se o Seminário Nacional no dia 03 de novembro de 2016 nas dependências do Centro de Excelência de Turismo da UnB. O objetivo do evento foi de ser mais um espaço democrático, de modo a ampliar o encontro com diferentes representantes das diversas regiões do país para então construir o documento de referência para a formulação da Política Nacional de Qualificação em Turismo (Etapa 2.3 - Seminário Nacional com objetivo de monitoramento e validação da produção da pesquisa que subsidiará a elaboração da política ampliando a construção de forma participativa com atores do Conselho Nacional do Turismo (CNTUR), MTur e demais interessados: Ação 2.3.1 Realização do Seminário Nacional; Ação 2.3.2 Elaboração do Documento Preliminar da Pesquisa contendo a proposta da Política Nacional de Qualificação no Brasil).

O processo de construção do conhecimento sobre as práticas de qualificação e formação profissional realizado desde o ano de 2015, com as Diretrizes Nacionais de Qualificação em Turismo e o cumprimento das etapas 1.1 a 1.6 do projeto de pesquisa avaliativa dos arranjos territoriais possibilitadores da qualificação do turismo permitiram a elaboração dos indicadores de avaliação e monitoramento da pesquisa (Etapa 1.7) a fim de para ampliar a eficiência e eficácia no acompanhamento das metas da PNQT em uma proposta de bancos de dados e sistema de coleta de informações.

Por fim, a última etapa prevista para o cumprimento da Meta 01, conforme o Plano de Trabalho do Termo de Execução Descentralizada consistiu na elaboração do Relatório final da pesquisa avaliativa dos arranjos territoriais possibilitadores da qualificação do turismo nacional (Etapa 1.8), apresentado como Apêndice 08.

3.4.1 TRIANGULAÇÃO DOS DADOS

O estudo de caso proposto pode propiciar como recorte da totalidade, representações das relações e contradições que não se mostram na aparência

do fenômeno da formação profissional e vocacional, mas estão presentes nas expectativas dos sujeitos produtores do diálogo intercultural, por suas ações, histórias pessoais e condições de vida. Desse contexto, foi preciso categorizar, fazer um exercício teórico de análise - síntese de dedução, para descobri-las, compreendê-las e saber atuar entre elas.

Como técnica de pesquisa a triangulação de dados, prevista por Triviños (1987, p.138), tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macro realidade social.

Segundo a técnica de triangulação, e considerando que a análise consiste em práticas de sujeitos determinados, o interesse deve estar dirigido aos *processos e produtos centrados no sujeito*; em seguida, aos *elementos produzidos pelo meio em que está inserido o sujeito* e que têm a incumbência em seu desempenho na comunidade e, por último, aos *processos e produtos originados pela estrutura socioeconômica e cultural* do macro organismo social no qual está inserido o sujeito.

Na presente pesquisa, os *processos e produtos centrados no sujeito* poderão corresponder a um recorte das localidades onde estão os atores do processo de qualificação; os *elementos produzidos pelo meio do sujeito* poderão ser representados pela análise das ações, projetos, programas públicos voltados a qualificação em turismo e hospitalidade; e os *processos e produtos originados da estrutura socioeconômica e cultural em que os sujeitos estão inseridos* podem ser analisados pelo contexto histórico, político, econômico e cultural da relação qualificação e trabalho, formação acadêmica e profissional, políticas públicas de formação profissional no Brasil.

O processo de investigação poderá percorrer:

- Um inventário provisório das próprias ideias, indicando a direção da pesquisa e incluindo as origens do interesse pela temática;
- O resgate histórico e crítico da produção teórica, buscando identificar perspectivas de análise inicial e a posteriori o resgate das categorias de análise

propostas (educação profissional, qualificação profissional, turismo, hospitalidade, mercado de trabalho e turismo);

- Um recorte da totalidade mais ampla explicitada a partir de condições já existentes e de práticas anteriores para análise.

Um grande número de pesquisas estão fundadas no estudo em profundidade de casos particulares, isto é, numa análise intensiva, empreendida numa única ou em algumas organizações reais. O estudo de caso reúne informações tão numerosas e tão detalhadas quanto possível com vistas a aprender a totalidade de uma situação. Por isso ele recorre a técnicas de coleta das informações igualmente variadas (observações, entrevistas, documentos) e, aliás, frequentemente refinadas: observação participante, sociometria aplicada à organização, pesquisa de tipo etnográfico (BRUYNE, 1977, p 224).

Para Bruyne (1977), o estudo de caso, em sua aplicação à mudança, pode visar a retratar as fases de um fenômeno em relação com o que ocorreu na organização durante o período submetido à investigação, mas pode igualmente, se basear em variáveis medidas diacronicamente, trazer à luz, por uma análise das séries cronológicas, a sequência da mudança e as relações de causa e efeito entre variáveis intervenientes. Os estudos de caso baseados numa teoria e referentes a um objeto de conhecimento que dela decorre diretamente tendem a testar a validade empírica de um sistema de hipóteses metodologicamente construídas com vistas à prova experimental. O modo de investigação torna-se um campo de controle empírico para testar o valor das proposições teóricas.

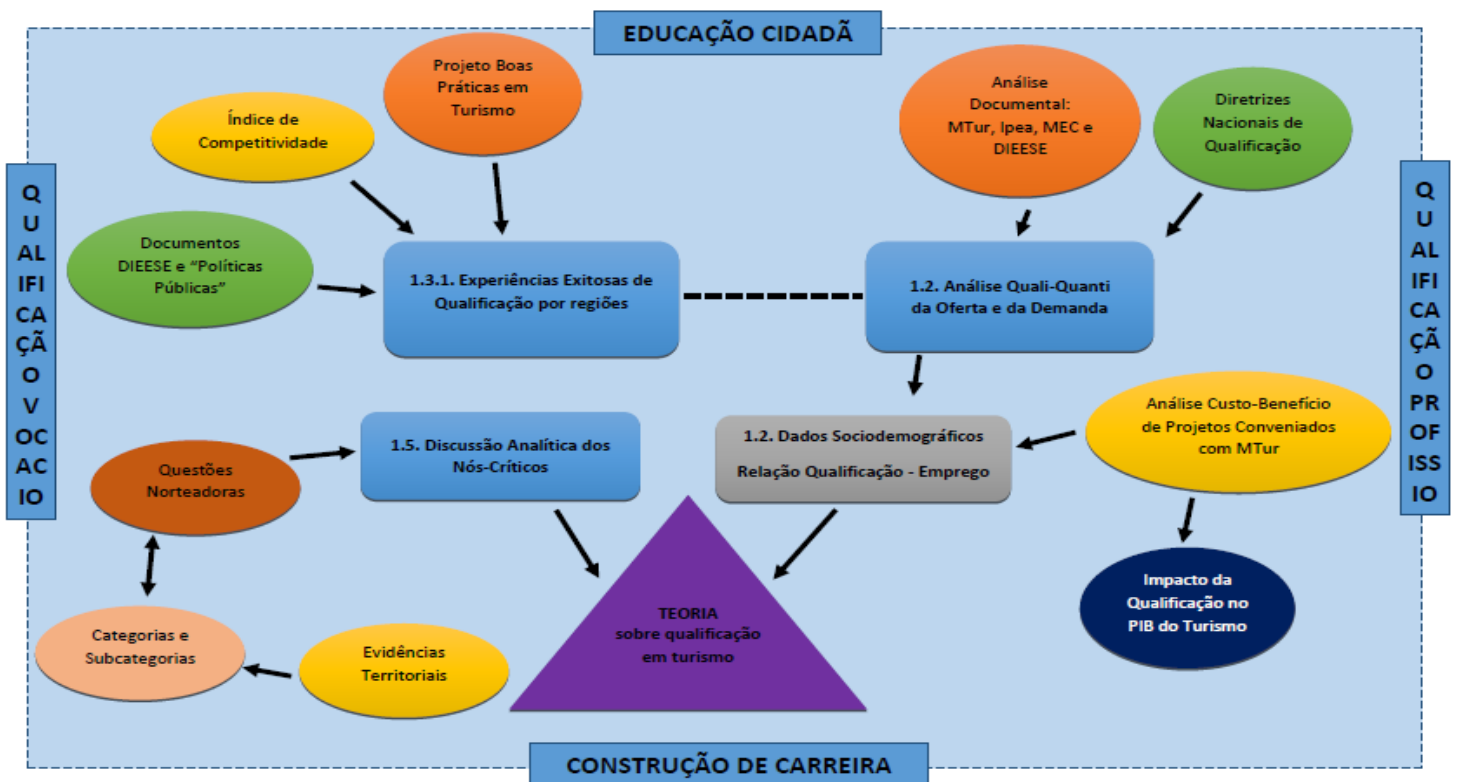
Para Triviños (1987), o estudo de caso é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente.

A complexidade do estudo de caso está determinada pelos suportes teóricos que servem de orientação em seu trabalho ao investigador. Um enfoque a-histórico, reduzido às características culturais de um meio específico no qual se insere a unidade em exame, de natureza qualitativa-fenomenológica, é menos complexo, sem dúvida, que uma visão na qual se observa o fenômeno em sua evolução e suas relações estruturais fundamentais (TRIVIÑOS, 1987, p.134).

O interesse do pesquisador recai sobre a vida de uma instituição. A unidade pode ser uma escola, uma universidade, um clube ou uma fundação. O pesquisador deve partir do conhecimento que existe sobre a organização que deseja examinar. Que material pode ser manejado, que material está

disponível, ainda que represente dificuldades para seu estudo. Isto significa que existem arquivos que registraram documentos referentes à vida da instituição, publicações, estudos pessoais com os quais é possível realizar entrevistas etc. Esta informação prévia necessária é básica para delinear preliminarmente a coleta de dados estão representadas pelos campos operatórios de conhecimento sobre qualificação em Turismo, conforme figura 12 a seguir:

Figura 12: Campos Operatórios de conhecimento sobre Qualificação em Turismo



Fonte: Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas em Turismo, 2016.

4. RESULTADOS DA PESQUISA DOCUMENTAL

O item 04 do presente relatório apresenta as evidências dos estudos elaborados nas etapas 1.2 - Aplicação da pesquisa qualitativa para indicação da demanda da qualificação profissional e vocacional, nas principais ocupações das atividades características do turismo, tendo como base

territorial a classificação dos municípios pelos clusters A, B, C da metodologia da categorização; etapa 1.3 Desenvolvimento da pesquisa quali-quantitativa para análise da qualidade da formação profissional dos trabalhadores do turismo atuantes em experiências indicadas como boas práticas da hospitalidade em gastronomia, hotelaria e roteirização, tendo como base territorial a classificação dos municípios pelos clusters A, B, C da metodologia da categorização e a etapa 1.4 Identificação dos nós críticos na qualificação e certificação profissional dos trabalhadores do setor turístico com o propósito de sua superação. Na etapa 1.8 apresenta-se a Relatório final da pesquisa avaliativa dos arranjos territoriais possibilitadores da qualificação do turismo nacional, subsidiado por parte da construção das evidências abaixo (Apêndice 08).

4.1. CONTEXTO SOBRE A EMPREGABILIDADE NA ÁREA DE TURISMO

Desde 2003 o Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) em parceria com o MTur e a OMT desenvolve o Sistema Integrado de Informação sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo – SIMT, apresentando dados sobre a empregabilidade nas ACTs – alojamento, alimentação, transporte aquaviário, transporte aéreo, transporte terrestre, aluguel de transporte, agência de viagem e cultura e lazer. O IPEA não considera eventos como uma ACT por acreditar que sua interface com o turismo não está bem estabelecida já que as estruturas utilizadas são locadas pelas empresas organizadoras e não pelos turistas participantes (IPEA, 2013).

O referido estudo chama atenção para a importância do emprego em turismo, denominação dada aos empregos relacionados estritamente a ofertas e serviços prestados a turistas. Desta forma, setores como o de alimentação embora atendam ao visitante não são entendidos como prioritários para o setor, o que não ocorre no caso das agências de viagem, alojamentos e transporte aéreo (IPEA, 2016).

O quadro abaixo apresenta o percentual médio da participação relativa por ACTs nas Unidades da Federação no período de 2006 a 2014, série histórica do extrator IPEA.

Quadro 13: Média de participação por ACT 2006-2014

UF	Alojamento	Alimentação	Transporte Terrestre	Transporte Aquaviário	Transporte Aéreo	Aluguel de Transportes	Agência de Viagem	Cultura e Lazer
Acre	32,05%	31,04%	17,62%	0,62%	8,09%	2,80%	6,95%	0,83%
Alagoas	44,53%	29,70%	12,27%	0,22%	2,35%	2,98%	6,82%	1,13%
Amapá	32,88%	28,89%	15,39%	3,97%	6,34%	7,35%	4,68%	0,49%
Amazonas	20,62%	32,59%	21,69%	7,63%	7,10%	4,21%	5,64%	0,52%
Bahia	43,07%	28,93%	14,53%	0,61%	2,50%	2,68%	6,46%	1,23%
Ceará	32,73%	36,77%	13,45%	0,20%	3,78%	5,45%	5,72%	1,90%
Distrito Federal	14,93%	43,12%	21,00%	0,00%	6,82%	2,44%	9,95%	1,76%
Goiás	36,39%	30,93%	22,12%	0,13%	2,38%	1,90%	4,73%	1,41%
Maranhão	37,26%	27,90%	17,14%	1,76%	3,86%	4,89%	6,29%	0,90%
Mato Grosso	33,89%	31,81%	20,78%	0,35%	3,50%	1,92%	7,05%	0,70%
Espírito Santo	23,08%	33,80%	33,81%	0,15%	1,93%	2,57%	4,06%	0,61%
Mato Grosso do Sul	32,59%	30,77%	20,35%	1,26%	2,52%	1,85%	9,59%	1,07%
Pará	30,45%	28,84%	19,14%	5,85%	5,05%	4,82%	4,75%	1,10%
Minas Gerais	26,97%	32,33%	30,49%	0,01%	3,00%	2,35%	3,78%	1,08%
Paraíba	35,60%	36,31%	16,31%	0,36%	2,16%	1,79%	5,76%	1,70%
Rio de Janeiro	22,78%	33,86%	29,98%	0,54%	5,07%	1,53%	5,13%	1,10%
São Paulo	19,29%	38,36%	22,08%	0,05%	10,74%	1,36%	7,09%	1,04%
Paraná	29,72%	33,42%	23,60%	0,15%	2,51%	2,35%	6,52%	1,73%
Pernambuco	36,34%	32,75%	14,44%	0,18%	2,91%	5,28%	6,58%	1,53%
Piauí	36,46%	30,15%	19,61%	0,08%	3,35%	3,37%	5,66%	1,32%
Rio Grande do Norte	49,46%	27,25%	8,69%	0,59%	2,24%	5,72%	4,83%	1,20%
Rio Grande do Sul	27,47%	32,35%	28,02%	0,39%	2,46%	1,20%	6,31%	1,81%
Rondônia	30,33%	32,61%	17,33%	2,19%	3,93%	4,41%	8,64%	0,57%
Roraima	27,26%	37,06%	11,63%	0,04%	11,08%	2,73%	9,45%	0,75%
Santa Catarina	36,52%	34,58%	17,17%	0,30%	1,79%	1,22%	6,85%	1,56%
Sergipe	35,11%	33,62%	15,07%	0,46%	1,86%	5,19%	6,98%	1,70%
Tocantins	34,25%	32,23%	13,32%	3,66%	4,65%	3,57%	7,77%	0,55%

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores com base no SIMT e IPEA, 2016.

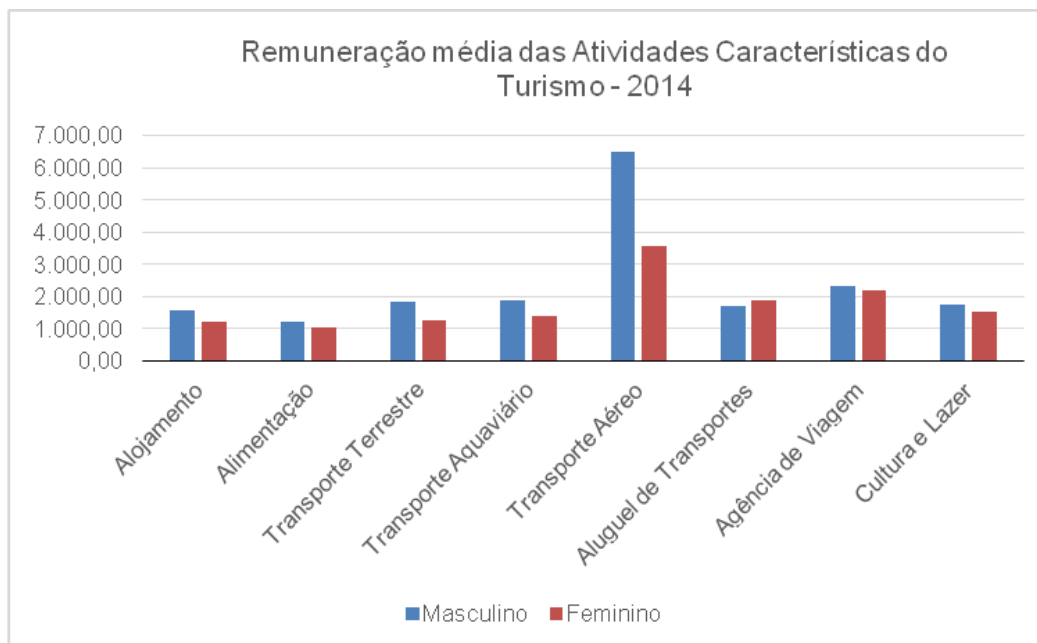
A partir da consolidação dos dados acima retirados do extrator do IPEA observa-se a necessidade de projetar a demanda por qualificação

considerando a relevância da distribuição do emprego por atividade para então se apropriar de outras informações quantitativas que caracterizem os trabalhadores do turismo.

Ao considerarmos que em 2014 as ocupações em atividades relacionadas ao turismo chegou a 1.032.989 empregos formais no Brasil torna-se pertinente conhecer o perfil destes trabalhadores que possuem em sua maioria jornada de trabalho superior a 41 horas semanais mesmo recebendo baixa remuneração, já que a média salarial é de aproximadamente R\$ 1.666,97 se excluirmos os trabalhadores do setor de transporte aéreo, que por possuir maior escolaridade possuem maior média salarial, ou, seja o valor seria de R\$1.928,03 considerando todos os trabalhadores formais (IPEA, 2016).

O gráfico abaixo apresenta a remuneração média dos trabalhadores do turismo por ACTs:

Gráfico 02: Representação da remuneração média das atividades do turismo



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores com base no SIMT e IPEA, 2016.

Se a remuneração média dos trabalhadores sofre impacto tão significativo ao incluirmos um grupo dos transportes aéreos que é representado por 57.471 pessoas, torna-se possível inferir a necessidade de identificar o principal fator capaz de gerar tamanha desigualdade.

Para maior assertividade na busca da redução das desigualdades sociais a partir da criação de oportunidade de emprego digno, proporcionando à população marginalizada a oportunidade de inserção no mercado e/ou de (re)qualificação funcional identifica-se a importância de compreender como esses sujeitos se comportaram dentro do sistema educacional.

Dentre as ACTS alguma possuem, maior representação dentro do turismo, por isso, para compreender as necessidade de formação profissional pode-se considerar apenas 04 dos grupos em estudo, sendo eles: alojamento, alimentação, transporte aéreo e agência de viagem, que representam 76% do total de trabalhadores. Abaixo segue o quadro que apresenta o grau de escolaridade dos empregados formais do setor de turismo, que ocupavam alguma função no período de 2012 a 2014.

Quadro 14: Grau de escolaridade dos empregados formais do turismo por ACTs

Ano	Escolaridade	Alojamento	Alimentação	Transporte Aéreo	Agência de Viagem
2012	Até 5º ano	17.639	21.575	200	850
	6º a 9º ano	66.816	107.031	1.205	4.436
	Ensino médio e superior incompleto	138.752	265.983	25.287	40.078
	Superior completo	11.838	6.363	31.922	14.095
2013	Até 5º ano	17.634	19.445	101	780
	6º a 9º ano	68.117	93.060	488	4.095
	Ensino médio e superior incompleto	154.649	259.306	23.952	38.922
	Superior completo	15.985	6.769	31.624	14.999
2014	Até 5º ano	17.303	19.707	135	718
	6º a 9º ano	66.078	92.434	669	3.496
	Ensino médio e superior incompleto	167.427	287.012	24.783	38.399
	Superior completo	17.662	7.655	31.884	15.795

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores com base no SIMT/IPEA, 2016.

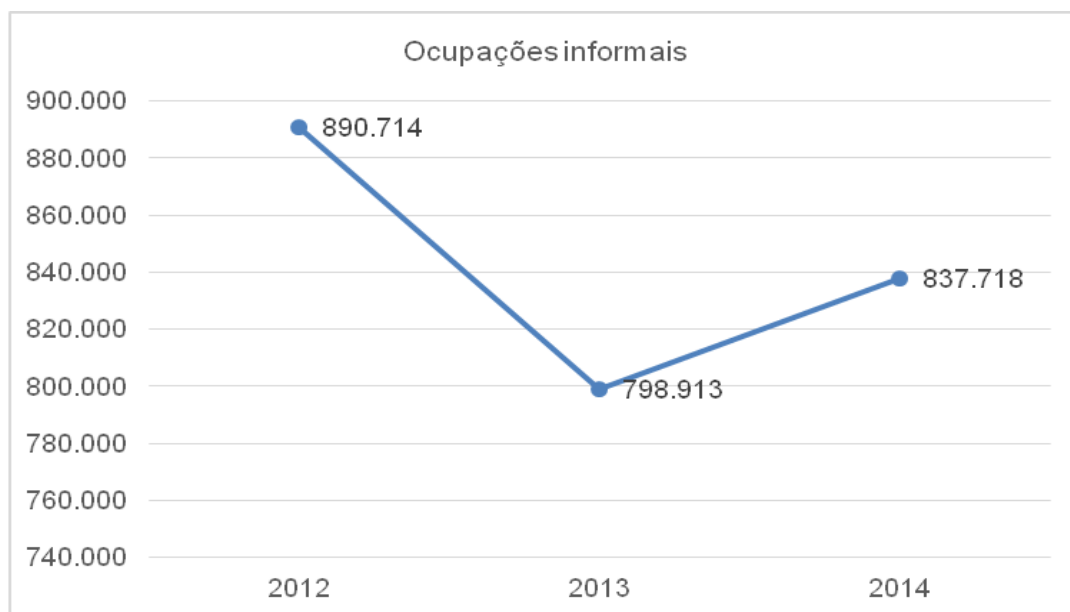
Estes dados corroboram com a informação do gráfico anterior que apresenta a remuneração média dos trabalhadores, pois ele evidencia o elevado grau de formação dos trabalhadores do transporte aéreo em relação aos demais. Assim, acredita-se que as ações subsidiadas pelos órgãos públicos devam priorizar as 03 atividades representativas neste contexto que

são os profissionais do setor de alojamento, alimentação e agências de viagem para assim minimizar a dívida social que perdura há anos.

Se por um lado existem informações consideráveis sobre os empregos formais o mesmo não ocorre sobre as ocupações informais, que é responsável, possivelmente, por abarcar a parcela considerável e representativa de trabalhadores subempregados e com poucas oportunidades de melhorar suas condições de trabalho.

De acordo com os dados disponíveis no extrator do IPEA (2016) nos últimos três anos as ocupações informais sofreram transformações importantes, inicialmente, com uma queda representativa em 2013, ano em que se esperava uma incremento no emprego em função dos mega eventos esportivos, mas que se recuperou mesmo que parcialmente em 2014, conforme representado na figura abaixo:

Gráfico 03: Ilustração das ocupações informais



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores com base no SIMT/IPEA, 2016.

A partir da consolidação dos dados de 2015 e 2016 será possível afirmar como maior precisão sobre os efeitos que estes eventos proporcionaram no turismo e, se de alguma forma, contribuíram para a formalização dos trabalhadores. Não obstante, é importante atentar para relevância de incluir estes indivíduos no processo formativo par que alcancem melhores

oportunidades e trabalho e de estruturação da vida social. Assim, acredita-se ser pertinente descrever o perfil deste sujeito a partir dos mesmos referenciais utilizados para o emprego formal.

Quadro 15: Grau de escolaridade das ocupações informais do turismo por ACTs

Escolaridade	Alojam.	Alim.	Transporte Terrestre	Transporte e Aquaviário	Transporte Aéreo	Aluguel de Transportes	Agência de Viagem	Cultura e Lazer
Até 5º ano	23.122	289.875	67.757	1.733	150	3.877	3.519	5.040
6º a 9º ano	9.795	69.276	16.242	248	-	1.536	2.515	2.042
Ensino médio e superior incompleto	24.998	157.217	58.647	377	2.204	7.065	14.683	9.112
Superior completo	11.435	26.316	6.025	49	1.507	1.193	16.276	3.886

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores com base no SIMT/IPEA, 2016.

Dentre os trabalhadores identificados nestas atividades destacam-se o elevado número de mulheres ocupando funções no setor de alimentação - cerca de 288.805, seguidos de alojamento com 37.211 e agência de viagem - 19.643 empregadas (IPEA, 2016).

Em 2014 o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE elaborou em 2014 o documento “Caracterização dos Trabalhadores nos Segmentos de Turismo e Hospitalidade” visando descrever o cenário da mão de obra em turismo e o comportamento das ACTS entre 2009 e 2012.

Neste estudo identificou-se que as agências de viagem e turismo é composto por estabelecimentos de pequeno porte 21,2%, empregando entre 01 e 04 funcionários, 18,8% entre 5 e 9 empregados, e apenas 3,7% dos estabelecimentos possuem mais de 500 funcionários. Ainda assim, entre 2009 e 2012 cresceu 30% no total de pessoas empregadas, sendo maioria do sexo feminino (57%) (DIEESE, 2014).

Já o setor de alimentação o incremento no número de empregados foi de 26% com predominância de empresas de médio porte - 22,7% empregam de 20 a 49 funcionários, 20,9% emprega de 10 a 19 trabalhadores, e apenas 5,5% do total emprega mais de 1000 funcionários.

Para as atividades de alojamento têm-se o incremento de 16% na força de trabalho. A maior parte dos estabelecimentos hoteleiros é de médio porte, com 27,1% que empregam de 20 a 49 funcionários, e 19,2 entre 10 a 19 funcionários, podendo ser um reflexo da terceirização. Apenas 1,5% têm mais de 1000 funcionários.

Para as demais atividades (Transporte, Auxiliar de Transporte, Agências de Turismo, Aluguel de Transporte, Cultura e Lazer e Outros: turismo rural, guias de turismo, profissionais de eventos e bacharéis em turismo, Gestão e planejamento do turismo, Atendimento ao turista, Organizador de eventos, Marketing turístico) não foram apresentados os dados de monitoramento do mercado de trabalho o que inviabiliza a correlação entre seu planejamento e a demanda por formação e qualificação de seus profissionais

Os dados demonstrativos sobre o perfil dos trabalhadores em turismo e hospitalidade indicam a relação entre o nível de escolaridade, a não formação técnica, e consequentes, baixos salários, que interferem na qualificação profissional, e na projeção de continuidade de uma profissão digna. O primeiro aspecto diz respeito ao trabalhador, que por vezes não se sente capaz de acompanhar um curso de qualificação técnica por seu baixo nível de instrução formal, e o segundo é relativo aos empregadores que não investem na qualificação, pois não há interesse de qualificar trabalhadores que permanecem um curto período de tempo nos postos de trabalho.

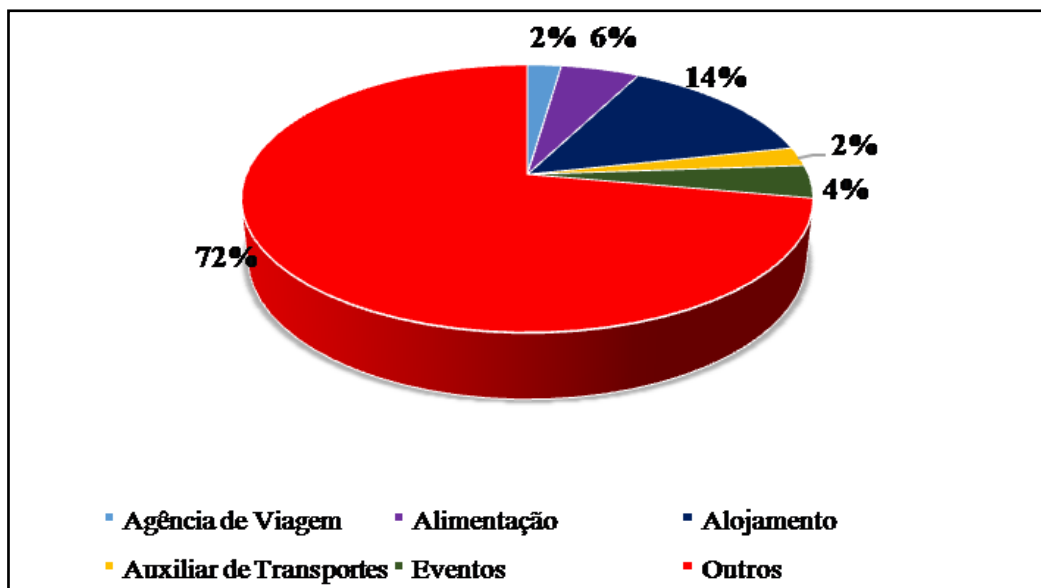
Estas informações, associadas à pesquisa realizada pelo IPEA corroboram para a necessidade da efetividade da política de qualificação do MTur, para superar as ações pontuais e possibilitar um círculo vicioso entre qualificação e desenvolvimento.

4.2. RESULTADOS DA ANÁLISE DOCUMENTAL DOS DADOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS DA DEMANDA E OFERTA POR QUALIFICAÇÃO QUE COMPREENDEM AS AÇÕES DO MTUR

Entre 2004 e 2014 o MTur direcionou orçamento para a especialização da mão de obra do setor qualificando pelo menos 134.394 pessoas (Gráfico 4). A não exatidão desse valor deve-se a essa pesquisa contabilizar as

qualificações ofertadas nos municípios do recorte territorial, ou seja, 83 municípios, inicialmente. Estes processos priorizaram as demandas advindas dos diagnósticos do PRODETUR e do Programa de Regionalização do Turismo e, posteriormente, as demandas identificadas como prioritárias foram direcionadas à realização dos megaeventos esportivos (2007, 2013, 2014 e 2016) e do crescimento do número de eventos internacionais nas principais capitais do país.

Gráfico 04: Relação entre Cursos Ofertados e Alunos Formados



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores, 2016.

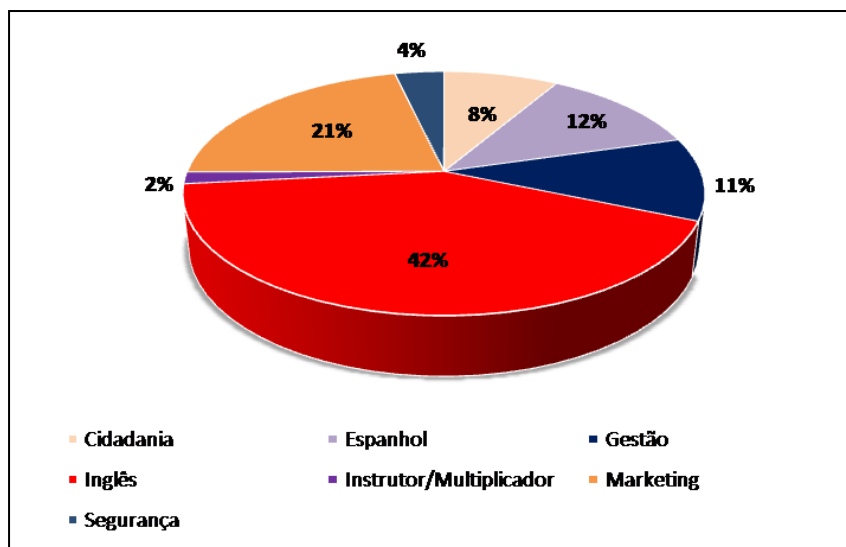
A ACT com maior volume de capacitados corresponde a “Outros” com 94.181 pessoas, mas cabe salientar que parte significativa desses indivíduos recebeu qualificação em idioma – 21.458 qualificado sendo o maior número em inglês (18.125) e espanhol (3.333). Este montante ainda que insuficiente se justifica à realidade vivenciada por alguns municípios que foram sede de delegações que participaram da Copa das Confederações em 2014. Inclusive, para o presidente da CONTRATUH, em discurso proferido na reunião da Câmara Temática de Qualificação, do CNTur em 13 de agosto de 2013, muitos dos problemas vivenciadas pelos profissionais da linha de frente da hotelaria estão relacionados à dificuldade de atender os turistas estrangeiros que vieram

participar da Copa das Confederações por ter dificuldades com a comunicação em função do idioma.

Cabe ressaltar que a demanda por cursos de língua estrangeira para os trabalhadores do Turismo partiu das entidades de classe que ao firmar parceria com outras instituições encaminhou ao MTur o plano de trabalho com apontando o universo de pessoas a ser atendida a partir das ações pactuadas.

O Gráfico 5 apresenta de forma descritiva todos os cursos concentrados neste grupo, chama atenção a pouca relevância dada à temática da cidadania mesmo está sendo uma das competências mais importantes para o cotidiano do indivíduo enquanto sujeito responsável por suas transformações socioculturais e políticas.

Gráfico 05: Relação dos Cursos Agrupados na ACT “Outros”



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores, 2016.

Outra questão relevante refere-se ao conteúdo dos cursos de cidadania que apresentaram como foco inicial a inclusão de jovens no mercado de trabalho, para tanto, foram apresentados conteúdos programáticos amplos contendo noções de postura profissional, ética, bem receber e em casos específicos a contextualização da história do turismo local. Chama atenção a inexistência de poucos resultados relacionados à inserção desses jovens no mercado de trabalho. Dentre os programas que apresentaram esses dados destaca-se Trilha Jovem (TP 03/2007) que inseriu cerca de 800 pessoas.

Salienta-se que tanto o representante da ABRASEL quanto o da CONTRATUH, em reunião da Câmara Temática de Qualificação, do CNTur em 2013, demonstram pouco interesse na qualificação de jovens que ainda não ingressaram no mercado de trabalho, por prever um incremento no número de desempregados ou por entender que este tipo de qualificação deve ser ofertado por outras pastas como o MEC e o MTE. O relato abaixo simboliza o pensamento do presidente da CONTRATUH quanto á formação dos jovens:

[...] não é viável pensar na qualificação dos jovens, devido às repercussões das manifestações, pois isso seria o mesmo de “dar aos outros e esquecer-se dos que estão em casa”, segundo ele: a preocupação atual do trade é a qualificação e a requalificação de quem está no mercado de trabalho, para só depois se propor uma qualificação para os jovens que poderão entrar no mercado do trabalho do setor, pois se tratarmos de uma qualificação para os jovens com intuito de satisfazer o Governo Federal, iremos criar uma quantidade enorme de desempregado, já que, os profissionais, que estão exercendo suas funções, não terão uma requalificação adequada para se manterem no mercado (MINISTÉRIO DO TURISMO/CÂMARA TEMÁTICA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, 2013).

As demais atividades contempladas pelos programas de qualificação contemplaram as ACTs com maior representatividade dentro do contexto das pesquisas realizadas sobre emprego e turismo. Especificamente no caso do IPEA, apesar dos estudos realizados pelo instituto não contemplarem todas as atividades analisadas nesta pesquisa, os dados disponíveis auxiliam na discussão dos resultados das ações desenvolvidas até 2014, pois contempla parte do recorte temporal.

A segunda atividade com maior concentração de capacitados pelo MTur é a de alojamento com 18.319 pessoas, conforme Quadro 16. Este montante demonstra-se pouco satisfatório se considerarmos que o setor de alojamento emprega formalmente cerca de 2005.500 pessoas com grau de instrução até o nível médio e superior incompleto, ou seja, com elevada demanda por formação e qualificação. Embora o total não represente apenas os destinos do recorte territorial, este serve como balizador ao passo que temos nos municípios contemplados pela pesquisa cerca de 3.166 meios de hospedagem disponibilizando 215.656 unidades habitacionais que corresponde a 45,6% do total de empreendimentos cadastrados no MTur (CADASTUR, 2016).

Quadro 16: Qualificação Profissional por ACTS – 2004 a 2014

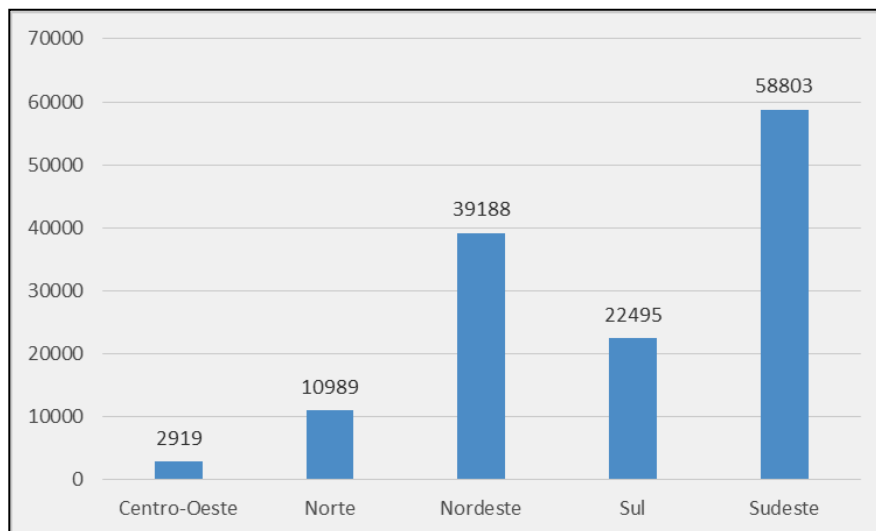
ACTs	Alunos Formados
Agência de Viagem	2.981
Alimentação	6.909
Alojamento	18.319
Auxiliar de Transportes	2.978
Cultura e Lazer	833
Eventos	5.184
Outros	94.181
Transporte	3.009
Total	134.394

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores, 2016.

Se por um lado a qualificação do setor de hospedagem é deficitária o mesmo se grava ao aproximar os resultados desta pesquisa com as informações do mercado de trabalho do setor de alimentação, pois, ao se qualificar cerca de 6.909 trabalhadores contemplamos um grupo restrito de profissionais. Sendo que em 2014 no Brasil foram mapeados cerca de 401 mil trabalhadores formais em estabelecimentos de turismo que atendem ao segmento de alimentos e bebidas.

Na tentativa de aproximação deste debate com o recorte territorial destaca-se a importância de descrever a distribuição da oferta por qualificação executada pelo MTur entre 2004-2014 (Gráfico 6). A partir deste retrato apresentado constata-se o desafio do MTur para os próximos anos, tanto por apresentar uma elevada demanda, como pela necessidade de democratização das vagas para, desta forma, possibilitar um número maior de acesso dos trabalhadores do *trade* turístico aos cursos.

Gráfico 06: Qualificação Profissional por Macrorregião



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores, 2016.

Observa-se que nos territórios que compõe o recorte territorial dessa pesquisa, os da Região Sudeste atingiram maior número de pessoas. As 58.803 pessoas qualificadas residem ou trabalham nos 20 destinos selecionados, conforme o quadro 17 apresenta da Região Sudeste.

Quadro 17: Alunos Formados pelas Ações Propostas nos Convênios X Municípios da Região Sudeste

Unidade da Federação	Município	Alunos Formados
Sudeste 1 - São Paulo	Campinas	613
	Campos do Jordão	821
	São Paulo	22.658
Sudeste 2 - Rio de Janeiro	Angra dos Reis	36
	Armação dos Búzios	125
	Parati	31
	Petrópolis	43
	Rio de Janeiro	25.042
Sudeste 3 - Espírito Santo	Guarapari	38
	Vitória	207
Sudeste 4 - Minas Gerais	Belo Horizonte	8.891
	Diamantina	70
	Ouro Preto	136
	Tiradentes	92

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores, 2016.

Nestes municípios a ACT com maior representatividade foi “outros” com os cursos de idioma, capacitação de voluntários e qualificação empresarial. No Estado de São Paulo seguindo a ACT “outros” destacaram-se a de alojamento e de transporte. Já no Rio de Janeiro, alojamento e eventos. Em Minas Gerais auxiliar de transporte e eventos. Neste cenário deve-se considerar como aspecto importante para a determinação desta oferta o fato dessas regiões sediarem jogos da Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas. O Rio de Janeiro sediou, ainda, os Jogos Pan Americanos em 2007.

Cabe destacar que 02 municípios sugeridos no recorte territorial não foram contemplados por ações apoiadas pelo MTur. São eles: Ubatuba (SP) e Itatiaia (RJ). Os destinos Cabo Frio (RJ), Niterói (RJ), Mariana (MG) e São João Del Rei (MG) foram contemplados pelo PRONATEC Turismo.

Se por um lado temos o incremento do número de qualificados, ainda que não se possa estabelecer uma relação direta por não se constatar ações de monitoramento dos egressos dos cursos realizados nos últimos 10 anos, ainda assim, torna-se possível inferir que esta região apresenta melhor nível de escolaridade e conseqüentemente de remuneração salarial. De acordo com dados do IPEA (2016):

Quadro 18: Remuneração média por ACTs

Município	Alojamento	Alimentação	Transporte Terrestre	Transporte Aquaviário	Transporte Aéreo	Aluguel de Transportes	Agência de Viagem	Cultura e Lazer
CAMPINAS (SP)	1.768,80	1.358,20	1.877,92	-	6.515,97	1.833,28	2.795,92	2.029,96
CAMPOS DO JORDAO (SP)	1.418,38	1.279,02	1.259,45	-	-	1.126,76	1.087,55	1.189,92
SAO PAULO (SP)	2.052,70	1.301,07	1.887,51	1.309,82	6.909,72	2.758,71	3.214,31	2.423,60
ANGRA DOS REIS (RJ)	1.372,76	1.090,56	1.670,62	1.225,30	-	1.977,28	1.308,93	2.132,33
ARMACAO DOS BUZIOS (RJ)	1.275,41	1.187,33		1.101,38	-	1.196,23	1.297,09	832,50
PARATY (RJ)	1.185,31	1.035,10	1.467,60	1.120,00	-	967,50	1.264,27	1.460,45
PETROPOLIS (RJ)	1.153,96	1.026,97	1.173,82	-	-	1.157,14	1.799,66	1.095,97
RIO DE JANEIRO (RJ)	2.010,04	1.132,45	1.770,71	2.428,87	6.503,21	1.836,01	2.538,85	3.467,78
GUARAPARI (ES)	1.026,39	943,76	1.363,81	1.016,00	-	1.213,63	1.168,26	1.340,85
VITORIA (ES)	1.356,70	1.124,56	1.360,07	4.554,00	2.610,89	1.713,69	1.904,35	967,54
BELO HORIZONTE (MG)	1.379,95	1.103,27	1.621,43	6.533,57	3.756,74	2.987,27	2.061,13	1.722,78
DIAMANTINA (MG)	975,69	874,43	1.247,14	-	-	878,25	330,00	-
OURO PRETO (MG)	1.100,02	949,73	1.030,64	-	-	924,91	1.383,00	1.509,55
TIRADENTES (MG)	1.032,17	1.009,91	-	-	-	-	819,00	2.600,00

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores com base no SIMT/IPEA (2016)

Já a região nordeste 21 municípios dos 26 selecionados pelo recorte receberam ações de qualificação subsidiados pelo MTur, conforme diagnosticado pela pesquisa documental. Durante o levantamento não foi possível validar os municípios: Penedo (AL), Arraial D`Ajuda (BA), Santa Cruz de Cabralia (BA), Campina Grande (PB). O destino de Parnamirim (RN) foi contemplado apenas pelo PRONATEC Turismo. O quadro 19 apresenta a sistematização da qualificação nesta região.

Quadro 19: Alunos Formados X Municípios da Região Nordeste

Região	UF	Município	Alunos Formados
Nordeste 1	Paraíba	João Pessoa	303
	Pernambuco	Fernando de Noronha	296
		Ipojuca	76
		Olinda	1426
		Recife	8223
	Rio Grande do Norte	Natal	1272
		Tibau do Sul	73
Nordeste 2	Alagoas	Maceió	252
		Maragogi	23
	Bahia	Lençóis	44
		Porto Seguro	76
		Salvador	9143
	Sergipe	Aracaju	238
Nordeste 3	Ceará	Beberibe	41
		Fortaleza	16.272
		Jijoca de Jericoacoara	150
	Maranhão	Barreirinhas	176
		São Luís	416
	Piauí	Parnaíba	194
		São Raimundo Nonato	276
Teresina		217	

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores, 2016.

Esta região concentra parte significativa dos municípios estudados, por apresentar elevado potencial turístico, mas observa-se que apesar disso, as ações de qualificação permanecem deficitárias possivelmente pela dificuldade que muitos desses estados enfrentam em garantir a oferta de cursos próxima ao município e, conseqüentemente assegurar a participação de seus trabalhadores nos mesmos. Muitos destes municípios são no interior do estado e, apesar da certa proximidade com a capital, possuem uma população com baixa escolaridade e que recebem salários incompatíveis com a realidade nacional. Atualmente, a média dos salários pagos na região não ultrapassa

R\$968,37 e a permanência média na escola de 9,7 anos, conforme os dados da PNAD 2012 disponível no extrato do IPEA.

A partir do levantamento documental identificou-se que algumas destinações da região Sul tiveram poucas oportunidades de qualificação da mão de obra do turismo por intermédio da pactuação com o MTur. Entretanto, Foz do Iguaçu, sofreu uma excepcionalidade, possuindo maior representatividade na qualificação profissional alcançando cerca de 18.748 pessoas, sendo a maioria na ACT “outros” com os cursos de maior concentração relacionados ao marketing e à liderança. Os demais municípios qualificaram profissionais em sua maioria na área de alojamento e alimentação. E os municípios de Antonina e Lapa não receberam recursos de convênios para qualificação profissional em turismo, porém participaram do PRONATEC Turismo.

Dentre os municípios de Santa Catarina o destaque fica para Florianópolis com 992 qualificados, cuja maioria concentrou-se na ACT “outros” – idioma, informática e inovação. Cabe destacar que Garopaba não recebeu recursos provenientes do MTur para qualificação de seus profissionais.

No Rio Grande do Sul a capital se destaca em número de qualificados, principalmente, em função dos megaeventos - Fórum Mundial Social e da Copa do Mundo de Futebol. Por isso, a principal atividade característica contemplada foi “outros” com cursos de atendimento e inserção de jovens no mercado de trabalho. Os destinos da Uva e do Vinho, Caxias do Sul e Garibaldi, não receberam investimentos do MTur para qualificação de seus profissionais, porém houve a oferta de cursos do PRONATEC Turismo. Torres e Pelotas não foram contemplados por convênios e/ou PRONATEC Turismo, por isso não constam na tabela demonstrativa.

Quadro 20: Alunos Formados x Municípios da Região Sul

Região	UF	Município	Alunos Formados
Sul 1	Paraná	Curitiba	1060
		Foz do Iguaçu	18748
		Morretes	72
		Paranaguá	31
		São José dos Pinhais	18
	Santa Catarina	Balneário Camboriú	158
		Florianópolis	992
Sul 2	Rio Grande do Sul	Bento Gonçalves	34
		Canela	40
		Gramado	21
		Porto Alegre	1321

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores, 2016.

O nível de escolaridade e média de remuneração dos trabalhadores do turismo dessa região de certa forma justifica esta baixa demanda, pois apresenta 71% de seus profissionais com formação educacional entre ensino médio e/ou superior, além de média salarial de R\$ 1.769,98. O quadro 21 representa o cenário da região em 2014:

Quadro 21: Alunos Formados x Municípios da Região Sul

Escolaridade	Nº de empregos	Remuneração média em R\$
Até 5º ano	7.733	1.267,91
6º a 9º ano	35.862	1.356,94
Ensino médio e superior incompleto	98.608	1.457,27
Superior completo	9.978	2.997,77

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores com base no SIMT/IPEA, 2016.

Na região Norte observou-se elevada demanda por qualificação no grupo “outros” – idioma, excelência no atendimento e empreendedorismo –

representando 83,3% das qualificações em Manaus, enquanto em Parintins a ACT com maior representatividade foi alojamento 34,6%, seguido de eventos 16% e cultura & lazer 15,1%. Já Presidente Figueiredo destacou-se agência de viagem 42,8% e transporte 38,4%.

No Pará as ACTs com maior representatividade são a de eventos com 1.374 pessoas, alojamento com 988 e alimentação 976. Em Santarém poucas foram às ações desenvolvidas e apenas 19 pessoas foram contempladas com cursos na área de agência de viagem. Apesar de Bragança ser apontada como destino contemplado pelo convênio 708662/2009, não foram descritos os resultados.

Desta forma todos os municípios do Amazonas contemplados neste estudo receberam ações subsidiadas pelo MTur. O quadro 22 apresenta o total de alunos formados na região considerando os dados do Amazonas e Pará. Não foram realizadas pesquisas nos demais estados, pois estes apresentam pouca representatividade absoluta no contexto do turismo.

Quadro 22: Alunos Formados x Municípios da Região Norte

Região	UF	Município	Alunos Formados
Norte	Amazonas	Manaus	6361
		Parintins	205
		Presidente Figueiredo	182
	Pará	Belém	4222
		Santarém	19

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores, 2016.

Dentre as regiões selecionadas o Centro-oeste recebeu apenas 2.919 pessoas, cuja maior parte concentrou-se em Brasília (DF) com cursos eventos com cerca de 1.181 pessoas. Em Goiás foram qualificadas 267 profissionais com destaque para cultura & Lazer em Alto Paraíso de Goiás, alojamento em Caldas Novas e cultura & lazer em Pirenópolis. O estado de Mato Grosso qualificou 514 pessoas, a maioria em alojamento, tanto para Chapada dos Guimarães quanto em Cuiabá. Por fim, em Mato Grosso do Sul a única atividade contemplada em Bonito foi “outros” com 957 pessoas. O Quadro 23

apresenta a síntese dos resultados alcançados a partir do levantamento documental.

Quadro 23: Alunos Formados x Municípios da Região Centro-Oeste

Região	UF	Município	Alunos Formados
Centro-Oeste	Distrito Federal	Brasília	1.181
	Goiás	Alto Paraíso de Goiás	78
		Caldas Novas	89
		Pirenópolis	100
	Mato Grosso	Chapada dos Guimarães	98
		Cuiabá	416
	Mato Grosso do Sul	Bonito	957

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores, 2016.

As unidades da federação contempladas neste recorte regional possuem peculiaridades interessantes no que tange às características educacionais, pois trata-se de destinos com rápido acesso à educação pública de nível superior e tecnológico e com nível de renda satisfatório. Isso se comprova ao se observar que a média salarial é R\$1.654,16 para um universo de 73.053 ocupações em turismo.

O panorama apresentado nesta pesquisa possibilita perceber a constante realidade dos trabalhadores da área do turismo com baixa remuneração, assim como, com baixa escolaridade, o que compromete um possível ciclo de maior qualidade de vida desses trabalhadores.

Os trabalhadores no setor do Turismo são mal remunerados pela prestação de seus serviços, situação presente em várias capitais, o que incide em um contexto de âmbito nacional, embora, seja possível perceber um número maior de oportunidades na área, estas sempre condizem com a precariedade salarial ou com a falta de seguridade/qualidade de emprego, sendo muitas oportunidades oferecidas em condições temporárias para atender fluxos turísticos de alta temporada.

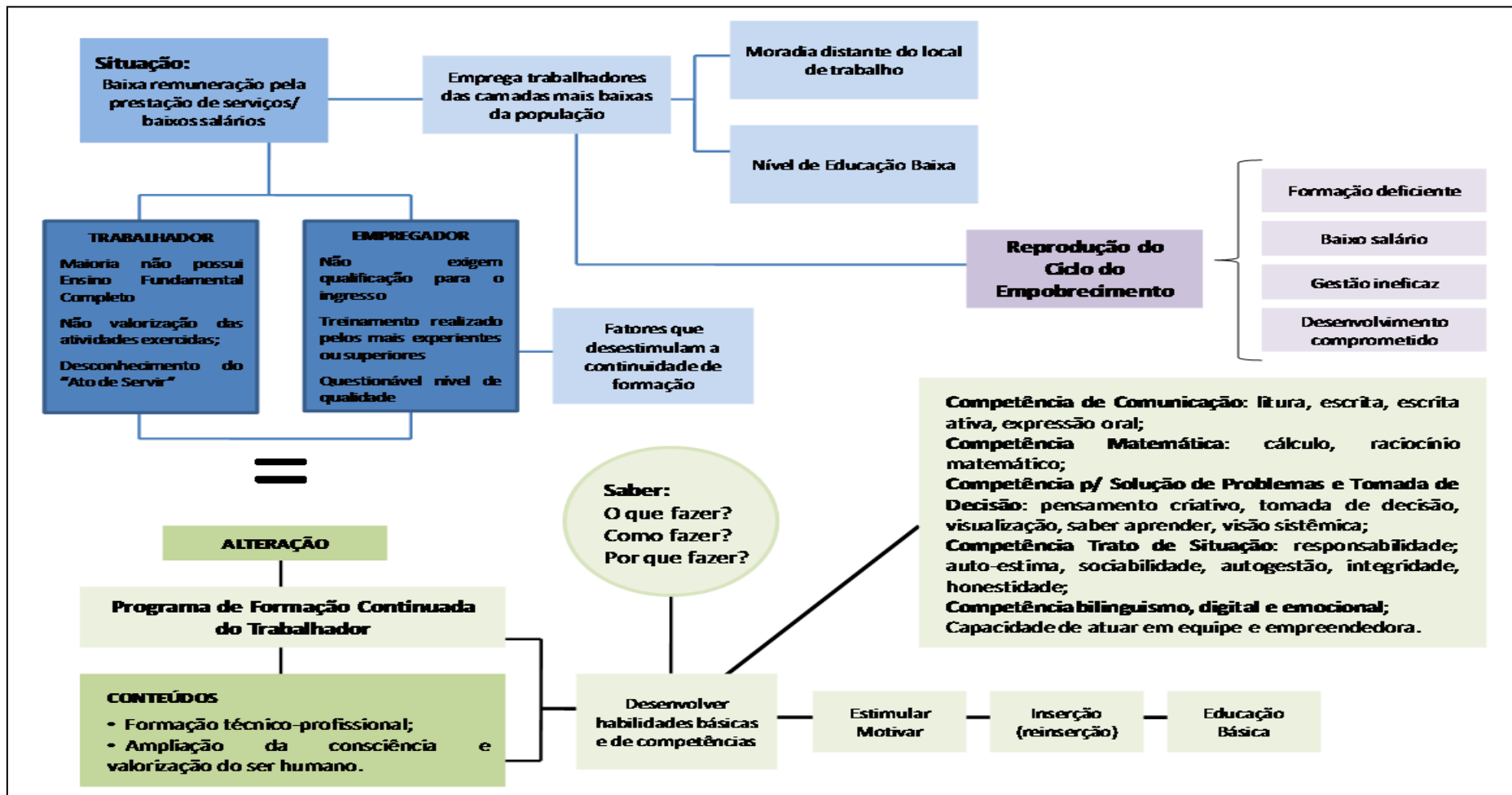
Ressalta-se que essas condições presentes na realidade da área fortalecem ainda mais a estratificação social, que vem mantendo-se ao longo do tempo. Os trabalhadores de turismo e hospitalidade que executam funções

operacionais, muitas vezes, compõe a camada mais baixa da sociedade, são pobres, e conseqüentemente, seus domicílios são distantes dos equipamentos turísticos, fortalecendo a dicotomia entre centro (área nobre e turística) e periferia (distante, pobre, periférica, onde os trabalhadores moram).

Outros fatores também devem ser contextualizados nesse panorama sobre a qualificação na área, pois embora alguns trabalhadores tenham a vontade de realizar cursos e qualificações, muitas são as dificuldades vivenciadas por estes. A baixa remuneração, por exemplo, incide na jornada dupla de trabalho, não dispondo de horário livre para realização de outras atividades. O baixo salário também incide na localização da residência deste trabalhador, que muitas vezes, enfrenta um longo deslocamento até as áreas centrais dos municípios, onde normalmente trabalham e onde normalmente são oferecidos os cursos nas instituições executoras.

Conforme é possível perceber na figura 13 a dinâmica do mercado de trabalho da área de turismo permite a manutenção virtuosa de baixos salários x nível educacional x qualidade de vida, desafio este que deve ser superado a partir de uma melhor compreensão da complexidade das possibilidades, a qual deve abarcar tanto quem emprega – o empregador consciente, assim como, o próprio sujeito que trabalha – o empregado.

Figura 13: Dinâmica do Mercado de Trabalho e Qualificação em Turismo



Fonte: Núcleo de Políticas Públicas/PMPT/CET/UnB, 2016.

Para isso, a formação e qualificação de trabalhadores, deve ter por missão, além dos conteúdos de formação/educação técnico-profissional, a ampliação de consciência e a valorização do ser humano como cidadão. Condição esta de cidadão que tem sido negada aos trabalhadores da área, os quais, muitas vezes, não têm acesso aos meios tanto para desenvolver as suas habilidades básicas quanto para desenvolver suas habilidades e competências (estas em seus três níveis: saber o que fazer, saber como fazer e saber por que fazer) específicas e de gestão para desempenhar de forma eficiente, efetiva e eficaz as atribuições inerentes à sua função no mundo do trabalho.

Percebe-se que a gestão dos programas ao longo do tempo (no caso considerando os dez últimos anos de investimentos) não ocorreu de forma sistemática, pois não se tem o controle das vagas ofertadas X vagas preenchidas X concluintes, o que dificultou a análise dos resultados de investimento X aumento da qualidade profissional em âmbito nacional ao longo do tempo, impossibilitando a análise dos impactos desses investimentos, que foram bem representativos, conforme é possível observar na tabela de custos abaixo:

Tabela 02: Convênio X Investimento X Custos

UF	Município	Total de convênios	Investimento	Vagas ofertadas	Formados	Custo médio por aluno	Custo - Hora/aula por aluno	Carga horária média
DF	Brasília	1	R\$ 273.940,00	3.400	2.398	R\$ 80,57	R\$ 14,01	5,75
GO	Alto Paraíso de Goiás	1	R\$ 1.209.600,00	565 apenas no recorte	350 apenas no recorte	R\$ 2.140,88 considerando recorte	R\$ 53,83	39,77
	Caldas Novas					R\$ 236,25 considerando meta de 5120 pessoas	R\$ 5,94	
	Pirenópolis							
	Rio Quente							
MT	Cuiabá	1	R\$ 1.157.596,00	225	52	R\$ 301,46 considerando meta 3840	R\$ 7,54	40
	Chapada dos Guimarães			130	98	R\$3260,84 considerando recorte de 355	R\$ 81,52	
PB	João Pessoa	1	R\$ 654.088,00	-	88	Não existe registro de total de vagas ofertadas	-	180
PE	Olinda	1	R\$ 708.661,00	1.880	1.426	R\$ 1.234,27	R\$ 20,57	60
RN	Natal	1	R\$ 455.710,80	503	474	R\$ 632,93 considerando meta de 720 e R\$ 799,55 considerando Tibau e Natal	R\$ 5,27	120
	Tibau do Sul			67	58		R\$ 6,66	
BA	Salvador	2	R\$ 2.550.042,00	1.122	456	R\$ 2.272,76	R\$ 303,04	7,5
			R\$ 2.279.663,92	3.080	1.145	R\$ 740,15	R\$ 4,51	106,164,29

	Porto Seguro	1	R\$ 379.785,00	330	-	R\$ 1.150,86	R\$ 5,75	200
PI	São Raimundo Nonato	1	R\$ 300.000,00	287	271	R\$ 1.045,30	R\$ 22,40	46,67
CE	Fortaleza	3	R\$ 1.269.908,50	6.980	5.839	R\$ 181,94	R\$ 1,44	126,47
			R\$ 222.560,00	600	600	R\$ 370,93	-	-
			R\$ 6.360.676,29	4.700	2.467	R\$ 1.353,34	R\$ 9,14	148,14
	Jijoca de Jericoacoara	1	R\$ 1.650.000,00	4.401 310	3.630 122	R\$ 350,24 Considerando Fortaleza e Jijoca	R\$ 9,22	38
AM	Manaus	1	R\$ 829.375,30	280	178	R\$ 987,35 considerando vagas de Manaus, Presidente e Parintins	R\$ 24,68 apenas Manaus	40
	Presidente Figueiredo			280	172	R\$ 190,23 considerando meta de 4360	R\$ 4,76 total de ofertas	
	Parintins			280	217			
PA	Belém	2	R\$ 2.156.000,00	6.244	2.860	R\$ 345,29	R\$ 8,63	40
			R\$ 322.020,00	1.500	1.374	R\$ 214,68	R\$ 7,16	30
	Santarem	1	R\$ 622.500,00	240	-	R\$ 2.593,75	R\$ 11,79	220
	Bragança							
SP	São Paulo	7	R\$ 835.220,00	240	240	R\$ 3.480,08	-	-
			R\$	4.000	3.785	R\$ 687,89	R\$ 3,13	220

			2.751.565,00					
			R\$ 3.000.000,00	2.560	2.560	R\$ 1.171,88	R\$ 5,86	200
			R\$ 971.700,00	1.350	1.120	R\$ 719,78	R\$ 3,60	200
			R\$ 904.600,00	7.250	4.251	R\$ 124,77	R\$ 1,09	114
			R\$ 313.160,00	30	25	R\$ 10.438,67 considerando São Paulo e R\$1304,83 considerando os 5 municipios contemplados	R\$ 52,20 considerando São Paulo e R\$ 6,53 considerando total	200
			R\$ 412.190,00	1.000	937	R\$ 412,19	R\$ 2,94	140
SP	Campos do Jordão	1	R\$ 940.705,00	940	821	R\$ 1.000,75	R\$ 9,72	103
SP	Campinas	1	R\$ 375.964,00	670	613	R\$ 561,14	R\$ 40,08	14
RJ	Rio de Janeiro	2	R\$ 6.647.650,00	16.510	10.341	R\$ 402,64	-	-
			R\$ 2.713.308,00	8.740	2.392	R\$ 310,45	R\$ 20,70	15
MG	Belo Horizonte		R\$ 475.670,00	420	361	R\$ 1.132,55	R\$ 5,66	200
			R\$ 263.231,20	1.710	1.109	R\$ 153,94	R\$ 12,83	12
		3	R\$ 1.375.012,00	11.818	6.468	R\$ 116,35	R\$ 7,27	16
		1	R\$	165	104	R\$ 4.848,48	R\$ 95,71	50,66

	Ouro Preto		800.000,00					
	Tiradentes							
PR	Foz do Iguaçu	1	R\$ 1.673.345,00	47.025	18.531	R\$ 35,58	R\$ 2,97	12
SC	Florianópolis	1	R\$ 529.830,00	540	389	R\$ 981,17	R\$ 4,91	200
	Balneário Camboriu	1	R\$ 350.000,00	84 118	84 118	R\$ 1.732,67	-	-
RS	Porto Alegre	2	R\$ 92.000,00	330	166	R\$ 278,79	R\$ 11,62	24
			R\$ 316.893,00	780	620	R\$ 406,27	-	
	Bento Gonçalves	1	R\$ 240.000,00	1651	1.126	R\$ 145,37	R\$ 7,27	20
DF	Brasília	1	R\$ 1.367.839,63	360	162	3799,554528		
MA	São Luis			360	173			
PE	Recife			360	167	R\$ 949,89	-	
RN	Natal			360	162			
AM	Manaus	1	R\$ 4.740.203,00	76	76	R\$ 1683,26 considerando o valor informado do investimento em qualificação de R\$ 1.287.693,71 o restante do investimento foi utilizado em certificação de empreendimento e		
BA	Lençóis			32	32			
ES	Guarapari			38	38			
MG	Tiradentes			63	63			
	Ouro Preto			94	94			
MS	Bonito			58	58			
PA	Belém			9	9			
PB	João Pessoa			40	40			
PR	Morretes			21	21			
	Foz do Iguaçu			26	26			

RJ	Armação dos Buzios			109	109	outras ações do plano de trabalho		
RS	Bento Gonçalves			12	12			
	Canela			40	40			
SC	Florianópolis			104	104			
SE	Aracaju			43	43			
RS	Porto Alegre	1	R\$ 10.303.302,00	400	405	R\$ 2.060,66	R\$ 10,30	200
RN	Natal			600	354			
PR	Curitiba			300	429			
MG	Belo Horizonte			500	443			
DF	Brasília			300	643			
CE	Fortaleza			600	231			
PE	Recife			400	516			
BA	Salvador			400	424			
RJ	Rio de Janeiro			500	310			
SP	São Paulo			700	500			
MT	Cuiabá			150	254			
AM	Manaus			150	809			
PE	Fernando de Noronha			1	R\$ 6.000.000,00			
MS	Bonito	1280	856					
SC	Florianópolis	24	24					
AM	Manaus	1	R\$	98	98	R\$ 9.354,30 considerando		

SP	Brotas		6.033.524,00	154	154	dados do recorte. R\$ 1256,98 considerando resultado esperado.		
SP	Socorro			138	138			
RS	Canela			103	103			
PR	Foz do Iguaçu			36	36			
	Curitiba			30	30			
PE	Recife			34	34			
PE	Fernando de Noronha			52	52			
AM	Manaus	1	R\$ 2.778.120,00	169	169	R\$ 686,80 se considerarmos os recorte. R\$ 277,81 considerando total de Ofertas de 10.000.	R\$ 7,35 considerando recorte e R\$ 2,98 se considerar o universo do curso.	93,33
				Parintins	13			
PA	Belém			113	113			
	Santarém			19	19			
RN	Natal			174	174			
RN	Tibau do Sul			15	15			
PE	Recife			127	127			
	Fernando de Noronha			7	7			
	Ipojuca			2	2			
PB	João Pessoa			114	114			
BA	Salvador			294	294			
	Porto Seguro			32	32			
	Lençóis			12	12			
SE	Arcaju			119	119			
AL	Maceio			118	118			
	Maragogi			23	23			
CE	Fortaleza			258	258			
	Jijoca de Jericoacoara	28	28					

MA	São Luís	151	151
	Barreirinhas	13	13
PI	Teresina	146	146
	Parnaíba	31	31
	São Raimundo Nonato	5	5
SP	São Paulo	251	251
RJ	Rio de Janeiro	243	243
	Armação dos Buzios	16	16
	Angra dos Reis	36	36
	Parati	31	31
	Petrópolis	43	43
MG	Belo Horizonte	307	307
	Ouro Preto	42	42
	Tiradentes	4	4
	Diamantina	70	70
DF	Brasília	219	219
GO	Pirenópolis	31	31
	Caldas Novas	25	25
	Alto Paraíso de Goiás	15	15
MS	Cuiabá	74	74
	Bonito	43	43
PR	Curitiba	137	137
	Foz do Iguaçu	73	73
	Paranaguá	12	12
SC	Florianópolis	110	110

	Balneário Camboriu			40	40			
RS	Porto Alegre			151	151			
	Gramado			21	21			
	Bento Gonçalves			22	22			
ES	Vitória			46	46			
SP	São Paulo	1	R\$ 13.829.100,0 0	15640	10142	R\$ 199,86	R\$ 2,50	80
RJ	Rio de Janeiro			18332	11606			
PE	Recife			10550	7275			
AM	Manaus			5748	4961			
BA	Salvador			10381	6484			
CE	Fortaleza			4182	3080			
DF	Brasília			732				
MG	Belo Horizonte			1358				
RN	Natal			349				
PR	Curitiba			468				
RS	Porto Alegre			590				
MT	Cuiabá			814				
AL	Maceio			1	R\$ 14.232.050,0 0			
AM	Manaus	154	168					
BA	Salvador	288	278					
	Porto Seguro	48	44					
CE	Fortaleza	98	98					
	Beberibe	34	41					
DF	Brasília	130	117					
ES	Vitória	156	161					
MA	São Luís	94	92					

MG	Belo Horizonte			78	91			
MS	Cuiabá			24	36			
PA	Belém			54	46			
PB	João Pessoa			44	61			
PE	Ipojuca			10	18			
	Recife			136	138			
PI	Teresina			100	71			
PR	Curitiba			518	494			
	Morretes			52	51			
	Paranaguá			30	19			
	São José dos Pinhais			18	18			
RJ	Rio de Janeiro			94	107			
RN	Natal			74	74			
RS	Porto Alegre			102	94			
SC	Florianópolis			304	281			
SE	Aracajú			66	76			
SP	São Paulo			96	30			
BA	Salvador	1	R\$ 558.186,60	80	62	R\$ 377,15	R\$ 9,43	40
CE	Fortaleza			80	69			
PE	Ipojuca			60	56			
RN	Natal			70	34			
DF	Brasília			50	40			
MG	Belo Horizonte			70	37			
RJ	Rio de Janeiro			500	43			
SP	São Paulo			250	65			
PR	Foz do Iguaçu			200	118			

RS	Porto Alegre			120	51			
MA	Barreirinhas	1	R\$	163	-	R\$ 9.202,45	R\$ 52,29	176
PI	Parnaíba		3.000.000,00	163	-			
Fonte: Elaborado pelos pesquisadores, 2016.								

Ressalta-se que durante o processo da análise documental dos projetos que foram subsidiados com recursos financeiros do MTur percebeu-se a ausência de prerrogativas relacionadas à transferência de propriedade intelectual dos conteúdos pedagógicos produzidos, conseqüentemente, observou-se a duplicação das mesmas ações ao longo do tempo, reproduzindo materiais sem cuidado com a qualidade pedagógica.

Os materiais que possuíam conteúdo didático e foram analisados refletiam em uma baixa qualidade pedagógica, posto que o conteúdo se limitava a reprodução de habilidades práticas e não estimulavam processos reflexivos no que tange a formação de competências. Muitos programas possuíam exacerbada carga de leitura, o que muitas vezes não condizia com o nível de escolaridade do público alvo da capacitação.

No que tange as propostas pedagógicas que perpassam os programas analisados, observou-se a predominância de métodos abstrato-formais, assim como, a dificuldade de adaptação às realidades de cada localidade (diagnóstico) e a baixa presença de modelos de avaliação, monitoramento e indicadores sob a formação realizada (estas praticamente inexistentes).

As estruturas curriculares demonstraram a inexistência de critérios sobre vagas ofertadas e utilizadas, e as orientações sobre cargas horárias em relação à tipologia de formação também se demonstraram insuficientes e falhas, não atendendo à necessidade dos cursos. Percebeu-se também a falta de critérios para a seleção de instrutores/professores, sendo este um ponto de suma importância que reflete na qualidade de qualquer curso.

Apesar dos dados apresentados, que endossam os investimentos realizados nos últimos 10 anos pelo MTur, estas ações ainda estão estrategicamente desarticuladas. O resultado dessa ineficiência dos projetos realizados refletiu em ações pontuais e descontínuas que não permitiram ampliar a competitividade do produto Brasil e não alcançaram o ciclo virtuoso da formação e qualificação X qualidade (tanto dos serviços, quanto à qualidade do emprego e qualidade de vida dos trabalhadores da área).

A análise interpretativa e crítica dos programas/projetos no recorte territorial permitiu evidenciar os nós críticos da pesquisa, já mencionados anteriormente, os quais foram verificados no trabalho de campo, a fim de constatar se de fato a análise documental correspondeu às evidências empíricas das localidades.

4.3. RESULTADOS DA ANÁLISE DOCUMENTAL DOS DADOS DO PRONATEC TURISMO

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC foi instituído pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 12.513/2011, tinha como objetivo: expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica voltada a estudantes de nível médio, trabalhadores e beneficiários de programas sociais; no país, fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica; contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio a partir da interação com a educação profissional e a difusão de recursos pedagógicos; ampliar as oportunidades educacionais e estimular a articulação entre as políticas educacionais e as de geração de emprego e renda.

Esta ação complementa a Política Nacional de Educação já que o ensino profissionalizante já estava à disposição de muitos municípios atendidos pelo Decreto 5.154/2004, que além de estabelecer a criação dos Institutos Federais, retomou a política extinta em 1997, que previa a educação integral – ensino médio e ensino técnico ofertados de forma simultânea (TOMINAGA; CARMO, 2014).

Pelo menos dois fatores foram relevantes para esta readequação da Política Nacional de Educação, o primeiro considerou à insatisfação do mercado de trabalho quanto à qualidade da mão de obra disponível em idade economicamente ativa e o segundo, especificamente no caso do turismo, à preocupação quanto o atendimento dos turistas que visitaram o país durante a Copa do Mundo de Futebol (2014) e os Jogos Olímpicos (2016).

Para atender as ações do Programa foram estabelecidos desde 2003 cinco iniciativas dentre elas: a expansão da Rede Federal de Educação profissionalizante, o programa Brasil Profissionalizado, Rede E-Tec Brasil, acordo de gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem (Sistema S) e o Bolsa Formação (MEC, 2016).

Segundo estudos publicados pela parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério da Educação (2015) no período de execução do PRONATEC (2011 a 2014) foram disponibilizadas mais de 8,1 milhões de matrículas, entre cursos técnicos e de qualificação profissional, em mais de 4.300 municípios. Estes cursos tiveram como prioridade de execução a parceria entre o Governo Federal, Instituições Federais, Instituições Públicas Estaduais e Municipais, além de Instituições do Sistema S - SENAC, SENAI, SENAR, SENAT.

Neste estudo diagnosticou-se o perfil dos participantes como sendo composto por trabalhadores gozando de auxílio desemprego, mulheres fora do mercado de trabalho e estudantes em busca do primeiro emprego, fatores estes determinantes para o surgimento de lacunas no processo de educação. Destaca-se ainda a baixa escolaridade e desinformação dos discentes, a dificuldade de compreensão do conteúdo e aspectos pedagógicos como materiais didáticos e formação dos professores (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2015).

Cabe destacar que a rede privada de ensino também faz parte do processo de oferta de cursos desde que atendessem aos requisitos estabelecidos pela Lei nº 12.513/2011 e estivessem inscritas no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – Fies que foi renomeado como Fundo de Financiamento Estudantil.

O processo de oferta de cursos pelas instituições credenciadas ocorreu de forma voluntária a partir do cadastro eletrônico das mesmas no SISTEC – Sistema Nacional de Informação da Educação Profissional e Tecnológica. De acordo com informações disponíveis no sitio oficial do sistema estão

cadastradas 210 instituições com as modalidades e cursos disponíveis para oferta de pelo menos um curso do eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer nos municípios pertencentes ao território estudado (SISTEC, 2015).

Considerando as informações recebidas em entrevistas com representantes do MTur, MDS e MTE a determinação dos cursos ofertados foram estabelecidas pelas instituições de ensino, portanto, foi fundamental a articulação dos responsáveis pelo envio das demandas para desta forma otimizar a disponibilidade de vagas.

O PRONATEC priorizou o dialogo multidisciplinar entre 15 ministérios que tiveram suas demandas de qualificação atendidas a partir do programa. São eles: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério das Comunicações (MC), Ministério da Defesa (MD), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Cultura (MINC), Ministério da Justiça (MJ), Ministério da Pesca e Agricultura (MPA), Ministério da Previdência Social (MPS), Ministério do Trabalho e Emprego (TEM), Ministério do Turismo (MTUR), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Secretaria de Direitos Humanos (SDH), Secretaria de Micro e Pequenas Empresas (SMPE). Além destes cabe destacar a atuação das Secretarias Estaduais e Distrital de Educação.

A multiplicidade de demandas por qualificação exigiu a adequação das ofertas de cursos a partir de 13 eixos tecnológicos: Ambiente e Saúde, Controle e Processos Industriais, Desenvolvimento Educacional e Social, Gestão de Negócios, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Produção Alimentícia, Produção Cultural e Designer, Produção Industrial, Recursos Naturais, Segurança, Turismo, Hospitalidade e Lazer (MEC, 2016). Cabe destacar que os cursos poderiam ser ofertados de forma exclusiva, ou seja, atendendo apenas à pasta demandante ou de forma compartilhada, atendendo à demanda de todos os interessados.

A diversidade de cursos ofertados, nas modalidades acima, totalizou 644 opções conforme o Guia PRONATEC de Cursos FIC 2013220 e 629, conforme

documento atualizado em 2014. Estes cursos foram subdivididos entre “Qualificação Profissional de Trabalhadores” com carga horária entre 160 e 400 hora/aula. Foram ofertados 220 cursos “Técnicos Profissionalizantes” com carga horária entre 800 e 1200 horas/aula para atender a estudantes da rede pública do nível médio. A redução no número de ofertas de certa forma pode ser justificada pela adequação das mesmas aos municípios receptores, uma vez que em algumas situações onde a demanda não pôde ser atendida de forma imediata tornou-se obsoleta e na ocasião da oferta não alcançou a adesão necessária.

Para o eixo tecnológico “Turismo, Hospitalidade e Lazer” foram estabelecidos 24 ofertas: Agente de informações turísticas, atendente de lanchonete, auxiliar de cozinha, auxiliar de garçom (Cumim), barista, bartender, camareira em meios de hospedagem, cerimonialista e mestre de cerimônias, churrasqueiro, condutor ambiental local, condutor cultural local, condutor de turismo de aventura, condutor de turismo de pesca, copeiro, cozinheiro, garçom, mensageiro em meio de hospedagem, organizador de eventos, pizzaiolo, recepcionista de eventos, recepcionista em Meios de Hospedagem, salgadeiro, *sommelier*, *sushiman* (GUIA PRONATEC DE CURSOS FIC, 2013).

Segundo o Portal Brasil (2016) no início de 2016 a Secretaria de Educação Profissional do Ministério da Educação (MEC) realizou repasse de R\$78 milhões em recursos para cursos PRONATEC. Este valor foi distribuído a cada instituição parceira, que oferta os cursos a comunidade. Ainda, segundo o Portal Brasil, a maior parte dos recursos foi canalizada para o SENAI - R\$72,5 milhões, para cursos de educação profissional técnica de nível médio, de formação inicial e continuada ou qualificação profissional. O repasse foi parte do total previsto pelo MEC para o PRONATEC em 2016, quando se aplicou R\$1,6 bilhão no programa. O ministério previu também a criação de 1,3 milhões de vagas em cursos profissionalizantes no ano de 2016 e 5 milhões de vagas até 2019.

Embora a proposta inicial do Programa seja promover a inclusão sócio produtiva dos jovens e adultos desempregados, ainda não foi possível otimizar esta ação, em parte, pela configuração dada ao programa onde as demandas

são informadas pelo poder público sem a garantia de empregabilidade e, em contraponto, por questões histórico culturais que refletem o comportamento do empresariado que prioriza o pagamento de baixos salários em detrimento à contratação de profissionais capacitados.

Por compor uma das áreas prioritárias para a qualificação profissional em curto e médio prazo o turismo foi contemplado por 04 modalidades do PRONATEC dentre elas: PRONATEC Turismo na Empresa, PRONATEC Turismo Cidadão, PRONATEC Turismo Desenvolvimento Local e PRONATEC Turismo Desenvolvimento Social.

O PRONATEC Turismo na Empresa foi uma ação estabelecida para atender as demandas do *trade* turístico que poderiam ofertar a seus empregados cursos presenciais de capacitação com horários flexíveis e compatíveis à jornada de trabalho. Os cursos podem, também, serem demandados por intuições de classe, associações e sindicatos. Nesta categoria foram atendidos equipamentos de 214 municípios distribuídos nos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins tendo como requisito obrigatório estar inscrito no CADASTUR, ser sede da Copa do Mundo de Futebol ou entorno, integrar uma das 303 regiões turísticas brasileiras, possuir instituições ofertantes de curso, ser patrimônio cultural mundial da humanidade ou possuir tombamento pelo IPHAN, ou pertencer ao entorno dos 12 parques nacionais.

Os cursos ofertados foram inscritos pelas instituições de ensino credenciadas ao SISTEC/MEC na categoria exclusiva obedecendo às opções previamente estabelecidas pelo programa: agente de limpeza urbana, agente de aeroporto, língua brasileira de sinais – LIBRAS (nível: básico, intermediário, avançado e css português), guia interprete, auxiliar administrativo, auxiliar de faturamento, auxiliar de recursos humanos, mensageiro, recepcionista, agente de informações turísticas, atendente de lanchonete, barista, *bartender*, camareira em meios de hospedagem, cerimonialista e mestre de cerimônias, churrasqueiro, condutor de turismo de aventura, contador de histórias, copeiro,

cozinheiro, espanhol básico, francês aplicado a serviços turísticos, francês básico, garçom, inglês básico, inglês intermediário, mensageiro em meios de hospedagem, organizador de eventos, pizzaiolo, recepcionista em meios de hospedagem, recepcionista de eventos, salgadeiro, *sommelier*, *sushiman*, programador web, confeitoiro, cozinheiro industrial, padeiro, sorveteiro, agente cultural, operador de edição e áudio, atendente de nutrição e massagista (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2014.)

A demanda por vagas junto ao Ministério da Educação é de responsabilidade do MTur que, por sua vez, encaminha às Secretarias Estaduais e Municipais, assim como as entidades de classe (Conselhos de Turismo) a relação de cursos/vagas desejadas. Conforme relatado pelo MTur nem sempre é possível atender de forma integral às solicitações recebidas, pois estas dependem da disponibilidade de recursos e da formação de turmas no município demandante.

Já o PRONATEC Turismo Cidadão foi criado para atender pessoas interessadas em desempenhar atividades relacionadas ao turismo. Os participantes possuem 18 anos ou mais e, em muitos casos residem próximo a um dos 12 Parques Nacionais priorizados pelo Mtur, ou seja, residem nos arredores de: Anavilhanas (AM), Lençóis Maranhenses (MA), Ubajara (CE), Brasília (DF), Chapada dos Guimarães (MT), Chapada dos Veadeiros (GO), Serra do Cipó (MG), Tijuca (RS), Itatiaia (RS), Serra dos Órgãos (RJ), Aparados da Serra (RS), Serra Geral (SC).

Quanto aos cursos disponíveis destacam-se os de formação continuada - agente de informações turísticas, atendente de lanchonete, barista, bartender, camareira em meios de hospedagem, cerimonialista e mestre de cerimônias, churrasqueiro, condutor de turismo de aventura, contador de histórias, copeiro, cozinheiro, garçom, mensageiro em meios de hospedagem, organizador de eventos, pizzaiolo, recepcionista em meios de meios de hospedagem, recepcionista de eventos, salgadeiro, *sommelier*, *sushiman*; e os cursos com carga horária igual ou superior a 200 h/aula - técnico em agenciamento de viagem, técnico em cozinha, técnico em eventos, técnico em guia de turismo,

técnico em hospedagem, técnico em lazer, técnico em serviço de restaurante e bar.

Não foi identificado o detalhamento dos processos e ações estruturadas para atender ao PRONATEC Turismo Desenvolvimento Local o que inviabiliza a descrição de seus processos. O PRONATEC Turismo Social apresenta poucas informações em seu site oficial, mas permite inferir que é voltado para atender jovens de 16 a 21 anos que participaram do Programa Vira Vida.

Os cursos ofertados foram: agente de informações turísticas, agente de reservas em meios de hospedagem, atendente de lanchonete, auxiliar de cozinha, barista, *bartender*, camareira em meios de hospedagem, cerimonialista, churrasqueiro, *concièrge*, condutor de turismo de aventura, condutor de turismo de pesca, copeiro, cozinheiro, *cumim*, espanhol aplicado a serviços turísticos, francês aplicado a serviços turísticos, inglês aplicado a serviços turísticos, garçom, mensageiro em meios de hospedagem, monitor de atividades de lazer, organizador de eventos, pizzaiolo, recepcionista em meios de hospedagem, recepcionista de eventos, recreador, salgadeira, sommelier, *sushiman*, eixo gestão e negócios, assistente administrativo, assistente de faturamento, assistente de recursos humanos, recepcionista.

4.3.1 OFERTA E DEMANDA POR QUALIFICAÇÃO – PRONATEC TURISMO (2011 – 2014)

Considerando a necessidade de identificar o cenário construído a partir da atuação do MTur em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais identificou-se as principais demandas encaminhadas ao governo Federal para atender os 214 municípios contemplados pelo PRONATEC Turismo. Identificou-se uma demanda global de 152.406 vagas. Para este estudo serão considerados e analisados apenas as demandas referentes ao recorte territorial que contempla 64 cidades distribuídas nas 22 Unidades da Federação. Cabe ressaltar que o recorte deste estudo possui 78 municípios contemplados por alguma ação de qualificação subsidiada pelo MTur.

Os resultados alcançados a partir da análise dos relatórios disponibilizados pelo MTur demonstraram que as unidades da federação com maior demanda foram: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e São Paulo, respectivamente. Todos estes possuem cidades sedes da Copa do Mundo de Futebol e, exceto o Rio Grande do Sul, os demais atenderam aos Jogos Olímpicos 2016. Já nos estados como Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Paraíba, o fator comprometedor levado em consideração refere-se ao número de municípios contemplados, já que nestes estados apenas uma cidade foi analisada por pertencer tanto à delimitação espacial proposta pelo programa quanto ao recorte territorial desta pesquisa.

O Quadro 24 a seguir apresenta a síntese da demanda por qualificação recebida pelo MTur:

Quadro 24: Demanda das Unidades da Federação por Qualificação – PRONATEC

Unidades da Federação	Vagas Demandadas
Alagoas	4.140
Amazonas	3.836
Bahia	11.024
Ceará	6.703
Distrito Federal	9.219
Espírito Santo	52
Goiás	912
Maranhão	2.443
Minas Gerais	7.736
Mato Grosso do Sul	425
Mato Grosso	4.291
Pará	1.050
Paraíba	799
Pernambuco	7.963
Piauí	1.198
Paraná	5.990
Rio de Janeiro	25.990

Rio Grande do Norte	4.262
Rio Grande do Sul	11.610
Santa Catarina	2.015
Sergipe	1.413
São Paulo	10.631
Total Geral	123.702

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores com base nos documentos do MTur, 2016.

Estas demandas foram estruturadas para atender ao PRONATEC Turismo e, em grande parte se enquadraram na modalidade PRONATEC Turismo na Empresa e ao PRONATEC Copa que, pelas informações levantadas em sítios eletrônicos também pode ser compreendido como PRONATEC Turismo Cidadão. Não identificou-se nos documentos analisados qualquer menção às modalidades PRONATEC Turismo Social e ao PRONATEC Turismo Desenvolvimento Local.

A partir dos trabalhos de campo realizado, em particular no Espírito Santo, observou-se que as demandas para estas modalidades foram encaminhadas posteriormente, vislumbrando ofertas nos anos de 2015 e 2016. Destaca-se, inclusive, que o programa passou por algumas restrições orçamentárias.

Considerando que o turismo possui atividades características que possibilitam a delimitação de perfil do público alvo, acredita-se ser essencial a visualização dos cenários estabelecidos a partir da demanda por qualificação identificada pelas Secretarias dos Estados e Municípios. O quadro abaixo apresenta o histórico das solicitações recebidas pelo MTur para organização das ofertas de cursos no período de 2012 a 2014.

Quadro 25: Demanda dos municípios por qualificação x ACTs

UF	Município	Agências de Turismo	Alimentação	Alojamento	Cultura e Lazer	Eventos	Outros
AL	Maceió	-	1.145	910	-	478	428
	Maragogi	-	249	223	122	191	394
AM	Manaus	100	827	870	307	1.076	506
	Presidente Figueiredo	-	30	60	-	30	30

BA	Lençóis	20	70	155	2	25	176
	Salvador	100	1.454	2.950	390	815	4.826
CE	Beberibe	155	110	170	100	115	30
	Fortaleza	150	1.010	928	394	736	2.450
	Jijoca de Jericoacoara	25	40	110	20	-	160
DF	Brasília	138	1.180	1.524	542	1.211	4.624
ES	Vitória	-	6	20	-	25	1
GO	Alto Paraíso de Goiás	-	138	130	30	-	40
	Pirenópolis	-	70	140	40	60	264
MA	Barreirinhas	65	357	280	-	165	61
	São Luís	-	201	440	50	225	599
MG	Belo Horizonte	-	278	418	405	430	4.572
	Diamantina	-	50	100	50	-	40
	Mariana	-	25	55	25	60	100
	Ouro Preto	50	50	130	104	74	269
	São João Del Rei	-	-	-	-	2	44
	Tiradentes	50	130	150	75	-	-
MS	Bonito	-	65	210	-	35	115
MT	Chapada dos Guimarães	40	22	90	30	30	90
	Cuiabá	160	689	558	513	711	1.358
PA	Belém	-	233	252	206	140	219
PB	João Pessoa	20	267	101	81	80	200
PE	Fernando de Noronha	-	60	65	20	-	-
	Ipojuca	-	-	65	45	30	420
	Olinda	-	120	185	103	-	300
	Recife	30	1.220	790	1.055	790	2.665
PI	Parnaíba	-	204	269	60	159	506
PR	Antonina	-	90	-	25	25	1
	Curitiba	60	554	305	125	220	1.583
	Foz do Iguaçu	-	622	313	-	90	773
	Lapa	-	100	80	-	60	-
	Morretes	-	-	-	-	-	1
	Paranaguá	-	179	50	60	30	317
	São José dos Pinhais	-	60	40	-	120	107
RJ	Angra dos Reis	-	435	275	120	25	515
	Armação dos Buzios	40	200	-	-	80	120
	Cabo Frio	30	125	300	155	-	40
	Niterói	75	615	375	350	207	97
	Petrópolis	50	859	325	100	150	278
	Rio de Janeiro	322	5.346	3.426	1.016	2.237	7.702
RN	Natal	50	770	738	252	470	827

	Parnamirim	25	148	26	-	25	164
	Tibau do Sul	20	317	140	50	40	200
RS	Bento Gonçalves	-	135	60	-	140	432
	Canela	-	-	25	-	-	270
	Caxias do Sul	-	25	92	-	85	707
	Garibaldi	-	95	35	-	35	115
	Gramado	-	315	125	-	220	1.502
	Novo Hamburgo	-	-	65	-	50	638
	Porto Alegre	-	296	183	90	321	5.554
	SC	Balneário Camboriú	-	130	135	20	108
Florianópolis		-	188	200	30	225	739
SE	Aracaju	-	274	361	181	234	363
SP	Campinas	20	44	75	25	5	711
	São Paulo	119	1.280	971	433	1.373	5.575

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores com base nos documentos do MTur, 2016.

A leitura aprofundada dos dados apresentados no quadro acima permite dialogar com principal instrumento de cadastro de equipamentos de turismo utilizado pelo Governo Federal, o CADASTUR. De acordo com os dados disponíveis ao público até maio de 2016 estavam ativos 242.664 empreendimentos apenas nos municípios pertencentes à base territorial desta pesquisa. Curiosamente as atividades relacionadas à alimentação são contempladas apenas pela categoria de “Restaurantes, Cafeterias e Bares” e esta é uma das modalidades onde temos apenas 400 estabelecimentos cadastrados.

Contudo, dentro do inventário da demanda por qualificação identificamos uma carência de capacitação de pelo menos 23.502 pessoas nesses mesmos municípios tornando-se a atividade com maior solicitação no período de 2012 a 2014. Rio de Janeiro, Recife e Maceió se destacaram nesse cenário embora possuam apenas 8, 10 e 6 empreendimentos cadastrados, respectivamente. Ao considerar as informações do sistema de cadastro observa-se como principais ofertantes de A&B as cidades de Brasília (DF), Cuiabá (MT), Barreirinhas (MA) e Ubatuba (SP).

Esta preocupação com a especialização dos serviços relacionados à área gastronômica vai ao encontro das mudanças de comportamento dos turistas retratada por pesquisadores de turismo ao destacar a importância de

se atender às demandas emocionais em detrimento às racionais (GÂNDARA, 2009). Dessa forma, a gastronomia tem se destacado, uma vez que também torna-se um fator motivador de viagens e sensibilizador do desenvolvimento local, estabelecendo novos padrões de capacitação e atendimento ao público.

Inclusive, o interesse pela gastronomia possibilita ao turista conhecer a diversidade cultural das destinações, pois além do acesso a produtos regionais, é possível conhecer novos modos de saber fazer pertencentes às diversas comunidades tradicionais existentes no território brasileiro.

A atenção dada aos aspectos culturais dos destinos turísticos envolve todas as atividades características, mas cabe destacar que para os estudos relacionados à empregabilidade e conseqüentemente à qualificação profissional, este segmento relacionado aos aspectos culturais, tende a incorporar funções intrínsecas ao atendimento ao turista, não apenas com informações sobre os atrativos, mas também sobre a dinâmica social do município e as opções de lazer, alimentação e hospedagem.

Apesar desta ACT contemplar o cartão de visitas de muitos municípios observa-se o pouco entendimento por parte dos gestores quanto à importância da capacitação, visto que esta foi uma das atividades com menor demanda dentro do território pesquisado. Abaixo desta encontra-se as atividades relacionadas à transportes, que registrou apenas uma ocorrência de demanda de capacitação de 50 pessoas em Presidente Figueiredo (AM).

Avançando, observa-se a relevância do setor de alojamentos que nos últimos anos ganhou destaque na mídia por suas elevadas tarifas no período dos megaeventos. Nesse sentido, considera-se as adequações sofridas pelos empreendimentos para se adaptar aos padrões internacionais o que deve ser incorporado na cultura organizacional como um legado que trará benefícios a médio prazo.

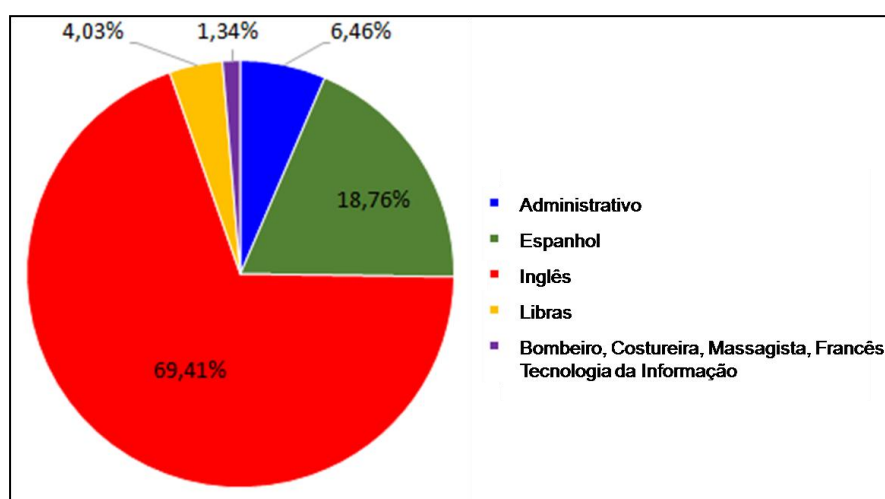
Neste sentido, a capacitação e formação dos profissionais do setor de hospedagem foi prioridade, por concentrar número significativo de empregos, cerca de 150.000 pessoas, contabilizando apenas os empregados em cidades pertencentes ao recorte territorial desta pesquisa (IPEA, 2014).

Dentre os destinos estudados observa-se que Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e Brasília (DF) demonstraram preocupação com a capacitação de seus funcionários já empregados em serviços de hospedagem. Segundo dados do CADASTUR, o Rio de Janeiro é o município com maior capacidade de acomodação, com 51.157 leitos distribuídos entre 297 hotéis. É superado por São Paulo (SP) apenas no total de unidades habitacionais, pois, enquanto possuem 27.572 a capital paulistana possui 31.209 uh.

Brasília (DF), por sua vez apresenta 51 hotéis cadastrados, totalizando cerca de 14.077 leitos que atendem não apenas ao turismo, mas também a visitantes que chegam a Capital Federal para reuniões em órgãos públicos, servidores de alto escalão como Ministros, Presidentes de Autarquias e Empresas públicas ou Secretários Executivos. Já Salvador possui 83 hotéis com 14.277 leitos utilizados na alta temporada pelos turistas motivados pelo sol e praia e por eventos tradicionais como Festival de Verão e Carnaval.

Por fim, ao analisar a categoria “outros” identificou-se que a mesma apresentou solicitações que ultrapassam as atividades características do turismo, pois atendem todos os profissionais da área, já que os cursos com maior representatividade são os de idioma. O gráfico abaixo reflete este cenário.

Gráfico 07: Cursos Ofertados em “Outros”



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Quadro 26: Relação de Concluintes do PRONATEC Turismo - 2012/2014 por ACT

UF	Município	Alojamento	Alimentação	Agência de Viagem	Cultura e Lazer	Eventos	Outros
AL	Maceió	836	850	123	-	294	3836
	Maragogi	-	118	138	-	78	251
AM	Manaus	156	269	2	86	357	2933
	Presidente Figueiredo	17	158	51	-	15	204
BA	Lençóis	68	14	-	-	81	68
	Salvador	1356	1368	95	47	1167	5454
CE	Beberibe	94	-	112	-	-	206
	Fortaleza	901	1214	267	-	683	2387
	Jijoca de Jericoacora	19	27	16	-	-	28
DF	Brasília	327	600	162	-	469	6019
ES	Vitória	9	193	-	-	95	718
GO	Pirenópolis	32	14	3	13	10	157
MA	Barreirinhas	231	222	24	-	189	299
	São Luís	583	449	-	22	294	2969
MG	Belo Horizonte	242	171	161	102	337	3001
	Diamantina	95	107	-	-	54	368
	Mariana	-	-	21	-	18	161
	Ouro Preto	32	27	14	-	61	75
	São João Del Rei	7	9	18	-	73	496
	Tiradentes	-	-	-	-	25	54
MS	Bonito	45	15	-	-	11	92
MT	Chapada dos Guimarães	9	31	28	-	13	193
	Cuiabá	589	850	305	-	588	8196
PA	Belém	351	630	68	65	163	1587
PB	João Pessoa	434	1061	-	77	291	4030
PE	Caruaru	31	268	51	-	38	223
	Fernando de Noronha	24	7	24	-	-	-
	Ipojuca	31	4	19	-	10	248
	Olinda	46	31	16	-	-	271
	Recife	322	342	344	26	362	1082
PI	Parnaíba	390	430	-	-	183	1097
PR	Antonina	8	30	-	-	-	18
	Curitiba	89	187	10	-	149	1777
	Foz do Iguaçu	31	101	5	46	37	381

	Lapa	15	15	-	11	14	-
	Morretes	-	-	-	-	-	47
	Paranaguá	82	87	22	39	-	294
	São José dos Pinhais	-	19	-	-	26	354
RJ	Costa do Sol	131	50	16	-	15	161
	Costa Verde	118	-	69	23	80	148
	Niterói	69	240	24	-	77	214
	Petrópolis	75	131	1	-	11	43
	Rio de Janeiro	379	638	61	-	263	1890
RN	Natal	641	752	216	222	353	3882
	Parnamirim	220	399	116	39	246	1239
	Tibau do Sul	62	153	48	-	-	162
RS	Bento Gonçalves	8	131	-	-	39	507
	Canela	3	10	-	-	12	132
	Caxias do Sul	44	114	-	-	125	1055
	Garibaldi	-	25	-	-	20	153
	Gramado	15	44	-	-	15	343
	Novo Hamburgo	39	41	-	-	57	680
	Porto Alegre	336	758	2	8	488	3890
SC	Balneário Camboriú	-	-	-	-	14	149
	Florianópolis	26	389	-	-	106	1172
SE	Aracaju	293	520	177	-	268	2716
SP	Campinas	78	104	40	-	66	1077
	São Paulo	141	753	34	-	344	5110

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores com base nos documentos do MTur, 2016.

4.4. EVIDÊNCIAS DA ANÁLISE DOCUMENTAL SOBRE A EDUCAÇÃO FORMAL NA ÁREA DE TURISMO

No Brasil, o primeiro curso de turismo foi criado na Faculdade Morumbi, atual Anhembi Morumbi/UAM, em 1971. Naquela época trouxe aos estudantes expectativas positivas quanto à empregabilidade e o sucesso profissional. Aos poucos o número de instituições ofertantes cresceu de forma dinâmica superando a marca de 500 cursos em 2005.

Ansarah e Rejowski (1994) apresentam um prospecto da evolução do número de oferta de cursos durante os 34 primeiros anos de oferta. Para os autores entre a década de 1990 e os anos 2000 houve um salto nesta marca passando de 33 para aproximadamente 600 cursos. Contudo, aos poucos muitas instituições acompanharam o esvaziamento das turmas e o fechamento das mesmas, visto que o mercado de trabalho não comportou o número elevado de formados e, não apresentou a remuneração compatível com as expectativas da carreira.

Para Barretto, Tamanini e Silva (2004) outros fatores foram fundamentais para esta crise vivenciada pelos cursos de turismo que surgiu em meio a uma conjuntura de ditadura militar de modelo desenvolvimentista, voltada para a economia de mercado. A universidade brasileira neste momento sofreu influências tanto do humanismo francês, quanto do pragmatismo imprimido pelo modelo norte americano de ensino tecnicista.

Segundo levantamento realizado na plataforma E-Mec (2014) atualmente consta a existência de 360 cursos superiores de Turismo, porém cabe destacar que nesse somatório estão inclusos cursos que não são ofertados nos vestibulares das instituições, mas que possuem alunos em fase de conclusão do bacharelado.

Ressalta-se que a habilidade do bacharel em turismo consiste na capacidade de refletir sobre a realidade social, cultural, ambiental e econômica que envolve o fenômeno turístico para buscar soluções que promovam o desenvolvimento sustentável da atividade de forma a favorecer a comunidade receptora e proporcionar uma experiência compensadora ao turista. Portanto, trata-se de um profissional gestor da atividade em nível público ou privado com a consciência da responsabilidade social e ambiental de suas decisões.

Este profissional com capacidades tão abrangentes precisa de formação e qualificação contínua para assim desempenhar seu papel funcional de forma responsável e coerente. Ansarah (2002, p. 16) associa “o desenvolvimento do turismo, no sentido de se caracterizar como uma oferta de qualidade a uma formação profissional também de qualidade”. Atualmente, existe uma grande

variedade de possibilidades de formação, que vão desde os cursos que englobam o nível técnico, com enfoque mais específico e voltado para o mercado de trabalho, passando pelos cursos superiores de graduação e tecnológicos, que possuem foco mais amplo e com destaque para a pesquisa (MOTA, 2011), até a pós-graduação com especializações, mestrados e doutorados.

De acordo com Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996) o ensino técnico pode ser articulado ao ensino médio ou de forma subsequente recebendo o status de qualificação para o trabalho. Já o ensino superior, composto pelos cursos de graduação – bacharelado, tecnológico e na pós-graduação *strictu sensu* (mestrado e doutorado), *lato sensu* (especialização e aperfeiçoamento), extensão e sequenciais. A referida lei destaca a importância de currículos comprometidos com a formação do sujeito orientada para o trabalho, e vinculada à realidade social e política da região onde o mesmo está inserido. Existem, também, modalidades como a formação complementar, onde são ofertados cursos sequenciais, que oferecem formação específica e educação continuada concedendo certificados (MOTA, 2011; REJOWSKI & CARNEIRO, 2003).

A princípio, suscitou-se a possibilidade de abordar o ensino do turismo de forma segmentada, ou seja, de forma vocacional, que consiste no treinamento de pessoal da “linha de frente, de manutenção e de apoio”, como algo mais prático e dinâmico para desenvolvimento de habilidades práticas, ou como educação profissional que seria a educação pautada no ensino acadêmico, que se destina a ensinar conceitos, refletir e discutir sobre o planejamento e a tomada de decisões tanto no poder público quanto no poder privado (TEIXEIRA, 2001).

Correntes divergentes chamaram a atenção para a importância de vislumbrar o turismo de forma interdisciplinar, alimentado pelo referencial teórico e metodológico de várias áreas disciplinares. Esse modelo, apesar de não ser considerado como um novo paradigma contribuiu para a elaboração das propostas curriculares de graduações na área. Com o passar do tempo esta visão foi aperfeiçoada e as modificações no ensino aconteceram em

virtude das mudanças políticas, demográficas e das inovações tecnológicas no país (SOGAYAR & REJOWSKI, 2011).

Considera-se que a educação profissional é uma modalidade de educação básica, técnica, tecnológica destinada a proporcionar aptidão para jovens e adultos que lhe permita a qualificação para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho. A criação de cursos profissionalizantes no âmbito do Turismo e áreas relacionadas teve como marco inicial a abertura do Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria, ofertado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de São Paulo (SENAC-SP) no município de São Paulo e no Hotel-Escola de Águas de São Pedro, autorizado pelo Decreto Federal 97.333, de 1988.

Para compor o panorama sobre a oferta de cursos na área coloca-se que o MEC atualizou em 2011 o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) para a oferta de cursos de nível médio em todos os sistemas de ensino (Ministério da Educação, 2011), instituindo o eixo tecnológico “Turismo, Hospitalidade e Lazer” que congrega sete cursos (Agenciamento de Viagem, Cozinha, Eventos, Guia de Turismo, Hospedagem, Lazer e, Serviços de Restaurante e Bar).

O Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (2010), no eixo Hospitalidade e Lazer, lista cinco cursos superiores de tecnologia: Eventos, Gastronomia, Gestão Desportiva e de Lazer, Gestão de Turismo e Hotelaria. Detalhes como a carga horária mínima, o escopo de cada curso e as possibilidades de atuação profissional do egresso estão dispostas no Catálogo. Essa publicação assim apresenta o tecnólogo em Gestão de Turismo:

O tecnólogo em Gestão de Turismo atua no planejamento e desenvolvimento da atividade turística nos segmentos público e privado. Desenvolvem ações no âmbito do planejamento turístico, agenciamento de viagens (emissivas, receptivas e operadores de turismo), transportadoras turísticas e consultorias voltadas para o gerenciamento das políticas públicas e para a comercialização e promoção dos serviços relativos à atividade. A identificação dos potenciais turísticos do receptivo, considerando a diversidade cultural e os aspectos socioambientais para o desenvolvimento local e regional, constitui-se atividade relevante deste profissional (MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO, 2010, p. 45).

Embora a descrição seja relativamente genérica, nota-se um enfoque predominantemente profissional sendo a atuação do formado nas empresas do setor turístico uma de suas grandes possibilidades. A primeira organização curricular do curso foi um reflexo evidente do seu processo de formação: muitas disciplinas e uma grande carga horária dedicada às humanidades e poucas específicas do Turismo. Em termos de enfoque, pode-se dizer que se tratava de um curso mais próximo aos bacharelados existentes do que a um curso de tecnologia.

A semelhança com os bacharelados também se apresentava em sua extensa carga horária, com 2.965 horas, abordando temas como tecnologias relacionadas aos processos de recepção, viagens, eventos, serviços de alimentação, bebidas, entretenimento e interação e também temas como processos tecnológicos de planejamento, organização, operação e avaliação de produtos e serviços inerentes ao turismo, hospitalidade e ao lazer (Ministério da Educação, 2008). Neste eixo inserem-se os seguintes cursos: a) técnico em agenciamento de viagem; b) técnico em cozinha; c) técnico em eventos; d) técnico em guia de turismo; e) técnico em hospedagem; f) técnico em lazer; g) técnico em serviços de restaurante e bar (Ministério da Educação, 2008).

Em levantamento realizado em novembro/dezembro de 2015 no banco de dados do E-MEC percebeu-se a gama de cursos de bacharelado e tecnológico espalhados por todo território nacional, nas modalidades à distância e presencial que abrangem os temas de Turismo, Hospitalidade e Lazer em instituições públicas e privadas.

Em 2014 constavam 108 cursos de Tecnologia em Gestão de Turismo no país (Ministério da Educação, 2014). Contudo, poucas informações a respeito dos resultados desses cursos estão disponíveis para dar suporte ao planejamento e administração dos mesmos, especialmente, no que diz respeito à empregabilidade, perspectivas e percepções do egresso.

A partir dos dados levantados no sítio oficial do Ministério da Educação, no campo E-MEC, identificou-se a existência de 1.170 cursos entre graduação e tecnológicos. As formações tinham como terminalidade: eventos, gastronomia, gestão de eventos, gestão de serviços turísticos, gestão

desportiva e de lazer, gestão de turismo, gestão hoteleira, gestão turística, hotelaria, hotelaria e gestão de empresas de turismo, turismo. Destes os quais possuíam cadastro ativo no MEC, em 2015, eram aproximadamente 475 cursos com grau de bacharelado, 450 cursos de grau tecnológico na modalidade presencial e 245 na modalidade a distância, com maior representatividade de cursos de tecnológicos nesse total. O quadro abaixo apresenta a síntese dos dados coletados conforme o recorte territorial deste estudo.

Quadro 27: Cursos Superiores Autorizados pelo MEC

Região	UF	Modalidade	Total
Sudeste 1	São Paulo	Presencial	325
		EAD	26
Sudeste 2	Rio de Janeiro	Presencial	69
		EAD	17
Sudeste 3	Espírito Santo	Presencial	16
		EAD	15
Sudeste 4	Minas Gerais	Presencial	63
		EAD	15
Sul 1	Paraná	Presencial	80
		EAD	16
	Santa Catarina	Presencial	55
		EAD	9
Sul 2	Rio Grande do Sul	Presencial	52
		EAD	14
Nordeste 1	Rio Grande do Norte	Presencial	21
		EAD	0
	Pernambuco	Presencial	44
EAD		18	
Paraíba	Presencial	17	
	EAD	6	
Nordeste 2	Bahia	Presencial	53
		EAD	14
	Sergipe	Presencial	10
EAD		4	
Alagoas	Presencial	24	
	EAD	22	
Nordeste 3	Ceará	Presencial	53
		EAD	13
	Maranhão	Presencial	17

		EAD	7
	Piauí	Presencial	19
		EAD	0
Norte	Amazonas	Presencial	17
		EAD	8
	Pará	Presencial	14
		EAD	9
Centro-Oeste	Distrito Federal	Presencial	26
		EAD	12
	Goiás	Presencial	35
		EAD	14
	Mato Grosso	Presencial	20
		EAD	10
	Mato Grosso do Sul	Presencial	17
		EAD	11

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores a partir do E-MEC, 2016.

Este levantamento permitiu reconhecer que existe uma diversificada gama de cursos que abordam os temas de Turismo, Hospitalidade e Lazer no território nacional, entretanto, o acesso ao ensino superior atende a uma pequena parcela da população. Desta forma, a atuação do MTur no processo de qualificação profissional serviria como uma oportunidade de formação paralela onde os trabalhadores teriam maior oportunidade de interagir com a teoria e a prática das ocupações turísticas.

4.5. RECOLHA DE DADOS A PARTIR DO ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE DO TURISMO NACIONAL E BOAS PRÁTICAS DO MINISTÉRIO DO TURISMO

O MTur, desde sua criação em 2003, procura fomentar projetos e ações para o desenvolvimento do turismo com o objetivo de aumentar a competitividade dos destinos turísticos. Não obstante, no Plano Nacional de Turismo⁴ 2007-2010: Uma viagem de Inclusão, o MTur adotou como uma das

⁴ O Plano Nacional do Turismo é o instrumento de planejamento do Ministério do Turismo que tem como finalidade explicitar o pensamento do governo e do setor produtivo e orientar as ações necessárias para consolidar o desenvolvimento do setor do Turismo (BRASIL, 2004,

metas a priorização de estruturar 65 destinos a partir dos roteiros e regiões identificados pelo Programa de Regionalização do Turismo⁵ – Roteiros do Brasil.

Dentro da proposta do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil os destinos indutores são aqueles que possuem infraestrutura básica e turística e atrativos qualificados, sendo capazes de atrair e distribuir visitantes para seu entorno, movimentando a economia local (BRASIL, 2009).

Desde 2008, o MTur em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), iniciaram a avaliação da competitividade de destinos turísticos brasileiros. Ao desenvolver tal metodologia para a composição desse Índice, optou-se por explorar uma análise voltada para os recursos presentes no destino, ou seja, a abordagem sob a ótica da eficiência (BRASIL, 2008).

Como instrumento metodológico, embasado em dados coletados em cada um dos 65 destinos, este estudo constitui-se em ferramenta estratégica de gestão, ao permitir o conhecimento de demandas e de oportunidades destas comunidades e ao viabilizar planejamentos públicos e empresariais do setor, auxiliando na conjugação de esforços de todos os agentes – poder público, iniciativa privada, comunidade e terceiro setor –, visando garantir o desenvolvimento do turismo local e regional e a sustentabilidade da localidade como destino turístico (BRASIL, 2008, p.07).

A partir de então, o MTur publica uma série histórica intitulada: “Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional”, onde apresenta indicadores econômicos, sociais, ambientais, entre

p.15). O Plano Nacional deve ser o elo entre os governos federal, estadual e municipal; as entidades não governamentais; a iniciativa privada e a sociedade no seu todo. Deve ser fator de integração de objetivos, otimização de recursos e junção de esforços para incrementar a qualidade e a competitividade, aumentando a oferta de produtos brasileiros nos mercados nacional e internacional (BRASIL, 2004, p.06).

⁵ O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil foi lançado em 2004 pelo Ministério do Turismo, seguindo orientações da Organização Mundial do Turismo. O PRT é um eixo estruturante da política nacional de turismo e em sua base conceitual, a definição de regionalização do consta como sendo “um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, baseada nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões” (BRASIL, 2004, p.11).

outros que formam um diagnóstico da realidade local dos destinos indutores (BRASIL, 2008).

O objetivo do índice de competitividade é dotar o MTur de informações sobre os destinos, visando viabilizar investimentos de ações e políticas públicas, que visem ao desenvolvimento do turismo nas localidades. Apresenta ainda a relevância de se desenvolver ações e estratégias para evoluir nas dimensões em que há fragilidades nos recursos, e de maximizar os aspectos que conferem aos destinos vantagens competitivas.

A análise dos resultados permite identificar necessidades de melhores práticas para instruir autoridades locais, iniciativa privada ou terceiro setor a efetuar as correções de rumo viáveis e que se fizerem necessárias em prol do incremento dos níveis de competitividade turística nos municípios pesquisados (BRASIL, 2015).

O Índice de Competitividade do Turismo Nacional se consolida em 31 Índices de Competitividade em temáticas abarcadas por 13 dimensões: aspectos ambientais, infraestrutura geral, economia local, aspectos culturais, serviços e equipamentos turísticos, atrativos turísticos, capacidade empresarial, acesso, aspectos sociais, políticas públicas, cooperação regional, marketing e promoção de destino e monitoramento (BRASIL, 2008).

Tendo em vista que este relatório compõe a pesquisa quali-quantitativa para a elaboração da Pesquisa Avaliativa dos Arranjos Territoriais Possibilitadores da Qualificação do Turismo Nacional objetivou-se identificar dentro das variáveis que compõe o Índice de Competitividade aspectos relativos à questão da qualificação profissional da área de turismo.

Importante ressaltar que no Índice de Competitividade do Turismo Nacional não há nenhuma dimensão exclusiva que trate da qualificação profissional. O tema qualificação transpassa algumas dimensões, o que dificulta, inclusive, a coleta de informações acerca do tema e mostra a condição da fragilidade do trato do tema, principalmente, ao se considerar que a elevação da competitividade de determinado destino necessita de políticas e ações ligadas à qualificação profissional da área.

Dessa forma, buscou-se identificar as dimensões e variáveis pertinentes para análise considerando o tema de interesse - a qualificação profissional.

Verificou-se que três dimensões abordam variáveis relativas, sendo elas, serviços e equipamentos turísticos; capacidade empresarial; e aspectos sociais.

A dimensão Serviços e equipamentos turísticos é composta pelas variáveis: (i) Sinalização turística; (ii) Centro de atendimento ao turista; (iii) Espaço para eventos; (iv) Capacidade dos meios de hospedagem; (v) Capacidade do turismo receptivo; (vi) Qualificação profissional e (vii) Restaurantes (BRASIL, 2008, p.15).

Utilizou-se dessa dimensão a variável (vi) Qualificação profissional, posto que:

A existência de uma boa infraestrutura instalada de qualificação profissional precisa estar alinhada com a capacidade da mão de obra local em prestar serviços turísticos de qualidade. Um destino se torna mais competitivo se possui escolas de capacitação profissional em níveis variados, voltadas para profissionais que atuem diretamente e indiretamente em atividades vinculadas ao turismo. Em um setor como o de turismo, em que os serviços são predominantes, o investimento em profissionais capacitados deve ser preocupação eminente do empresariado, do Poder Público e da própria mão de obra local, atenta para às possibilidades de geração de renda impulsionadas pela atividade turística. A presença de profissionais especializados e de associações é um dos indicadores que permite verificar o nível de organização e desejável articulação do trade, além da importância da atividade para o destino (BRASIL, 2008, p.17).

A dimensão Capacidade empresarial é composta pelas variáveis: (i) Qualificação profissional; (ii) Presença de grupos nacionais e internacionais do setor de turismo; (iii) Concorrências e barreiras de entrada e (iv) Número de empresas de grande porte, filiais e/ou subsidiárias (BRASIL, 2008, p.25).

Nessa dimensão utilizou-se a variável (i) Qualificação Profissional, a qual considera a existência de órgãos que atuam na formação continuada, como SENAC, SEBRAE, associações locais e centros de ensino públicos e privados, essa variável sinaliza a oferta de qualificação para atividades de gestão relacionadas à área do turismo, considerando que a competitividade de um destino turístico está diretamente relacionada com a capacidade instalada para a qualificação de empreendedores e com o aproveitamento de mão de obra local (BRASIL, 2008).

Por fim, identificou-se que a dimensão Aspectos sociais também compreende variáveis relacionadas ao tema da pesquisa, sendo essa

dimensão composta da seguinte forma: (i) Educação; (ii) Empregos gerados pelo turismo; (iii) Política de enfrentamento e prevenção a exploração sexual infanto-juvenil; (iv) Uso de atrativos e equipamentos turísticos pela população e (v) Cidadania (BRASIL, 2008, p.26).

Para a análise utilizou-se a variável (i) Educação, a qual objetiva avaliar a oferta de ensinos básico, médio e fundamental até a idade de 25 anos.

Um destino não poderá se tornar verdadeiramente competitivo se não for capaz de oferecer acesso a escolas de ensinos fundamental e básico de qualidade para que os cidadãos tenham condições de beneficiar-se da atividade. Em especial, a capacitação para o turismo, por meio da oferta de programas contínuos de qualificação de mão de obra, deve ser considerada não apenas como um fator capaz de melhorar os serviços ofertados, mas também de contribuir para o incremento da qualidade de vida da comunidade (BRASIL, 2008, p.27).

Outra variável analisada nessa dimensão foi (ii) Empregos gerados pelo turismo, pois “se o turismo gera empregos para a comunidade, aproveitando a mão de obra qualificada, diminui-se o impacto social negativo da atividade. É importante destacar também a necessidade de garantir a formalidade dos empregos gerados pelo turismo, mesmo que de forma temporária” (BRASIL, 2008, p.27).

Ressalta-se o recorte territorial da pesquisa contempla o total de 78 municípios, sendo 48⁶ destinos indutores, que subsidiaram a análise das informações encontradas nos documentos do MTur – Índice de Competitividade dos anos: 2008, 2009, 2010, 2011, 2013, 2014 e 2015.

Analisando o histórico dos destinos indutores ao longo das edições dos relatórios do índice de competitividade do turismo nacional, observou-se que em todo território nacional há a oferta de cursos e capacitação nas áreas relacionadas ao turismo, tanto em nível técnico com presença de Sistema S em

⁶ Os 48 destinos indutores analisados que compõe o recorte territorial da Pesquisa Avaliativa dos Arranjos Territoriais Possibilitadores da Qualificação do Turismo Nacional são: Brasília, Pirenópolis, Alto Paraíso, Caldas Novas, Bonito, Cuiabá, Manaus, Parintins, Belém, Santarém, Curitiba, Foz do Iguaçu, Paranaguá, Bento Gonçalves, Gramado, Porto Alegre, Balneário Camboriú, Florianópolis, Vitória, Belo Horizonte, Diamantina, Ouro Preto, Tiradentes, Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Armação de Búzios, Parati, Petrópolis, São Paulo, Aracaju, Natal, Tibau do Sul, Teresina, São Raimundo Nonato, Parnaíba, Recife, Ipojuca, Fernando de Noronha, João Pessoa, São Luís, Barreirinhas, Jijoca de Jericoacoara, Fortaleza, Salvador, Porto Seguro, Lençóis, Maragogi, Maceió.

todas as regiões brasileiras, assim como, em nível superior, com graduação, mestrado, doutorado, oferecidos por instituições de ensino, Universidades e/ou Faculdades nas áreas relacionadas ao turismo, como por exemplo, hotelaria e eventos.

Em relação à presença de instituições de ensino com programas regulares de formação, verificou-se que a maioria dos destinos conta com escolas técnicas, universidades, faculdades, ou instituições do sistema S (Sebrae, SENAC etc). Adicionalmente, existem escolas ou programas contínuos de formação em idioma estrangeiro na maior parte dos destinos avaliados (BRASIL, 2015, p.37).

Em algumas localidades há também programas de qualificação especificamente voltados para empresários ou gerentes de empreendimentos turísticos, estes foram identificados nas regiões: Centro Oeste, Sudeste e Sul. E nas regiões: Nordeste e Centro Oeste identificou-se a existência de cursos do EMPRETEC, que auxiliam no fomento ao empreendedorismo local (BRASIL, 2014, 2015). Ressalta-se que essas informações constam nos relatórios do MTur/SEBRAE/FGV.

Na região Norte identificou-se o oferecimento de capacitação quanto à manipulação com higiene dos alimentos para proprietários e empregados de novos estabelecimentos de alimentação por parte do governo municipal, capacitação esta obrigatória para obtenção do alvará de funcionamento (BRASIL, 2015). Essa prática demonstrou-se pelos relatórios do índice de competitividade também acontecer nas regiões Sudeste e Sul, embora, não seja de maneira periódica ou regular. Nas regiões Centro-Oeste e Nordeste essa oferta é inexistente.

Inclusive, no relatório Brasil de 2015, o MTur aponta a fragilidade relativa às capacitações quanto à manipulação com higiene dos alimentos, sendo um ponto que deve ser superado em âmbito nacional, para elevação da qualidade dos serviços e também na qualidade da segurança alimentar:

Outro fator importante que pode ser trabalhado é que, em menos da metade do grupo avaliado, o governo municipal oferece capacitação quanto à manipulação com higiene dos alimentos para proprietários e empregados de novos estabelecimentos de alimentação e ambulantes (BRASIL, 2015, p.39).

Outro ponto de destaque observado nos relatórios do índice de competitividade é com relação à formação em idioma estrangeiro, sendo que, todas as regiões apresentaram oferecer estruturas de instituições de ensino e somente na região Nordeste nos destinos: Fernando de Noronha, São Raimundo Nonato, Jijoca de Jericoacoara, Lençóis, Ipojuca, constou-se a ausência de escolas de formação em idioma estrangeiro (BRASIL, 2015).

Embora, evidenciei-se a existência das escolas de formação em idioma estrangeiro, no relatório Brasil de 2014 consta a seguinte informação: “é importante destacar que, ainda que minoria, boa parte dos destinos reportou não oferecer atendimento em idioma estrangeiro nos CATs” (BRASIL, 2014, p. 39).

Além, desse problema identificado com relação aos atendimentos em línguas estrangeiras, em todas as regiões brasileiras, identificou-se a deficiência na formação da mão de obra qualificada da área de turismo, demonstrando que, embora exista a oferta dos cursos, estes não tem refletido na elevação eficaz da qualidade dos trabalhadores, um entrave muito importante a ser considerado na construção da política nacional de qualificação da área.

As principais deficiências dos profissionais de turismo de nível técnico-administrativo identificadas na maior parte dos destinos estão relacionadas à capacitação técnica (cursos, certificados) e idiomas, além de atendimento ao cliente – esta última identificada em cerca de metade dos destinos. Já as principais deficiências dos profissionais de nível operacional foram atendimento ao cliente e capacitação técnica (cursos, certificados), destacados pela maioria dos destinos, seguidas de informática e alfabetização, apontadas em cerca de um terço dos destinos avaliados. Outro desafio nessa dimensão é a utilização de mão de obra informal em atividades relacionadas ao turismo, principalmente durante a alta temporada, na maior parte dos destinos (BRASIL, 2015, p.48).

Conforme mencionado acima, destaca-se também outro gargalo da própria área, a condição da utilização de mão de obra informal durante a alta temporada, em atividades como hotelaria, bares e restaurantes, receptivo e organização de eventos.

Não obstante, tanto essas diversas deficiências apontadas nas localidades ao longo dos anos, seja nos cargos de gerência e/ou de nível

técnico administrativo e/ou de nível operacional, assim como, a condição da própria alfabetização, são pontos de destaque na análise realizada a partir dos relatórios e estas devem superadas e mitigadas pela condução de uma política pública norteadora de princípios e diretrizes que dialogue com as realidades e instâncias estaduais e locais, para assim, incidir na superação dessas fragilidades.

De acordo com o Ministério em um setor como o de turismo, em que os serviços são predominantes, o investimento em profissionais capacitados deve ser preocupação eminente do empresariado, do Poder Público e da própria mão de obra local, atenta para as possibilidades de geração de renda impulsionadas pelo turismo. A presença de profissionais especializados e de associações é um dos indicadores que permite verificar o nível de organização e a desejável articulação do trade, além da importância da atividade para o destino (BRASIL, 2008 p. 16).

A partir de 2013 a pesquisa que compõe o Índice de Competitividade do Turismo Nacional incluiu a identificação de práticas adotadas pelos destinos que tivessem ligação direta e indireta com a atividade turística e que contribuíssem para o desenvolvimento das localidades pesquisadas (BRASIL, 2013).

Para a identificação dessas práticas consideraram-se alguns critérios:

- i. A relevância do projeto pesquisado para o destino em questão e a possibilidade de aplicação em outros destinos;
- ii. A identificação de impactos positivos gerados para a atividade turística na localidade;
- iii. O caráter inovador em relação às práticas recorrentes (tecnologia, novos conhecimentos, técnicas ou articulação de instituições e recursos disponíveis)
- iv. A recorrência com que os casos foram mencionados, durante cinco dias de pesquisa, por diferentes fontes entrevistadas (BRASIL, 201, p.80).

De acordo com o MTur “ao trazer essas práticas ao conhecimento de todos, espera-se prover referências a outros destinos que desejem executar ações ou projetos similares. É necessário, no entanto, que, para a implementação de tais exemplos em outros destinos, sejam avaliadas as peculiaridades de cada local, de modo a identificar as adaptações necessárias ao melhor aproveitamento dessas ações” (BRASIL, 2013, p.80).

Essas informações encontram-se resumidas e organizadas por temas relacionados com turismo sendo no ano de 2013 as boas práticas apresentadas no Relatório Brasil e nos anos seguintes 2014 e 2015 apresentadas em um documento exclusivo de Boas Práticas.

Novamente, considerando que o tema da presente pesquisa é a qualificação profissional buscou-se identificar projetos relacionados, dessa forma, no total ao longo das três edições que apresentam as Boas Práticas o MTur selecionou ao todo 39 projetos, dos quais, apenas 09 fazem referência à qualificação/capacitação.

As análises dessas Boas Práticas se afirmam no sentido de subsidiar a análise para compreender o que o MTur tem considerado como um projeto que atenda aos requisitos de boas práticas, de modo a cruzar essas informações com a levantamento em campo, para identificar se essas ações são reflexos da qualificação desenvolvida nessas regiões.

Abaixo seguem os 09 projetos que fazem referência à qualificação/capacitação profissional:

4.5.1. FOMENTO À CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL — LENÇÓIS (BA)

O comprometimento de um empreendimento turístico de Lençóis está fomentando a capacitação dos funcionários da hotelaria em cursos relativos aos meios de hospedagens — camareiras, garçons e atendimento ao público, por exemplo. A iniciativa dos gestores do Hotel Canto das Águas e do SENAC subsidiou 50% do valor dos cursos de idiomas para funcionários (serviços operacionais gerais); custeio integral dos cursos de ensino superior para os gestores locais do hotel; e inscrição dos funcionários nos cursos de capacitação (livres e regulares) oferecidos pelo SENAC (BRASIL, 2013, p.83).

O empreendimento considera a participação nos cursos de capacitação em meios de hospedagem como um dos pré-requisitos para a contratação de um novo funcionário. Essa prática de fomento, em ação desde 2005, tem como principal objetivo a melhoria da qualidade dos serviços prestados por meio da qualificação da mão de obra, na maioria local, o que beneficia, direta e

indiretamente, o município e contribui significativamente para o desenvolvimento da atividade turística (BRASIL, 2013, p.83).

Ressalta-se que a adesão aos cursos oferecidos foi intensificada após o SENAC constituir sede em Lençóis, em setembro de 2012.

4.5.2. PRAIA SEM BARREIRAS — FERNANDO DE NORONHA (PE)

O arquipélago de Fernando de Noronha implementou, em janeiro de 2013, o Projeto Praia sem Barreiras, o qual disponibiliza na Praia do Sueste (localizada na área do Parque Nacional Marinho) uma esteira de acesso ao mar, cadeiras de rodas anfíbias e profissionais qualificados para o banho assistido — facilidades que permitem ao cadeirante tomar banho. Entre os suportes oferecidos aos visitantes com dificuldades ou restrições de locomoção, estão cadeiras anfíbias e esteira, além de monitores que já foram capacitados para dar apoio aos cadeirantes e conduzi-los até o mar (BRASIL, 2013, p.84).

O projeto também prevê a ampliação de maiores serviços e possibilidades de acessibilidade às praias, como a oferta de trilhas sustentáveis de madeira biossintética, desenvolvida de plástico reciclado, e a estruturação de PICs, com estacionamento, banheiros, duchas, guarda-volumes, locação de bicicletas para passeio, equipamentos de mergulho livre, lanchonete e loja de *souvenires* acessíveis (BRASIL, 2013, p.84).

O Projeto Praia sem Barreiras é uma parceria da Empresa de Turismo do Estado (Empetur), com a EcoNoronha, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), gestor do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (PARNAMAR/FN), a Administração do Distrito Estadual, governos do estado e Federal (BRASIL, 2013, p.84).

4.5.3. BH TURISMO: INFÂNCIA PROTEGIDA — BELO HORIZONTE (MG)

A cadeia produtiva de turismo de Belo Horizonte tem sido orientada a buscar as adequações de condutas gerenciais e operacionais das empresas,

as boas práticas de promoção do turismo sustentável e a promoção da infância e juventude na cadeia de turismo no município, prevenindo a exploração sexual de crianças e adolescentes, e promovendo a formação dos profissionais do trade turístico da cidade (BRASIL, 2013, p.86).

O projeto promoveu a integração entre a Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social — SMAAS —, responsável pelo projeto, a Associação Municipal de Assistência Social — AMAS — e a Oscip ChildhoodBrasil (BRASIL, 2013, p.86).

A primeira ação do Projeto foi desenvolver um código de conduta com base na mobilização e sensibilização da iniciativa privada e de órgãos públicos, sociedade civil e governo. Para isso, fez-se necessário qualificar o trade turístico — funcionários da rede hoteleira, guias de turismo, bares, restaurantes e similares, agências e operadoras de turismo — em prol da infância no Brasil e da prevenção da exploração sexual comercial infanto-juvenil (BRASIL, 2013, p.86).

O “Código de Conduta Ética no Turismo” foi elaborado como instrumento de orientação pedagógica para cada segmento (Manual para Agentes de Viagens, Bares e Restaurantes e Hospedagens), inserindo as empresas como agentes de proteção de crianças e adolescentes (BRASIL, 2013, p.86).

No relatório Brasil 2013 consta o seguinte site para mais informações: <http://www.childhood.org.br/programas/programa-turismo> (BRASIL, 2013, p.86).

4.5.4. PROGRAMA INTEGRADO DE EDUCAÇÃO TURÍSTICA DO DESTINO IGUAÇU (PIETI) — FOZ DO IGUAÇU (PR)

O PIETI promoveu um processo educativo na comunidade local para que ela perceba e fortaleça a importância do turismo para Foz do Iguaçu e região e seu papel no desenvolvimento da atividade turística (BRASIL, 2013, p.86).

Idealizado em 2011, o PIETI foi desenvolvido pela Secretaria Municipal de Turismo, Iguassu Convention Bureau (ICVB), UNIOESTE, ABIH, Parque Tecnológico Itaipu (PTI), Polo Iguassu com apoio financeiro de Itaipu e Fundo

Iguaçu — fundo de turismo criado e administrado pelo Convention Bureau (BRASIL, 2013, p.86).

Como resultados do projeto constam:

- a. Capacitação de aproximadamente noventa professores;
- b. Sensibilização em torno de 1.900 aluno e de aproximadamente duzentos profissionais do setor comercial e prestadores de serviços;
- c. Sensibilização de cerca de 280 guardas municipais (BRASIL, 2013, p.86).

Para mais informações sobre o projeto está disponível o seguinte link no Relatório Brasil 2013: <http://www.facebook.com/piet.org.br>.

4.5.5. SUSTENTABILIDADE DO SISTEMA DE HOSPEDARIAS DOMICILIARES — FERNANDO DE NORONHA (PE)

Para minimizar a pegada ecológica da ocupação humana em Fernando de Noronha, bem como da circulação de turistas, em 2013, o Projeto Golfinho Rotador (PGR) prestou consultoria gratuita em gestão sustentável aos meios de hospedagem, avaliando o processo de Sustentabilidade do Sistema de Hospedarias Domiciliares de Fernando de Noronha. Essa avaliação dos meios de hospedagem envolvidos desde 2011 com o Projeto, captou e forneceu informações sobre o uso da água, a eficiência energética, os resíduos sólidos, requisitos para o turismo sustentável com orientação para os hóspedes, entre outras ações (BRASIL, 2013, p.86).

A partir desse trabalho realizou-se a conscientização de práticas sustentáveis em mais de vinte pousadas, no início e final do projeto (2011 a 2013), tendo como base a adaptação à Norma 15.401 — Requisitos para a Sustentabilidade de Meios de Hospedagem da ABNT, o que gerou um diagnóstico em cada pousada e um relatório para cada empreendimento com sugestões de ações específicas de acordo com as necessidades de adequação (BRASIL, 2013, p.86).

Em 2013 também foi executada a capacitação profissional dos jovens locais para o mercado de ecoturismo, por meio da realização gratuita de cursos de formação em profissões relacionadas com o turismo local (como instrutor de mergulho autônomo e conversação em inglês), como cursos de conversação

em inglês para ilhéus e outros sete cursos do programa de capacitação e formação de condutores de visitantes do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (Parnamar-FN) (BRASIL, 2013, p.86).

4.5.6. CANTINA BENTA - BENTO GONÇALVES (RS)

O Cantina Benta, iniciado em 2012 foi um projeto implementado pelo Sindmóveis — Sindicato das Indústrias do Mobiliário de Bento Gonçalves — com o apoio da Secretaria Municipal de Turismo de Bento Gonçalves (SEMTUR) e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) (BRASIL, 2013, p.87).

Esperava-se com o projeto promover a democratização do design por meio da qualificação de artesãos locais, fomentando a cultura ao unir o olhar artesanal às técnicas de design moderno e arrojado. Então, cerca de trinta artesãos participam de oficinas e workshops, com duração de três semanas, em horário integral (BRASIL, 2013, p.87).

Além dessas oficinas e workshops o Sindmóveis também ofereceu capacitação e consultoria com designers do mercado, em geral, altamente qualificados e reconhecidos. Uma parte da coleção de peças decorativas, fruto desse projeto, esteve exposta na edição do Casa Brasil RS, 2013 (BRASIL, 2013, p.87).

A coleção, em geral conceitual, tenta imprimir a identidade de Bento nas peças. Para mais informações consta o seguinte site no Relatório Brasil 2013: <http://www.bentogoncalves.rs.gov.br>.

4.5.7. PROGRAMA TURISMO ACESSÍVEL PERNAMBUCO SEM BARREIRAS, IPOJUCA (PE)

O projeto é realizado em Ipojuca pelos jangadeiros de Porto de Galinhas e consiste na disponibilidade de jangadas ao mar, as quais são adaptadas com recursos de acessibilidade disponíveis aos turistas com algum tipo de dificuldade para se locomover (BRASIL, 2014, p.18).

O projeto foi criado em 2013 e idealizado pela Secretaria de Turismo do Estado de Pernambuco (Setur/PE) e Empresa de Turismo de Pernambuco (Empetur), e implantado com o apoio da Prefeitura de Ipojuca, com o objetivo de garantir a acessibilidade ao mar para pessoas com deficiência (BRASIL, 2014, p.18).

O projeto também disponibiliza esteiras de acesso ao mar, cadeiras de rodas anfíbias - capazes de locomover igualmente na areia e na água - e profissionais qualificados para o banho assistido em algumas praias do estado. Atualmente, a praia do Sudeste (Fernando de Noronha), praia da Boa Viagem (Recife), praia de Porto de Galinhas (Ipojuca) e praia do Bairro Novo (Olinda) – contam com estruturas similares de acessibilidade (BRASIL, 2014, p.18).

4.5.8. O PROJETO SOU CURITIBA (PR)

O Sou Curitiba foi um projeto de economia criativa que visava fomentar o desenvolvimento de suvenires inovadores para a cidade de Curitiba. O projeto tinha como objetivos: ter um conjunto de produtos suvenires de qualidade inspirado na identidade curitibana; gerar negócios, ampliando as possibilidades de comercialização de pequenos produtores locais; atender às necessidades e os desejos do mercado turístico, materializando suas experiências e fortalecendo Curitiba como destino (BRASIL, 2015, p.15).

O projeto foi destinado a artesãos, profissionais de criação, empreendedores individuais, microempresas e produtores de objetos e produtos alimentícios feitos de forma artesanal, manual ou semi-industrial. Estes públicos receberam consultorias técnicas especializadas para a criação de suvenires exclusivos, concentradas em três fases: capacitação e criação; curadoria e seleção e produção e comercialização. Há palestras sobre negócio, empreendedorismo e suvenires criativos, visita a atrativos e informações sobre o mercado e perfil dos turistas (BRASIL, 2015, p.15).

A primeira turma foi formada em 2013, ano da nova coleção e da criação da marca Sou Curitiba. A coleção foi o grande resultado deste trabalho, que pode ser encontrado nas Lojas Leve Curitiba, pontos de venda estratégicos

espalhados pela cidade, além da venda online no site da marca (BRASIL, 2015, p.15).

O Projeto Sou Curitiba contou com o apoio do Sebrae-PR, da Prefeitura de Curitiba, do Instituto Pro-Curitiba (IPCC), da Fundação de Ação Social (FAS), do Instituto Municipal Curitiba Turismo, da Fundação Cultural de Curitiba, do Curitiba Região e Litoral Convention & Visitors Bureau, da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e do Centro Brasil Design (CBD) (BRASIL, 2015, p.15).

4.5.9. PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO TERMINAL DE CONTÊINERES DE PARANAGUÁ (TCP) - PR

O projeto foi iniciado em 2013 com o objetivo de promover o desenvolvimento do turismo comunitário nas comunidades da Bahia de Paranaguá, de forma a valorizar a cultura, a culinária e os atrativos locais sem promover impacto ambiental negativo e contribuindo para o sustento das próprias comunidades, envolveu ações de sensibilização e capacitação sobre o turismo de base comunitária (BRASIL, 2015, p.23).

Na fase inicial identificou-se os potenciais, e foram trabalhados os saberes locais, boas práticas em alimentação, entre outros, por meio de encontros semanais. Cada comunidade precisou, em seguida, criar um projeto identificando necessidades e ações (BRASIL, 2015, p.23).

Ao final de 2013 os primeiros grupos experimentais já realizavam atividades para pequenos grupos de turistas. Em 2014 foi criada a Rede Caiçara de Turismo Comunitário, sendo que cada comunidade possui um regimento com suas normas de gestão. Estão atualmente ativas as comunidades de Ponta do Mar, São Miguel, Paiçaguera, Eufrasina e Ilha dos Valadares (BRASIL, 2015, p.23).

Um dos impactos dos trabalhos desenvolvidos pela rede foi a identificação da problemática dos resíduos sólidos nas ilhas, que após essa identificação, criaram um projeto de economia solidária para trocas de resíduos, realizado uma vez por mês em cada comunidade. Este projeto

orienta aos moradores para deixar seus resíduos devidamente embalados e o material é vendido para a Associação de Recicladores, utiliza-se uma moeda social, sendo o valor calculado por quilo de resíduos, que pode ser trocada por alimentos em um mercado a preço de custo (BRASIL, 2015, p.23).

O objetivo da rede é fomentar a autonomia das comunidades e, para isto, há estímulos para que as próprias controlem seus recursos e processos (BRASIL, 2015, p.23).

5. RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

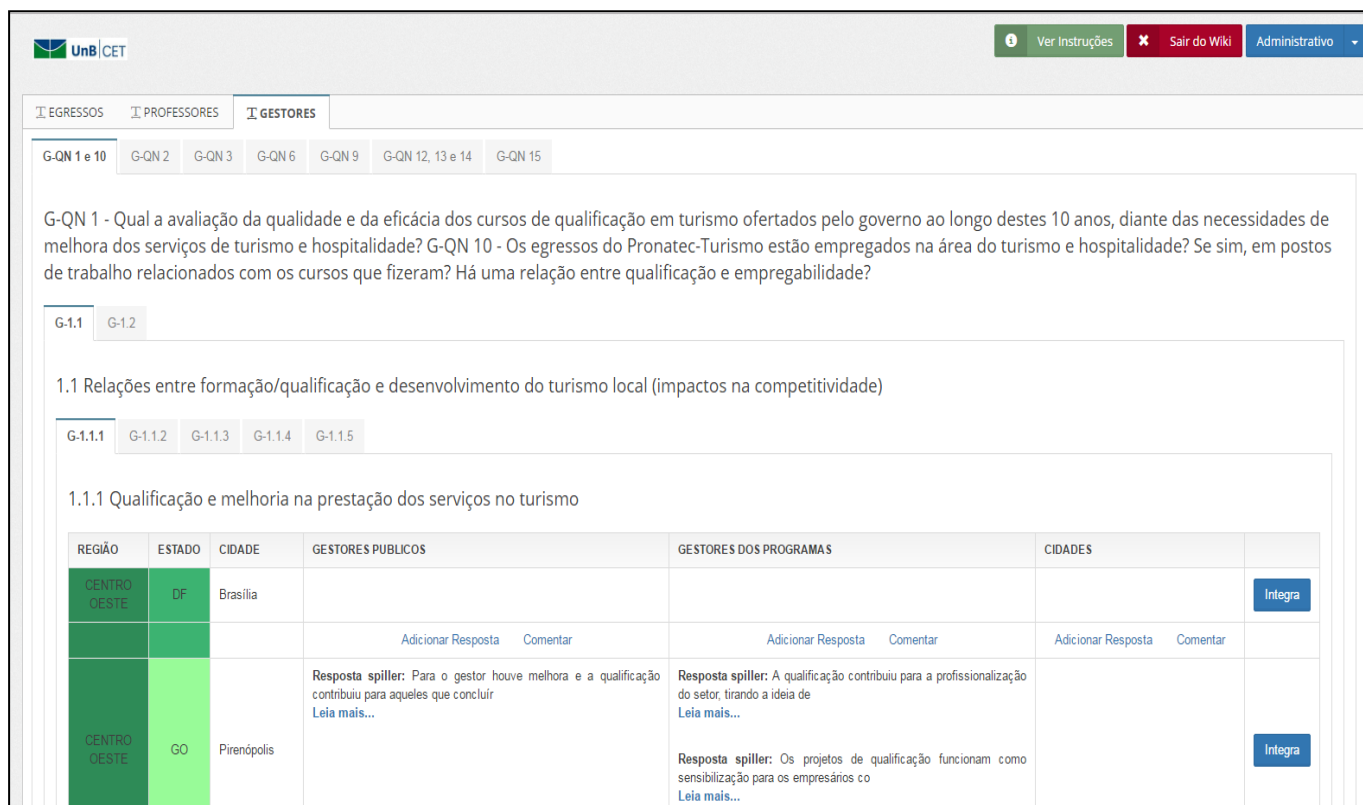
5.1. TRABALHO DE CAMPO

O resultado do trabalho de campo foram as evidências para o entendimento das questões norteadoras. As equipes de cada coordenação regional, primeiramente, identificaram os atores sociais de cada localidade pertencente ao recorte territorial desta pesquisa a serem entrevistados e seguiram os procedimentos metodológicos descritos, conforme dados levantados junto ao Ministério do turismo em relação aos convênios realizados entre 2004-2014, e as ações do PRONATEC Turismo disponíveis no sistema SISU.

As equipes utilizaram quadros de sistematização específicos de cada grupo entrevistado – egressos; professores/instrutores; gestores públicos/gestores de programas de qualificação, Apêndice 05, conforme o recorte territorial anteriormente definido.

Depois de aplicado em campo (entrevista realizada mais quadro sistematizado de informações) as equipes regionais lançaram os dados recolhidos nas entrevista e observações participantes realizadas, no formato WIKI (colaborativo). A etapa seguinte foi de revisão e sistematização do que foi lançado no banco de dados, seguida de interpretação dos achados das entrevistas/observações a partir das categorias correspondentes às questões norteadoras. Conforme modelo da figura abaixo:

Figura 14: Banco de dados colaborativo da pesquisa



Fonte: Plataforma desenvolvida para a pesquisa, 2016.

O banco de dados foi a ferramenta utilizada para relacionar os nós críticos X questões norteadoras X categorias/subcategorias correspondentes e este após o preenchimento possibilitou o cruzamento dialógico com toda rede de pesquisa, pois permitia a visualização de todas as informações lançadas em forma de categorias operatórias na plataforma.

Nesta etapa do relatório apresenta-se uma breve caracterização histórica, socioeconômica e turística das localidades do recorte territorial das regiões pesquisadas, uma vez que entender os contextos dos locais e sua relação com os dados coletados é de extrema importância, pois esta relação permitiu perceber algumas nuances relativas às diversidades regionais do território nacional.

CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO SUL 01

CURITIBA

De acordo com a estimativa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015) a cidade de Curitiba tem uma população estimada em 1.879.355 habitantes e uma área territorial de 435,036 km².

Segundo informações provenientes da Prefeitura da cidade, “Curitiba é a capital do Paraná, um dos três Estados que compõem a Região Sul do Brasil. Sua fundação oficial data de 29 de março de 1693, quando foi criada a Câmara”. Segundo Guia do Litoral (2015) a cidade pertence a Região turística Rotas do Pinhão - Curitiba e Região Metropolitana.

FOZ DO IGUAÇU

A cidade de Foz do Iguaçu tem uma população estimada em 263.782 habitantes e uma área territorial de 618,352 km², o município localiza-se a 15,6 km de Curitiba (IBGE, 2015).

O município de Foz do Iguaçu foi fundado no dia 10 de junho de 1914, no entanto anteriormente foi conhecido como Município de Vila Iguaçu. A localidade passou a ser chamada de Foz do Iguaçu apenas no ano de 1918 (PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU, 2016). Para o Guia do Litoral (2015) o município faz parte da Região turística Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

O município de São José dos Pinhais tem uma população estimada em 297.895 habitantes e uma área territorial de 946.435 km². (IBGE, 2015).

De acordo com informações provenientes da Prefeitura de São José dos Pinhais, o município foi fundado em 08 de janeiro de 1853 sendo resultado da Lei no 10 da Província de São Paulo, que criou a “Villa de São José dos Pinhaes”. Posteriormente com a Lei Estadual no 259, de 27 de dezembro de 1.897, a localidade recebeu a categoria de cidade e passou a ser chamada de São José dos Pinhais. (PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2016).

O Guia do Litoral (2015) caracteriza a cidade como pertencente a Região turística Rotas do Pinhão - Curitiba e Região Metropolitana.

PARANAGUÁ

Segundo informações provenientes do site da Prefeitura Municipal de Paranaguá (2016), a localidade está distante a 91 km de Curitiba. Faz limite com os Municípios de Antonina e Guaraqueçaba (ao norte), Com Guaratuba e Matinhos (ao sul), com Pontal do Paraná (a leste) e Morretes (a oeste). O município tem área de 826,652 km², e população estimada em 149,467 habitantes (IBGE, 2015).

Ainda com base nos dados disponibilizados pela Prefeitura de Paranaguá (2016), a fundação da cidade data de 1550 por meio da navegação realizada em Ararapira e Superaguí. Também existem relatos que a colonização foi realizada pela imigração de moradores das localidades de São Vicente e de Cananéia (SP) que se estabeleceram na Ilha de Cotinga. Data-se de 1554 as primeiras manifestações de comércio marítimo com o porto de Paranaguá. Com isso, a evolução a Distrito foi em 1647 e de Município em 29 de julho de 1648. Segundo o Guia do Litoral (2015) a localidade é pertencente à Região Turística Litoral do Paraná.

LAPA

O município da Lapa tem uma população estimada em 47.557 habitantes e uma área territorial de 2.093.859 km², o município localiza-se a 71,6 km de Curitiba (IBGE, 2015).

Segundo informações procedentes da Prefeitura da Lapa (2016) a cidade tem ligações históricas com o tropeirismo. Sendo uma das cidades mais antigas do Estado do Paraná, a localidade conserva seu patrimônio histórico, um dos atrativos da cidade. Sua fundação data de 13 de junho de 1769. A Lapa está inserida na Região turística Rotas do Pinhão (GUIA DO LITORAL, 2015).

ANTONINA

O município de Antonina, segundo informações do IBGE, tem uma população 19.416 habitantes, esta estimativa foi realizada no ano de 2015, e a área territorial do município é de 882,317 km².

O município foi fundado em 12 de setembro de 1714, a partir da construção da capela em homenagem à Virgem do Pilar, localizado a 77 km da capital, o município faz parte da região Turística Litoral do Paraná. (GUIA DO LITORAL, 2015).

MORRETES

O município de Morretes tem uma população estimada em 16.435 habitantes e uma área territorial de 684.580 km², o município localiza-se a 68 km de Curitiba (IBGE, 2015).

Segundo o Guia do Litoral (2015) o município iniciou seu processo de fundação em 1721, quando o Ouvidor Raphael Pires Pardino determinou que a Câmara Municipal de Paranaguá demarcasse 300 braças em quadra local, para servir como referencial para a sede do futuro povoado. Posteriormente, Morretes foi oficialmente fundada em 31 de outubro de 1733, quando recebeu a denominação de Povoado de Menino Deus dos Três Morretes. A localidade é pertencente da Região Turística Litoral do Paraná. (GUIA DO LITORAL, 2015).

FLORIANÓPOLIS

A cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, tem uma população estimada em 469.690 habitantes e sua área territorial 675.409 km² (IBGE, 2015).

A cidade de Florianópolis foi fundada em 23 de março de 1673, e é composta por uma Ilha principal e por algumas pequenas ilhas circundantes. A localidade tem sua economia direcionada para serviços e turismo. A cidade está inserida na Região Turística Grande Florianópolis (PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS, 2016).

BALNEÁRIO CAMBORIÚ

O município de Balneário Camboriú tem uma população estimada em 128.155 habitantes e sua área territorial 46.244 km². O município localiza-se a 81,3 km de Florianópolis (IBGE, 2015).

O município tem sua fundação datada de 20 de julho de 1964, segundo informações oriundas da Prefeitura de Balneário Camboriú (2016) “o distrito de Praia de Camboriú se emancipou de Camboriú, mas manteve o mesmo nome antecedido pelo adjetivo "Balneário". O município é pertencente a Região turística Costa verde e mar. (GUIA DO LITORAL, 2015).

GAROPABA

O município de Garopaba tem uma população estimada em 21.061 habitantes e sua área territorial 115.405 km². O município localiza-se a 92 km de Florianópolis (IBGE, 2015).

Para a Prefeitura de Garopaba (2016) a história da localidade tem início poucos anos após o descobrimento do Brasil. “Pois no ano de 1525 a “Baía de Garopaba” serviu como abrigo à expedição naval da Cidade de Corunã, que a utilizou para fugir de um temporal”. No entanto apenas em 19 de dezembro de 1961 o município foi oficialmente fundado pela Lei no 798/61 (PREFEITURA DE GAROPABA, 2016).

CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO SUL 02

PORTO ALEGRE

Porto Alegre é a Capital do Estado do Rio Grande do Sul, destino turístico indutor, participante da Região Turística Porto Alegre e Delta do Jacuí, e tem uma população estimada de 1.476.867 (IBGE, 2015).

BENTO GONÇALVES

Bento Gonçalves é um dos três destinos indutores do Turismo do Rio Grande do Sul, conforme a definição do MTUR, compõe a Região da Uva e do

Vinho, está a 109km de Porto Alegre, a população estimada segundo os dados do IBGE é de 113.287 habitantes (IBGE, 2015).

GRAMADO

Gramado é o destino turístico mais conhecido do Rio Grande do Sul, entre seus principais atrativos a qualidade dos serviços prestados chama a atenção dos turistas que visitam a região. Compõe a Região Turísticas das Hortências, e é um dos três destinos indutores do Turismo do RS, conforme orientações do MTUR. Está a 122,6 km de Porto Alegre, e tem uma população estimada de 34.605 habitantes (IBGE, 2015).

CANELA

Canela compõe a região turística das Hortências, seus parques com mata nativa, quedas de água, trilhas e morros com práticas de turismo de aventura são seus principais atrativos. Está à 109 km de distância de Porto Alegre, como uma população aproximada 42.411 habitantes (IBGE, 2015).

CAXIAS DO SUL

Caxias do Sul está localizada a 135km de Porto Alegre, pertence a região Turística Uva e Vinho, é marcada por ciclos econômicos variados, desde o cultivo da uva e do vinho até o setor metalmeccânico, possui uma estimativa da população de 474.853 habitantes (IBGE, 2015). Distância de Porto Alegre: 135 km.

GARIBALDI

Garibaldi também compõe a Região Turística Uva e Vinho, está a 109km de distância da capital gaúcha, a estimativa populacional é de 33.131 habitantes (IBGE, 2015). A cidade é reconhecida como a capital nacional do espumante.

NOVO HAMBURGO

Novo Hamburgo faz parte da região turística Vale do Rio dos Sinos, está distante de Porto Alegre a 42km, a população estimada é de 248.694 habitantes (IBGE, 2015). O Município é conhecido como a capital nacional do calçado.

CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE 01

SÃO PAULO

Capital do Estado de São Paulo e principal centro financeiro, corporativo da América do Sul. É a cidade mais populosa do Brasil, do continente americano, da lusofonia e de todo o hemisfério sul. São Paulo é a cidade brasileira mais influente no cenário global, sendo considerada a 14ª cidade mais globalizada do planeta. São Paulo é a 7ª cidade mais populosa do planeta e sua região metropolitana, com cerca de 12.038.175 milhões de habitantes (IBGE), é a 8ª maior aglomeração urbana do mundo. A cidade também possui um caráter cosmopolita, sendo que, em 2016, possuía moradores nativos de 196 países diferentes.

CAMPINAS

Campinas é um município brasileiro no interior do estado de São Paulo, Região Sudeste do país. Pertence à microrregião e mesorregião homônimas, distante 99 km a noroeste de São Paulo, capital estadual. Ocupa uma área de 797,6 km², sendo que 238,323 km² estão em perímetro urbano e os 559,277 km² restantes constituem a zona rural. Em 2015, sua população foi estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 1 164 098 habitantes, em 2016 corresponde a 1.173.360 habitantes, sendo o terceiro município mais populoso de São Paulo (ficando atrás de Guarulhos e da capital) e o décimo quarto de todo o país. Aparece em quinto lugar entre 100 municípios analisados pelo Índice das Melhores e Maiores Cidades Brasileiras, o BCI100, elaborado pela Delta Economics & Finance com base nos dados do Censo 2010 do IBGE e do IDEB.

CAMPOS DO JORDÃO

Campos do Jordão é um município brasileiro localizado no interior do estado de São Paulo, mais precisamente na Serra da Mantiqueira; faz parte da recém-criada *Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte*, sub-região 02 de Taubaté. A cidade fica à altitude de 1.628 metros, sendo, portanto, o mais alto município brasileiro, considerando a altitude da sede. Sua população estimada, em 2016, era de 51 157 habitantes. Distante 173 km da cidade de São Paulo.

UBATUBA

Ubatuba é um município brasileiro localizado no litoral norte do estado de São Paulo. A população aferida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na contagem estimativa de 2016 é de 87.364 habitantes. O território municipal ocupa 710,783 km², 83 por cento dos quais localizados no Parque Estadual da Serra do Mar. A densidade demográfica de 110,87 hab/km².

SOCORRO

Socorro esta localizada junto a Serra da Mantiqueira numa extensão de 449,2 Km² (fonte IBGE), com relevo montanhoso e grande potencial hidrográfico, possui uma população estimada de 39.896 (fonte: IBGE 2016), e limita-se ao Norte com Águas de Lindóia e Monte Sião – MG, ao Sul com Pinhalzinho, ao leste com Bueno Brandão – MG, e a Oeste com Monte Alegre do Sul e Serra Negra. Ela está distante 132 km da capital, em uma altitude de 745 mts, possui um clima quente (ameno-seco) com temperaturas variando, no verão, de 25 a 34 graus C e no inverno de 01 a 15 graus.

BROTAS

Brotas é um município brasileiro localizado no interior do Estado de São Paulo. É o 28º maior município paulista em extensão territorial e 1.312º do Brasil com 1.101,468 km², com 23.641 habitantes (IBGE, 2016).

CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE 02

ANGRA DOS REIS

Região Costa Verde. Angra dos Reis é um município brasileiro situado no sul do estado do Rio de Janeiro. Localiza-se a uma altitude média de seis metros e possui, em seu litoral, 365 ilhas. Antes da chegada dos europeus, era habitada por tribos indígenas tupinambás. Foi descoberta pelos portugueses em 6 de janeiro de 1502, sendo colonizada apenas a partir de 1556. Sua população é de 191.504 habitantes. Possui uma área de 816,3 km².

ARMAÇÃO DE BÚZIOS

Região Costa do Sol. Armação dos Búzios, ou apenas Búzios, como é popularmente conhecido, é um município da Microrregião dos Lagos, no estado do Rio de Janeiro, no Brasil. Faz divisa a oeste com Cabo Frio, município do qual se tornou autônomo em 1995. Localiza-se a cerca de 173 quilômetros do centro da capital do estado. É uma península com oito quilômetros de extensão e 23 praias. A exploração turística e a ocupação imobiliária do local tiveram início após a fama internacional dada a Búzios pela atriz francesa Brigitte Bardot, que a visitou em 1964. Possui 31.674 habitantes (IBGE, 2016).

CABO FRIO

Região Costa do Sol. Cabo Frio é um município brasileiro da Região dos Lagos, no estado do Rio de Janeiro. Faz divisa com Armação dos Búzios a leste, Arraial do Cabo a sul, Araruama e São Pedro da Aldeia a oeste, e Casimiro de Abreu e Silva Jardim a norte. É o sétimo município mais antigo do Brasil e o principal da Região dos Lagos. Possui 212.289 habitantes, segundo estimativa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2016. É muito conhecido por suas atrações turísticas, como a Praia do Forte.

ITATIAIA

Região das Agulhas Negras. Itatiaia é um município brasileiro do Estado do Rio de Janeiro. Sua população estimada em 2016 é de 30.475 habitantes. Situa-se na divisa dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, na Serra da Mantiqueira. A temperatura média anual varia entre 15 e 27 graus Celsius, podendo chegar a 5 graus Celsius no inverno. A altitude da sede urbana do município de Itatiaia é de 505 metros, no entanto atinge 2.791,55 metros no Pico das Agulhas Negras, que faz parte do Parque Nacional de Itatiaia. Possui uma área de 225,54 km² que pode ser dividida em 4 regiões: central, Penedo, Maromba e Maringá.

NITERÓI

Região Turística Metropolitana. Niterói é um município do estado do Rio de Janeiro, na Região Sudeste do Brasil. Com população estimada em 497.893 habitantes segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2016, e uma área de 129,3 km², integra a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e ostenta o mais elevado Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Rio de Janeiro e o sétimo maior entre os municípios do Brasil em 2010. Aparece na 13^a posição entre os municípios do país segundo os indicadores sociais referentes à educação. Os niteroienses pertencem linguística e culturalmente à família dos cariocas, grupo ao qual pertence mais de 70% da população do moderno Estado do Rio de Janeiro. Foi capital estadual fluminense até a fusão entre os estados do Rio de Janeiro e da Guanabara em 1975. Dista 10,9 km da cidade do Rio de Janeiro e possui como acessos a Ponte Rio–Niterói e Avenida do Contorno, ambas trechos da BR-101, a Alameda São Boaventura, trecho urbano da RJ-104, a Avenida Everton Xavier, trecho urbano da RJ-108. Também se pode chegar à cidade por meio das linhas de *ferry* conhecidas como barcas. A cidade é um dos principais centros financeiros, comerciais e industriais do estado do Rio de Janeiro, sendo a 12^a entre as 100 melhores cidades brasileiras para se fazer negócios.

PARATY

Região Costa Verde. Paraty é um município brasileiro do estado do Rio de Janeiro. Localizado no litoral sul do estado, dista 258 quilômetros da capital, a cidade do Rio de Janeiro. Hoje, é o centro de um município com 930,7 km² com uma população de 40.975 habitantes, segundo IBGE, 2016. A cidade foi, durante o período colonial brasileiro (1530-1815), sede do mais importante porto exportador de ouro do Brasil. Por estar localizada quase ao nível do mar, a cidade foi projetada levando em conta o fluxo das marés. Como resultado, muitas de suas ruas são periodicamente inundadas pela maré.

PETRÓPOLIS

Região Serra Verde Imperial. Petrópolis é um município localizado no interior do estado do Rio de Janeiro, no Brasil, também conhecido como Cidade Imperial. Ocupa uma área de 795,798 km², contando com uma população de 298.158 habitantes (2016), segundo o IBGE. Além de ser a maior e mais populosa cidade da Região Serrana Fluminense, também detém o maior PIB e IDH da região. É a cidade mais segura do estado do Rio de Janeiro e a sexta cidade mais segura do Brasil, segundo classificação do IPEA para cidades de médio e grande portes.

RIO DE JANEIRO

Região Turística Metropolitana. Rio de Janeiro maior destino turístico internacional no Brasil, da América Latina e de todo o Hemisfério Sul, a capital fluminense é a cidade brasileira mais conhecida no exterior, funcionando como um "espelho", ou "retrato" nacional, seja positiva ou negativamente. É a segunda maior metrópole do Brasil (depois de São Paulo), a sexta maior da América e a trigésima quinta do mundo. Tem o epíteto de *Cidade Maravilhosa* e aquele que nela nasce é chamado de carioca. Parte da cidade foi designada Patrimônio Cultural da Humanidade, com o nome "*Rio de Janeiro: Paisagem Carioca entre a Montanha e o Mar*", classificada pela UNESCO em 1 de julho de 2012. É um dos principais centros econômicos, culturais e financeiros do país, sendo internacionalmente

conhecida por diversos ícones culturais e paisagísticos, como o Pão de Açúcar, o morro do Corcovado com a estátua do Cristo Redentor, as praias dos bairros de Copacabana, Ipanema e Barra da Tijuca (entre outros), o Estádio do Maracanã, o Estádio Nilton Santos, o bairro boêmio da Lapa e seus arcos, o Theatro Municipal do Rio de Janeiro, as florestas da Tijuca e da Pedra Branca, a Quinta da Boa Vista, a Biblioteca Nacional, a ilha de Paquetá, o réveillon de Copacabana, o carnaval carioca, a Bossa Nova e o samba. Representa o segundo maior PIB do país (e o 30º maior do mundo), população de 6.498.837 habitantes (IBGE, 2016).

CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE 03

VITÓRIA

Capital do estado localizada na região mesocentral espírito-santense, possui área de 96.536km². Foi fundada na ilha de Santo Antônio em 1551, quando houve a necessidade de transferência da antiga capital da Capitania do Espírito Santo (onde hoje se localiza a cidade de Vila Velha) para um lugar seguro dos ataques de indígenas, franceses e holandeses. Setor econômico principal: Terciário (sendo que os setores de serviços e comércio, juntos, respondem por quase 97% da economia da cidade, segundo dados da Gerência de Informações Municipais – SEGES/PMV, 2016). População em 2010: 327.801. População estimada com referência em 1º de julho de 2015: 359.555 (IBGE).

GUARAPARI

O município, localizado na região do litoral sul do Espírito Santo, possui área de 591.815km². A distância de Guarapari para a capital Vitória é de apenas 51km. No ano de 1569, os jesuítas visitaram as terras da Capitania do Espírito Santo para estabelecer novos povoados para a catequização dos indígenas, e consideraram a região de Guarapari um ponto favorável para estabelecer um aldeamento. Alguns anos mais tarde, em 1585, foi construída uma igreja devotada a Sant'Ana e fundada a aldeia de Santa Maria de

Guaraparim, pelo padre José de Anchieta. Setor econômico principal: Terciário (sendo que o setor do Turismo é uma das atividades de maior relevância para a economia da cidade). População em 2010: 105.286. População estimada com referência em 1º de julho de 2015: 121.506 (IBGE).

CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE 04

BELO HORIZONTE

Capital do estado localizada na região central e fundada em 1897 no local da então freguesia de Curral del Rei. Setores econômicos principais: 1º. Terciário; 2º Secundário. População em 2010: 2.375.151. População estimada com referência em 1º de julho de 2015: 2.502.557 (IBGE).

SÃO JOÃO DEL REI

Localizada na mesorregião Campo das Vertentes a 180 km da capital. Fundação da vila: 1713; fundação da cidade: 1838. Setores econômicos principais: 1º. Terciário; 2º Secundário; 3º Primário. População em 2010: 84.469. População estimada com referência em 1º de julho de 2015: 89.378 (IBGE).

OURO PRETO

Localizada na mesorregião metropolitana de Belo Horizonte a 95km da capital. Fundação: 1711. Setores econômicos principais: 1º Primário/Secundário (considerando a mineração e indústria de siderurgia responsáveis pelo Valor Adicionado Bruto per capita de R\$ 41.499,39 em 2012); 2º. Terciário (sendo o Valor Adicionado Bruto per capita nos serviços de R\$ 16.048,81)¹. População em 2010: 70.281 População estimada com referência em 1º de julho de 2015: 74.036 (IBGE).

DIAMANTINA

Localizada na mesorregião de Jequitinhonha a 295 km da capital. Fundação como Arraial do Tejuco: 1713; fundação da cidade: 1831. Setores

econômicos principais: 1º. Terciário; 2º. Secundário. População em 2010: 45.880 População estimada com referência em 1º de julho de 2015: 47.952 (IBGE)

MARIANA

Localizada na mesorregião metropolitana de Belo Horizonte a 110 km da capital. Fundação: 1696. Setores econômicos principais: 1º Primário/Secundário (principalmente mineração); 2º. Terciário. População em 2010: 54.219. População estimada com referência em 1º de julho de 2015: 58.802 (IBGE).

TIRADENTES

Localizada na mesorregião Campo das Vertentes a 190 km da capital. Fundação: 1718. Setores econômicos principais: 1º. Terciário; 2º Secundário. População em 2010: 6.961. População estimada com referência em 1º de julho de 2015: 7.640 (IBGE).

CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE 01

JOÃO PESSOA

Com uma população estimada no ano de 2015 em 3.972.202 habitantes, divididos em 223 municípios que delimitam um território de 56.469,744 223 km² (IBGE, 2016), o Estado desponta para o turismo nacional com opções que vão desde o turismo de sol e praia ao de eventos, passando pelo cultural e ecoturismo, apenas para explicitar alguns segmentos de mercado.

CAMPINA GRANDE

É um município brasileiro no estado da Paraíba. Considerada um dos principais polos industriais da Região Nordeste bem como um dos maiores polos tecnológicos da América Latina, foi fundada em 1º de Dezembro de 1697, tendo sido elevada à categoria de cidade em 11 de outubro de 1864. De acordo com estimativas de 2016, sua população é de 407 754 habitantes, sendo a

segunda cidade mais populosa da Paraíba, e sua região metropolitana, formada por dezenove municípios, possui uma população estimada em 630 788 habitantes.

RECIFE

A cidade de Recife, capital do Estado, possui uma população aproximada de 1.617.183 habitantes. Sua região metropolitana é composta por quinze cidades, sendo elas: Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de S. Agostinho, Camaragibe, Fernando de Noronha, Igarassu, Ipojuca, Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife, São Lourenço da Mata. A capital pernambucana, fundada em 12 de março de 1537, ocupa uma área territorial de aproximadamente 218,435 km² com um aglomerado econômico de grande densidade e liderança regional, abrigando as principais indústrias do Estado e possuindo um índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) de 0,772 no ano de 2010, de acordo com o IBGE.

OLINDA

Olinda, que conta com uma área territorial de 41,681m² e população estimada no ano de 2015 de 389.494 habitantes (IBGE, 2016b).

NATAL

Capital do Estado é também o principal destino indutor do turismo. Porta de entrada do turismo, a cidade possui relevância histórica para o país por ter servido como base militar norte americana na II Guerra Mundial devido a sua proximidade com a Europa, fruto da localização privilegiada na “esquina” do Brasil. Abriga o segundo maior parque florestal urbano do Brasil – o Parque das Dunas, e é detentora de nove movimentadas praias urbanas, sendo elas: do Forte, do Meio, dos Artistas, Ponta do Morcego, Areia Preta, Miami, Mãe Luiza, Via Costeira e Ponta Negra, sendo este último o principal atrativo natural do Estado. Atualmente, a atividade turística se configura como uma as principais atividades econômicas do município, principalmente pelo potencial

turístico dos seus atrativos naturais como praias, falésias, dunas, lagoas, dentre outros.

PARNAMIRIM

É um município brasileiro localizado no estado do Rio Grande do Norte. Pertencente à Região Metropolitana de Natal, localiza-se ao sul da capital estadual, distando desta doze quilômetros. Ocupa uma área de 123 km², e sua população foi estimada no ano de 2016 em 248 623 habitantes, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo então o terceiro município mais populoso do estado.

CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE 02

SALVADOR

São Salvador da Bahia de Todos os Santos Capital do Estado da Bahia, primeira capital do Brasil Colônia. A influência africana a torna o centro da cultura afro-brasileira. O Centro Histórico (Pelourinho) é Patrimônio Mundial (UNESCO). Região Turística Baía de Todos os Santos. Estimativa da População: 2.921.087 (IBGE, 2015). Área da unidade territorial: 692.820 Km².

COSTA DO DESCOBRIMENTO PORTO SEGURO (ARRAIAL D'AJUDA E STA CRUZ CABRÁLIA)

Portão de Entrada da Região Turística da Costa do Descobrimento. Compartilha com os municípios limítrofes a primazia de ser o local de chegada dos portugueses ao Brasil. Está tombado em quase sua totalidade pelo Patrimônio Histórico. Estimativa da População: 145.431 (IBGE, 2015). Área da unidade territorial: 2.287,085 Km².

LENÇÓIS

Principal destino da Região Turística Chapada Diamantina (“Capital das Lavras”; “Vila Rica das Bahia”). Estimativa da População: 11.445 (IBGE, 2015). Área da unidade territorial: 1.283,328 Km².

ARACAJÚ

Capital do Estado de Sergipe (“Cidade das Araras e dos Cajus”; “Capital Nordestina da Qualidade de Vida”; “Capital Universitária Nordestina”). Estimativa da População: 632.744 (IBGE, 2015). Área da unidade territorial: 181,857 Km².

MACEIÓ

Capital do Estado de Alagoas (“Paraíso das Águas”; “Cidade Sorriso”; “Cidade Restinga”; “Caribe Brasileiro”). Estimativa da População: 1.013.773 (IBGE, 2015). Área da unidade territorial: 509,909 Km².

MARAGOGI

Município da Microrregião do Litoral Norte Alagoana (“Paraíso das Águas”). Maragogi é oriundo do tupi antigo e significa “rio dos gatos-do-mato). Estimativa da População: 32.171 (IBGE, 2015). Área da unidade territorial: 334,047 Km².

PENEDO

Município localizado ao sul do estado de Alagoas, às margens do Rio São Francisco (“Cidade histórica das Alagoas”). O nome Penedo originou-se de “a grande pedra”. É uma das principais cidades históricas do Brasil. Estimativa da População: 64.074 (IBGE, 2015). Área da unidade territorial: 689,875 Km²

CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE 03

FORTALEZA

Situada na região Nordeste, Fortaleza é a capital do Estado do Ceará. Em 2012 foi a décima cidade mais rica do país segundo o PIB, e a primeira do Nordeste. Conta com uma área territorial de 3.275.628 km² (IBGE, 2016).

BEBERIBE

Localizada na microrregião de Cascavel, mesorregião do Norte Cearense e a 78Km da Capital Fortaleza, possui uma área de unidade territorial (km²): 1.623.878 (IBGE, 2016).

JIOCA DE JERICOACOARA

Mesorregião Noroeste cearense e microrregião Litoral de Camocim e Acaraú, criada pela lei municipal n.94, de 29 de junho de 1923. A vila fica localizado a 317 Km de distância da Capital Fortaleza. Possui uma área da unidade territorial (km²) de 204,793 (IBGE, 2016).

TERESINA

A Capital do Piauí, Teresina fica localizada no Centro-Norte do Estado, a 366 Km do litoral, sendo, portanto, a única capital do Nordeste que não possui mar, porém, foi a primeira capital brasileira planejada, durante o reinado de D. Pedro II (IBGE, 2016). Carinhosamente conhecida como Cidade Verde, apelidada pelo escritor Coelho Neto, em virtude de ter ruas e avenidas entremeadas de árvores, o modelo da cidade, típica do período colonial, assemelha-se a um tabuleiro de xadrez, motivo que facilita a locomoção, possui uma área territorial (Km²) 1.391,981. (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA, 2016 / IBGE, 2016).

PARNAÍBA

Localizado na Mesorregião Norte Piauiense e na Microrregião Litoral Piauiense, é um município do Estado do Piauí que fica a 339 Km da capital Teresina sendo o segundo município mais populoso do Estado, perdendo apenas para a capital Teresina. O município de Parnaíba situa-se no extremo Norte do Estado do Piauí. É banhada pelo Rio Igarapu, (1º braço do Delta do Parnaíba) e pelo Oceano Atlântico (PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA, 2016).

SÃO RAIMUNDO NONATO

Localizado na Macrorregião dos Semiáridos Piauienses, na Mesorregião Sudoeste Piauiense e Microrregião de São Raimundo Nonato, o município foi criado em 1912 e encontra-se a 576 Km de distância da capital Teresina e sua área territorial segundo o IBGE é de 2.415,602 Km² (IBGE, 2016).

SÃO LUÍS

É a Capital do Estado do Maranhão e a única capital brasileira fundada por franceses em, 1612. Ocupa uma área territorial de 834,785 Km² e está localizada no Nordeste do Brasil a 2° ao Sul do Equador, estando a 24 metros acima do nível do mar (IBGE, 2016).

BARREIRINHAS

O Município situa-se na Mesorregião do Oeste Maranhense e na Microrregião da Baixada Oriental, localizado à margem direita do Rio Preguiças, possui uma área de 3.111 km², com área urbana de aproximadamente, 1.097 hectares, a 253 km da Capital São Luís e uma área territorial (Km²) 3.024.019 (IBGE, 2016).

CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO NORTE

BELÉM

Capital do estado localizada na mesorregião metropolitana de Belém e foi fundada em 12 de janeiro de 1616. Belém serviu como porta de entrada para a Amazônia e possui posição estratégica, com setores econômicos principais representados pelo comércio, serviços e turismo, não obstante existirem indústrias alimentícias e navais na região metropolitana. População em 2010: 1.393.399. População estimada com referência em 1º de julho de 2015: 1.439.561 (dados do IBGE). Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 2010: 0,746.

SANTARÉM

Pertence a mesorregião do baixo Amazonas e a microrregião do mesmo nome.

Situa-se na confluência dos rios Tapajós e Amazonas. Foi fundada em 22 de junho de 1661. Os setores produtivos que mais se destacam no município são o comércio e serviços, além do turismo, algumas indústrias de beneficiamento de madeira, agroindústrias e pescada, e a pecuária baseada no arroz, soja e mandioca. População em 2010: 294.580. População estimada com referência em 1o de julho de 2015: 292.520. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 2010: 0,691.

BRAGANÇA

Bragança é localizada no nordeste do Pará a 210 quilômetros da capital Belém. Foi fundada em 08 de julho 1613. Os setores produtivos que mais se destacam são o do turismo, pesca e agricultura. Entretanto obteve um crescimento nos setores dos serviços, comércio, agropecuária e indústria de transformação. População em 2010: 113.227. População estimada com referência 1o de julho de 2015: 121.528. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 2010: 0,600.

MANAUS

Capital do estado do Amazonas e principal centro financeiro e corporativo da região Norte. Foi fundada em 24 de outubro 1669. Os principais setores econômicos se destacam o comércio, impulsionado pela Zona Franca de Manaus, o ecoturismo e o turismo. População em 2010: 1.802.014. População estimada com referência 1o de julho de 2015: 2.057.711. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 2010: 0,737.

PARINTINS

Município do interior do estado do Amazonas, está situado na mesorregião do centro amazonense e microrregião do mesmo nome. Localizado próximo à divisa com o estado do Pará. Foi fundado em 15 de

outubro de 1796. Tem como principais setores econômicos a agricultura, pecuária, pesca, extrativismo vegetal, avicultura e o turismo, com o destaque para o Festival Folclórico de Parintins. População em 2010: 102.033. População estimada com referência 1o de julho de 2015: 111.575. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 2010: 0,658.

PRESIDENTE FIGUEIREDO

Município do interior do estado do Amazonas, pertence a Mesorregião do Centro Amazonense e microrregião de Rio Preto da Eva. Foi fundado em 10 de dezembro de 1985. Seu principal setor econômico é o ecoturismo com destaque para a grande quantidade de recursos naturais como: quedas d'água, cavernas e cachoeiras. População em 2010: 27.175. População estimada com referência 1o de julho de 2015: 32.812. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 2010: 0,647.

CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO CENTRO-OESTE

BRASÍLIA

A capital Brasília faz parte do Planalto Central - Centro-Oeste do Brasil, onde se encontram as cabeceiras de afluentes, dos três dos maiores rios brasileiros: Rio Maranhão (afluente do Rio Tocantins), Rio Preto (afluente do São Francisco) e os rios São Bartolomeu e Descoberto (tributários do Rio Paraná).

Está localizada a 15°47' de latitude sul e a 47°56' de longitude oeste e ocupa uma área de 5.779 km². Fica a cerca de 1.000 metros do nível do mar e tem relevo predominantemente plano. O seu ponto mais alto é o Pico do Roncador, com 1.341 metros, localizado na Serra do Sobradinho. Sua composição populacional é formada por gente de todos os lugares - Nordeste, Sudeste, Norte e Sul do país e até de estrangeiros. A população soma o quantitativo de 2.914.830 de habitantes. É a quarta cidade mais populosa do país com densidade demográfica atual é de 444,66 hab/km².

ALTO PARAÍSO DE GOIÁS

Alto Paraíso de Goiás está localizado na Região Turística da Chapada dos Veadeiros e abriga diversos atrativos devido suas qualidades naturais. Qualidades que o levam a ser considerado um dos principais cartões postais do estado de Goiás.

CALDAS NOVAS E RIO QUENTE

Ambos os municípios estão situados na região turística conhecida como Região das Águas. Caldas Novas tem população de 70.473 segundo o censo 2010 e população estimada com referência em 1º de julho de 2015: 81.477 (IBGE). O município de Rio Quente, por sua vez, possui população de 3.312 segundo o censo 2010 e população estimada com referência em 1º de julho de 2015 em 3.931 (IBGE).

PIRENÓPOLIS

Situado na Região do Ouro, possui população de 23.006 segundo o censo 2010 e população estimada com referência em 1º de julho de 2015 em 24.444 (IBGE). Tombada como Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN) promove festas populares do estado Goiás que são conhecidas internacionalmente como a 'Festa do Divino' (IBGE).

CUIABÁ

Fundada oficialmente em 08 de abril de 1719 a capital do estado de Mato Grosso, descoberta por Pascoal Moreira Cabral e descoberto por Miguel Sutil, ambos bandeirantes nascidos na cidade de , atualmente a população atual estimada em 580.489 habitantes, sendo que no censo do IBGE em 2010 Cuiabá foi relatado uma população de 551.098 habitante.

CHAPADA DOS GUIMARÃES

Localizada a aproximadamente 67 km da capital do estado de mato grosso, o município é umas das portas de entradas para o Parque nacional das Chapadas dos Guimarães, sendo o Turismo uma das suas principais atividades

econômicas. Com uma população segundo o IBGE, no censo em 2010, de 17821 habitantes, e estima pelo IBGE em 2015 de 18699 habitantes.

BONITO

O núcleo habitacional que se transformou na sede do município de bonito iniciou-se em terras da fazenda Rincão Bonito, distante a aproximadamente 265 km da capital do estado de Mato Grosso, a economia de bonito é baseada Pecuária, Agricultura, mineração e turismo, segundo o IBGE a População de bonito era de 19.587 habitantes, sendo estipulada em 2015 em 21.047.

5.2. SISTEMATIZAÇÃO DO RESULTADO DA OFICINA NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO NACIONAL EM TURISMO A PARTIR DOS EIXOS ESTRUTURANTES

Nos dias 26 e 27 de agosto realizou-se a Oficina Nacional, no Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, objetivando a análise das causas dos problemas enfrentados pelas políticas territoriais de qualificação e delimitação do grau de governabilidade sobre elas a partir da pesquisa de campo e análise documental.

Nesse sentido, a metodologia da oficina permitiu que os pesquisadores dos onze núcleos regionais pudessem de forma compartilhada e participativa recuperar o processo de sistematização das pesquisas territoriais onde ocorreram à aplicação das entrevistas e coleta dos dados, a partir dos nós críticos possibilitadores explicitados pelas questões norteadoras da pesquisa que fundamentaram os eixos estruturantes, conforme o item 03 deste Relatório, que apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa, bem como os nós críticos e as questões norteadoras do processo investigativo.

A oficina que ocorreu durante dois dias, envolveu os seguintes atores: Coordenação Geral da Pesquisa PNQTUR; Coordenações Regionais da Pesquisa PNQTUR; Pesquisadores do Núcleo de Análise Documental; Pesquisadores de campo das Regionais; e, Equipe técnica do MTur.

A metodologia de trabalho da oficina foi composta pelas seguintes etapas: Apresentação da Metodologia de Triangulação de dados pesquisados e análise crítica das causas dos nós críticos; Apresentação e discussão da Análise Documental Quali-Quantitativa da oferta e demanda de qualificação em turismo, estas realizadas pela coordenação geral da Pesquisa e pelos pesquisadores do Núcleo de Análise Documental.

Após a etapa de apresentação dos dados pela equipe de análise documental, conforme Apêndice 09 e 10, deste relatório, iniciou-se a etapa de discussão dos resultados das pesquisas de campo de base territorial, a partir de quatro grupos de discussão.

Os participantes dos grupos de discussão foram alocados conforme a região pesquisada, os quatro grupos de discussão contaram com a seguinte divisão: Análise da Região Sul 01 e 02, Análise da Região Nordeste 01, 02 e 03, Análise da Região Norte/Centro Oeste e Análise da Região Sudeste 01, 02, 03 e 04, composto por pesquisadores das regiões e relatores indicados pela Coordenação Geral da Pesquisa.

No processo de discussão dos grupos foi possível que os pesquisadores regionais pudessem apresentar os resultados das entrevistas realizadas durante o processo investigativo nos territórios em quadros síntese (Anexo 05). As entrevistas foram realizadas entre 2015 e 2016 com os gestores públicos/representantes do setor que desenvolveram programas de qualificação (conforme identificação na análise dos convênios), egressos e instrutores/professores do PRONATE/Turismo, abarcando 516 entrevistas representativas do recorte espacial e temporal, conforme expressa o quadro 28.

Quadro 28: Entrevistas realizadas pelas coordenações regionais

REGIÃO	GESTORES	EGRESSOS	INSTRUTORES
CENTRO-OESTE	35	38	16
SUDESTE1	06	05	03
SUDESTE 2	18	50	07
SUDESTE 3	09	10	02
SUDESTE 4	12	21	03
SUL 1	21	20	10
SUL 2	21	21	15
NORDESTE 1	08	10	09
NORDESTE 2	26	21	24
NORDESTE 3	19	16	10
NORTE	15	12	08
TOTAL	185	224	107
TOTAL DE TODAS AS REGIÕES	516		

Fonte: Núcleo de Políticas Públicas em Turismo, PMPT/CET/UnB, 2016.

Os grupos de discussão compostos por pesquisadores das regiões utilizaram o quadro de sistematização proposto para metodologia da oficina (Apêndice 11), a partir do diálogo e relatos dos achados das pesquisas territoriais foi possível identificar as evidências no sentido convergente e divergente a cerca da condução dos programas de qualificação em turismo conforme as peculiaridades locais. Cada grupo de discussão junto aos relatores sistematizou o quadro com as informações das regiões.

O panorama tecido por cada grupo e depois debatido com a totalidade dos pesquisadores das diferentes regiões possibilitou entender sobre os achados de campo encontrados, embora possuam algumas semelhanças e nuances e ora evidenciassem questões locais, a construção coletiva permitiu delinear os primeiros ensaios de possíveis eixos da Política Nacional de Qualificação Nacional, conforme Apêndice 12.

Abaixo seguem os achados de cada grupo de discussão conforme divisão feita para a oficina:

5.2.1 ACHADOS DA PESQUISA TERRITORIAL - REGIÃO SUL (01 E 02)

Conforme já descrito neste relatório a Região do Sul do Brasil foi dividida em duas coordenações regionais, coordenadas pela Universidade Federal do Paraná, que foi responsável pela pesquisa no território de Santa Catarina e Paraná, e pela Universidade do Rio Grande do Sul, responsável pela pesquisa no território do Rio Grande do Sul. A partir dos relatórios encaminhados pelas coordenações regionais, conforme anexo 07 e o processo de discussão proposto na Oficina Nacional, teceram-se as seguintes considerações:

- Percebeu-se que existem diferenças com relação aos gestores públicos de cada Estado investigado (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) em função da forma de organização e cultura institucional.
- Identificou-se que quando ocorreu à articulação entre os gestores municipais e estaduais de forma harmônica isso reflete em casos de sucesso de programas de qualificação bem executados.
- Os gestores públicos locais destacaram a importância de ter como eixo estruturante na Política Municipal a qualificação/formação, de forma a dialogar com a Política Nacional do MTur, para que assim, seja possível, melhorar a efetividade e a eficácia das propostas de formação.
- Os professores/instrutores relataram que os casos de sucesso estavam relacionados a características pessoais, como: pedagogia ativa; responsabilidade com o recurso público; interesse em realizar adaptação dos conteúdos; avaliação por projetos; ser morador ou conhecedor da região; comprometimento com a educação; boa qualidade de formação do profissional educador.
- Nos relatos dos egressos percebeu-se que a vulnerabilidade econômica era um problema muito sério, assim como, a fragilidade da autoestima de muitas pessoas, que desacreditavam serem merecedoras a frequentar instituições de ensino, assim como, as fragilidades das perspectivas de carreira e de estudo, muitos desconheciam sobre seus

direitos e deveres de cidadão, alguns possuíam o desinteresse pelos problemas da localidade e muitas vezes os professores não conseguiam dialogar com as localidades, porém, mesmo com tantas fragilidades identificadas nos processos, percebeu-se que o auto reconhecimento como sujeitos permitiu relatos emocionantes de mudança de trajetória de vida.

- Os pesquisadores da Região Sul identificaram que os empresários tiveram a possibilidade de facilitar ou problematizar a efetividade de participação dos trabalhadores nos cursos de qualificação propostos.
- O maior sucesso pelos sujeitos entrevistados deu-se pela presença de profissionais que se esforçaram para possibilitar a qualidade dos cursos foi mencionado nos achados do Rio Grande do Sul, demonstrando que o capital social é fortalecedor e primordial para impactar de maneira qualitativa nos processos de formação.

Os pesquisadores fizeram alguns destaques pertinentes ao processo de gestão dos cursos de qualificação realizados nos territórios investigados, como no caso dos municípios do Rio Grande do Sul, por conta da proximidade, como em Gramado/Canela, Bento Gonçalves/Garibaldi, estes possuíam uma única gestão do programa por parte das instituições ofertantes, o que acarretava os mesmos professores. Outra problemática identificada foi o caso de Gramado/Canela, cujos cursos do PRONATEC Turismo que não eram realizados nas empresas locais e foram oferecidos apenas em Gramado, o que gerava um problema de deslocamento.

Além disso, os pesquisadores relataram que o sucesso de desempenho dos cursos, reflete-se, como no caso da Secretaria de Turismo de Garibaldi, por ter profissionais empenhados na gestão pública, os quais agregam e interferem nas instituições ofertantes para a boa execução dos cursos. A memória institucional do que foi vivido, o que foi feito e o que não deu certo permitiu essa localidade reorganizar melhor seus cursos oferecidos.

Ademais, importante destacar, que alguns entrevistados das regiões relataram problemas de comunicação com o MTur, que pelo entendimento de

alguns entrevistados por dado período não se tinha a compreensão do real impacto da política pública de qualificação, antes pouca valorizada, feita para se cumprir, e a partir de mudanças entre 2012 para 2014, parte dos gestores perceberam o valor dos programas, o que refletiu na melhora da organização de planejamento.

Os pesquisadores destacaram que os gestores públicos por mais que estivessem envolvidos, empenhados, não conseguiram uma boa execução dos cursos, devido a questões estruturais de alguns programas. Havia o esforço do levantamento da demanda, articulação com o executor, divulgação na comunidade, e em alguns casos, depois de todo esse processo desempenhado, o recurso foi cortado pelo MTur e não ocorreu o curso. Depois de 06 meses de planejamento, o impacto dessa articulação e da não efetivação do curso refletiu em descrédito do gestor perante a comunidade. Entretanto, todos os gestores elogiam a iniciativa por parte do MTur em ofertar possibilidades de qualificação e conclamam para a manutenção e oferta de novos cursos (investimentos) como o do PRONATEC.

Sobre as questões pedagógicas dos cursos, os pesquisadores da região, identificaram que embora nos conteúdos dos cursos a questão da cidadania fosse muito pequena, esta muitas vezes era direcionada a partir do professor, que se preocupava, e que para envolver os alunos em sala de aula acabavam incluindo enquanto conteúdos temas e assuntos ligados aos problemas sociais da localidade, no sentido de fomentar o papel cidadão dos sujeitos.

Em algumas entrevistas realizadas nessa região constaram relatos emocionantes de egressos, os quais obtiveram êxitos relativos à mudança de perspectiva de vida, de transformação social, de empoderamento. Exemplos de egressos que participaram do Programa Trilha Jovem e do Instituto Federal, evidenciaram que a realidade de estar e fazer parte de espaços em determinadas instituições foi uma conquista muito importante em suas vidas, pois nunca se imaginaram ocupando estes espaços.

Dessa forma, a partir das entrevistas e do debate entre as coordenações dessa região colocou-se que programas como o PRONATEC proporcionaram uma relação mais cidadã de empoderamento e de vontade de ampliação do conhecimento. O reconhecimento da importância dos cursos, do momento da formatura, de mostrar para a família sua capacitação e de se reconhecer enquanto sujeito, foram impactos positivos para muitos participantes dos programas. E o empenho de professores e gestores dos cursos proporcionou a elevação da cidadania.

5.2.2. ACHADOS DA PESQUISA TERRITORIAL - REGIÃO SUDESTE

A Região do Sudeste do Brasil foi dividida em quatro coordenações regionais, coordenadas pela Universidade de São Paulo, que foi responsável pela pesquisa no território do Estado de São Paulo, pela Universidade Federal Fluminense, responsável pela pesquisa no território do Estado do Rio de Janeiro, pela Universidade Federal de Ouro Preto, responsável pela pesquisa no território do Estado de Minas Gerais, e pela Universidade de Brasília, responsável pela pesquisa no território do Estado do Espírito Santo. A partir dos relatórios encaminhados pelas coordenações regionais, conforme anexo 07, e o processo de discussão proposto na Oficina Nacional, teceram-se as seguintes considerações:

Os achados referentes a pesquisa realizada pela coordenação regional Sudeste 01, que corresponde ao Estado de São Paulo, apresentam as considerações referente aos gestores, professores e egressos entrevistados pela equipe investigativa.

Os achados da pesquisa no que se refere as entrevista com os gestores refletiram em alguns apontamentos, como a diferença entre a dimensão das instituições, entidades de grande porte X entidades de pequeno porte; diferenças na construção pedagógica dos cursos e de materiais pedagógicos; uma série de abordagens para a viabilização do curso nas localidades; cargas horárias dos cursos ora adequadas aos conteúdos e as propostas curriculares, ora não reduzidas; quase que na totalidade não houve o conhecimento sobre a

inserção dos egressos no mercado de trabalho, pois esta ação não era prevista pelos programas governamentais.

Em alguns casos, apesar da noção de cidadania encontrar-se presente no discurso dos gestores, o reconhecimento do processo de formação profissional para o turismo e a hospitalidade, se deram de maneira pouco compreendida ou superficial, não havendo relação evidente entre o gerenciamento das propostas pedagógicas e a progressão escolar propriamente dita.

Os achados indicam que há uma oferta de cursos em localidades carentes em função da demanda por qualificação, porém, sem algumas localidades não possuíam atividades turísticas, o que poderia ser repensado na oferta em virtude da própria demanda local. Em outros casos, atenderam-se os profissionais já atuantes na área, com o aprimoramento de suas competências profissionais.

Evidenciou-se que os pressupostos dos programas foram cumpridos, sem ações para além do que foi previsto, em um determinismo lógico e pontual. Encontraram-se relatos de professores/instrutores dos cursos de qualificação a cerca do esforço próprio para realizarem a aproximação do conteúdo do curso com a realidade, pois estes percebiam a referida necessidade para a formação dos alunos, e isto muitas vezes não estava previsto na elaboração dos conteúdos dos cursos. Os entrevistados colocaram que acreditam que a qualificação contribui para o desenvolvimento do turismo, mas não apresentam dados concretos para essa afirmação sobre a situação dos egressos dos cursos.

Os professores/instrutores entrevistados relataram que não participaram do processo de mobilização e elaboração dos cursos, apenas seguiram o planejamento feito e repassado pelos gestores do programa nas instituições ofertantes. Ainda relataram que houve evasão por motivos pessoais dos alunos e também devido a horários conflitantes entre as aulas e o trabalho, considerando que muitas vezes, parte dos empregadores não compreendia e não apoiava os esforços de seus profissionais em se qualificarem.

Os alunos foram avaliados em frequência e conhecimentos adquiridos e os instrutores recebiam também suporte da coordenação pedagógica para suas dificuldades/necessidades

Os achados referentes à entrevista com os egressos indicaram que alguns cursos foram superficiais e não agregaram um diferencial ao currículo profissional, sendo necessária a realização de cursos complementares. Esse fato contribuiu para desmotivar a permanência dos egressos na área. Foram propostas noções básicas do contexto do turismo e da hospitalidade, não sendo capazes de desenvolver o pensamento crítico dos alunos ou estimulá-los para melhor aperfeiçoamento profissional no futuro. Alguns egressos relataram que houve experiências positivas no decorrer do curso, sobretudo, o entendimento do lazer do morador em atrativos apropriados pela e para o turismo. Entretanto, conforme os achados, os cursos não tiveram impacto significativo na vida profissional de todos, e não permitiram ampla inserção no mercado de trabalho.

Entre os apontamentos feitos pelos egressos muitos afirmaram que a carga horária foi insuficiente para o pleno aprendizado e melhor qualidade do curso. Expressaram também o reconhecimento de que o ato de servir, trabalhar com serviços, atender ao turista, não está ligado a uma situação de subserviência, mas, as condições salariais são baixas e a carga horária é extensiva na área de turismo e hospitalidade, problematizando a qualidade dos empregos na área.

Os achados da pesquisa de campo referente à região Sudeste 02 abrangeu a pesquisa no território do Estado do Rio de Janeiro, a partir dos municípios do recorte territorial, abaixo seguem alguns achados dessa região.

Com relação aos gestores entrevistados muitos relataram sobre a ausência de acompanhamento da metodologia e também sobre a qualidade do conteúdo disponibilizado pelas instituições ofertantes. Por parte dos gestores públicos houve o apontamento sobre conteúdo dos cursos, muitas vezes, seguir o modelo de outros cursos já ofertados pelas instituições, desconsiderando o contexto local. A oferta dos cursos seguiu, de maneira geral, a disponibilidade de cursos que a instituição ofertante possuía e não o

que a comunidade local necessitava, tanto em relação ao tipo de curso, quanto aos horários e locais de oferta.

Os achados da pesquisa de campo apontaram que o perfil do aluno era desconsiderado para inscrição nos cursos, o que aumentava a evasão e causava uma insatisfação em relação à burocracia para pagamento de bolsas aos estudantes. As falhas percebidas tangem a problemática da ausência de gestão, como a falta de controle sistemático dos egressos para verificar questões de empregabilidade, elevação da renda ou continuidade dos estudos. Embora, existam respostas positivas nesses quesitos, em que a iniciativa privada considere a qualificação como algo essencial, essa importância não se reflete em uma preferência por contratação de mão de obra qualificada ou elevação do salário de pessoas qualificadas. Outro achado de caráter positivo a partir dos cursos de qualificação foi o aumento na condição cidadã dos egressos, na medida em que passam a frequentar locais de estudo, de lazer e cultura antes inacessíveis para eles.

Os achados de campo referente às entrevistas com os professores/instrutores apontam que os mesmos tiveram autonomia para incluir em suas aulas informações que consideraram relevantes para a formação dos alunos, incluindo contextualizações da realidade local, porém, esta preocupação variava conforme a atuação do docente.

A empregabilidade dos egressos foi uma preocupação apontada pelos professores/instrutores, pois sentiam um grande desestímulo à continuidade dos cursos por parte dos alunos. Versando ainda sobre os achados referentes a esses atores houve o apontamento sobre a dificuldade na realização dos cursos devido à heterogeneidade de conhecimento dos discentes e a problemas na formação de base dos estudantes. Os professores/instrutores relataram que foram realizadas avaliações com os docentes pelas instituições, mas não ocorreu o *feedback*, sobre os respectivos desempenhos. Os professores/instrutores relataram casos de superação de estudantes, considerando que a existência desses cursos contribuiu para a transformação dessas pessoas.

Os achados da pesquisa demonstram que na percepção dos egressos houve ações de qualificação, de forma geral, com qualidade metodológica, de conteúdo e de profissionais, possibilitando o vislumbre de uma carreira, de continuidade de estudos, de desejo em trabalhar na área, mas, infelizmente, com muitas dificuldades encontradas de inserção no mercado de trabalho. Para os atores entrevistados existiu um aumento de sua condição cidadã, na medida em que passaram a frequentar locais de estudo, de lazer e cultura antes inacessíveis para eles.

Dentre os achados de campo realizados pela equipe de pesquisa na região sudeste 02 – Estado do Rio de Janeiro, é importante destacar outras considerações que contribuíram no processo da pesquisa, como a falta de articulação institucional das ações de qualificação de mão de obra para o turismo no estado do Rio de Janeiro; a descontinuidade na gestão e a mudança frequente nos responsáveis pelos projetos; as Instituições credenciadas para ofertar PRONATEC não realizaram ações efetivas e os profissionais formados pelo PRONATEC, em sua maioria, não estavam atuando na área de formação; falta de monitoramento e registro das ações por parte das Associações de Classe e Instituições Ofertantes. Houve também no decorrer do desenvolvimento do trabalho de campo respostas negativas de concessão de entrevistas da principal instituição ofertante.

Na Observação de Campo constatou-se que os profissionais atuantes não passaram por iniciativas de qualificação e alguns nem sequer sabiam da existência dessas ações públicas. Um ponto crucial de gestão foi identificado versando sobre a ausência de monitoramento de todas as ações, o que impediu a elaboração de diagnósticos indicando quantas pessoas realmente foram qualificadas, onde elas estão nesse momento, o que pensam sobre o treinamento recebido. Importante ressaltar que a ausência de ações de qualificação reflete em muitos prejuízos, vezes maiores do que a realização das ações, ainda que com necessidade de ajustes.

Foram observados casos de sucesso nas ofertas de curso que levavam em consideração a realidade local (em relação ao conteúdo, horário de realização, o perfil do aluno e o local de oferecimento), assim como também

houve a boa aceitação das ofertas de qualificação por parte da sociedade, relevando a importância das ofertas de qualificação no aspecto da cidadania, para além da formação técnica.

Os achados referentes à pesquisa de campo realizada pela equipe de pesquisa da região Sudeste 04 no território de Minas Gerais, contribuem em uma perspectiva analítica de todos os processos evidenciados nos outros estados da Região Sudeste. Como pode ser percebido na análise abaixo, que compõe o relatório apresentado (Anexo 07) e descrito a seguir.

Não é possível desconsiderar a colonização das mentes, principalmente, nessa quadra da história, aonde as demandas do capital vêm não somente dessa força objetual, mas, também e contraditoriamente, dos sujeitos inseridos em sua lógica expansionista e, portanto, explorados por ele. Por isso, se a ascensão e o domínio de uma função educacional é a de atender aos atuais e renovados anseios reprodutivos do mais valor e a “formação” para o técnico-operacional (onde a irreflexão é estratégica), à educação factual é imposta sua verdadeira função, qual seja: a descolonização do pensamento que conduz a reflexão justamente por não separar as dimensões do técnico, do intelectual e do político.

Nesse sentido, cabe aos professores-pesquisadores portadores dessa preocupação o compromisso de pensar, ponderar e explicar a sociabilidade de onde emerge o Estado (e esta política pública). Dito de outra forma: antes de receituários, a universidade precisa fornecer aos sujeitos ou à sociedade as explicações do movimento do real com o intuito de orientar as suas ações, objetivando, assim, uma formação intelectual que inclua (e não para) os processos operacionais. Se isso até pode ocorrer em termos conjunturais (temporais) e pontuais (em escalas reduzidas) por meio do Estado, em termos gerais não se concretiza, pois é a sociedade civil quem forma a estrutura estatal e não o contrário. Dessa maneira, de nada adianta a busca por sua superação (assim como das formas políticas) se não superada a forma valor mais desenvolvida.

Mesmo ao se considerar que uma diversidade de questões e mazelas não podem ser suprimidas nas raias da atual formação social, intelectuais

orgânicos em conjunto com as classes representativas do trabalho devem levar à cabo a averiguação quanto aos encaminhamentos do Estado, incluindo os convênios com as associações ditas sem fins lucrativos, as propostas pedagógicas dos cursos FIC e o alinhamento de programas (como o PRONATEC) à manutenção do poder político, o que fica claro quando, após as eleições de 2014, teve execução financeira ainda mais deficiente, com o atraso de cerca de seis meses nos pagamentos à docentes no âmbito dos IF's. Sendo inexistente a efetiva participação popular (a qual deve-se promover em meios às adversidades), não poderia ser diferente o excesso de liberdade de instituições participantes e, conseqüentemente, os resultados duvidosos na aplicação dos recursos públicos, mesmo nos estreitos limites dos propósitos de capacitação. Evidencia-se, assim, que se tratam de cursos que se enquadram em uma via de mão única, onde conteúdos são definidos mais conforme conveniências de ofertantes aliadas à anseios empresariais (contínuos e/ou datados) e menos segundo o eixo-norteador de uma formação ampliada, a qual incluiria o questionamento da capacitação que se dá somente por e para a empregabilidade.

Frente às questões apontadas, coloca-se como proposta a criação e fortalecimento de um grupo que tenha condições de atuar criticamente em relação ao Estado (e não com o Estado) no sentido de expor as formas políticas jamais desvinculadas de uma perspectiva de classe. Isso se justifica, pois, mesmo conjunturalmente, não vemos possibilidades da atuação de forças no aparelho do Estado que se posicionem contra o capital e na reformulação dos cursos FIC (e, de forma mais ampla, das próprias instituições) pelo e para os produtores diretos. O que se reserva ao Estado atual, no máximo, seria uma revisão dos mecanismos de fiscalização dos convênios e de instituições ofertantes (conforme alguns dos nós críticos observados) sob o discurso e prática de uma participação assistida (ou democrática formal), o que pode promover meras mudanças quantitativas para a manutenção do status quo fundamental.

5.2.3. ACHADOS DA PESQUISA TERRITORIAL - REGIÃO NORDESTE

Como o Nordeste é uma das maiores regiões do cenário brasileiro, foi necessária uma subdivisão, conforme já descrito neste relatório. Assim, a região foi subdividida em três, sendo a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, correspondente a região denominada Nordeste 01, responsável pela pesquisa no território dos Estados do Rio Grande do Norte, de Pernambuco e da Paraíba, a região denominada Nordeste 02 foi coordenada pelo Instituto Federal da Bahia correspondendo a pesquisa territorial nos Estados da Bahia, da Alagoas e da Sergipe e a região Nordeste 03 ficou sob a coordenação da Universidade de Brasília correspondendo a pesquisa no território nos Estados do Ceará, do Maranhão e do Piauí.

Nas três regiões pesquisadas observou-se que o engessamento do MEC na padronização de cursos dificultou o processo de ensino aprendizagem nas regiões do Brasil, devido a sua não adequação do conteúdo as realidades locais. Pode-se notar a não participação dos professores/instrutores, os quais normalmente eram da localidade, na construção dos planos de cursos, o que resultou com que as suas ações não estivessem condizentes com a demanda local. De toda forma, percebeu-se que em alguns projetos houve momentos de diálogo e de realização de reuniões prévias com o trade turístico para reconhecimento das principais demandas, tais ações contribuíram para a melhor definição das temáticas dos cursos e de seus conteúdos programáticos.

Percebeu-se uma notória valorização da população quanto aos cursos capitaneados por tais instituições de ensino superior, haja vista que muitos indivíduos de baixa renda e com baixa escolaridade não conseguiam reconhecer qualquer possibilidade de estudarem nessas instituições tão próximas a eles, apesar da carga horária ter sido insuficiente, bem como a inadequação da carga horária e turnos; a necessidade de aprofundamento do conteúdo e a falta de acompanhamento e monitoramento.

Existiu também certa dificuldade na identificação de uma notória contribuição das ações de qualificação para o processo de desenvolvimento do turismo local e para geração de emprego e renda, causando uma sazonalidade

- necessidade esporádica de mão de obra para trabalhar no setor. Percebeu-se a utilização de mão de obra informal na alta temporada e um número bem significativo das comunidades em situação de risco e com certa vulnerabilidade socioeconômica e uma baixa perspectiva de futuro.

Observou-se que os cursos em sua maioria trabalham as questões que possibilitam a autoafirmação dos sujeitos, pois em relato de campo esse fator foi evidenciado. No entanto, a falta de acompanhamento desses egressos não possibilita verificar se essas ações realmente foram efetivas.

Percebeu-se a falta de uma orientação profissional e pessoal para a continuidade da formação, apesar de muitos relatos apontarem que a participação no curso foi estimuladora para a continuidade dos estudos.

Verificou-se que houve uma tentativa dos professores em realizarem uma pedagogia ativa (atividades práticas), mas, muitas vezes, essa ação não foi possível, devido ao engessamento dos projetos pedagógicos, muito menos ações destinadas à pedagogia problematizadora. Vale destacar que as instituições de ensino públicas federais, tais como universidades públicas, conseguiram atingir o objetivo de apresentação de uma pedagogia ativa (pela realização de vivências de campo, visitas técnicas e dinâmicas em sala de aula) assim como uma pedagogia problematizadora.

Foi observado que há uma avaliação extraoficial, não regular por parte dos gestores, baseados em relatos dos egressos, apesar de terem sido identificados exceções, pois houve avaliações recorrentes por parte de coordenadores pedagógicos em algumas regiões. Desta forma, identificou-se a necessidade de definição de indicadores de eficácia no processo de gestão.

Com isso, a Região Nordeste 01, 02 e 03, permitiram ampliar o entendimento sobre o processo ocorrido na implementação de programas e projetos de qualificação em turismo, a partir da diversidade e da complexidade de percepções dos principais atores envolvidos. A partir da vivência *in loco* foi possível captar especificidades de problemas, lacunas de oportunidades e estratégias locais que foram capazes de sobrepor obstáculos de ordens política, logística, infraestrutural, cultural, social e econômica, natural-ambiental, além de incertezas diversas no decorrer do processo.

Dessa forma, foi possível captar os principais nós críticos que se fazem relevantes para a reflexão e análise da relação dos processos de qualificação no aumento da competitividade (hospitalidade) nos destinos turísticos, não apenas que compõem a Região Nordeste 01, 02 e 03, como também numa esfera de entendimento geral no cenário brasileiro.

5.2.4. ACHADOS DA PESQUISA TERRITORIAL - REGIÃO NORTE

Conforme já descrito a região Norte foi coordenada pela Universidade do Pará correspondendo a pesquisa no território dos Estados do Amazonas e do Pará conforme os municípios do recorte territorial. Os achados da pesquisa de campo indicam que os gestores tiveram papel importante no direcionamento das capacitações em função da forma com a qual as instituições se organizam, um exemplo foram os Institutos Federais, por meio do PRONATEC Turismo, como um dos principais articuladores dessa capacitação.

Os achados indicam que os problemas foram em relação à empregabilidade e a formalidade desses egressos, que ainda era um processo tímido ou sem nenhuma existência, como problemas nos repasses de recursos. Não se percebeu aprofundamentos maiores no que se refere às contextualizações globais/locais, muito em função do tempo dos cursos, como evidenciado em fala de gestora do IFPA. Não houve na maioria dos entrevistados a informação do acompanhamento para permanência nos cursos.

Um dos pontos positivos dos achados de campo foi à mudança de mentalidades de empresários em relação aos cursos ofertados, assim como, a mobilização para divulgação das inscrições.

Já no que se referem aos professores/instrutores, os mesmos tiveram alguns problemas referentes a repasse de recursos, bem como, adequações de projetos pedagógicos, havendo uma ausência de unidade nos processos de criação dos cursos, que evidenciaram a fragilidade de um programa mais estruturado. Entretanto, como ponto positivo foram testemunhos quanto a sua própria formação, experienciadas nos processos de ensino e qualificação profissionais desses programas ou ações pontuais.

Já os egressos apontaram que houve dificuldades desses alunos entrarem no mercado de trabalho por meio da formação, bem como a conciliação do horário do curso/emprego. Alguns colocaram que a partir do curso foi possível uma migração para o ensino do sistema formal, elevando a sua estima e desenvolvimento pessoal.

Os achados dessa região apontam para a existência de entraves como a ausência de proposta sistêmica com objetivos nacionais e propostas regionalizadas; uma necessidade de estudos das mudanças no turismo brasileiro e nas novas perspectivas do setor, no que diz respeito a viagens regionais, pequenos negócios, economia criativa, autogestão, TBC e mudanças na matriz de hospedagem e A&B; o entendimento do trabalho como cultura; necessidade de formações emancipatórias e a necessidade de um Observatório de Políticas de Qualificação em Turismo.

5.2.5. ACHADOS DA PESQUISA TERRITORIAL - REGIÃO CENTRO-OESTE

A pesquisa territorial na Região Centro-Oeste do Brasil ficou sob coordenação da Universidade de Brasília, conforme já indicado neste relatório, abrangendo os Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal nos municípios do recorte territorial proposto. Os achados de campos indicam que os gestores relataram que nos casos onde se constatou a articulação entre os gestores e a sociedade civil organizada, por meio de Associações, constataram-se casos de sucesso, tendo como exemplo as cidades de Bonito e Pirenópolis.

Observou-se que a ausência da “memória” da política nas localidades dificultou à gestão e continuidade das ações de qualificação, como também, a falta de estrutura física e a falta de pessoal para realizar o devido acompanhamento. As unidades remotas dificultaram a gestão de processos pedagógicos, no entanto, esses puderam ser superados pelo empenho dos professores, que se mantiveram engajados com os cursos propostos.

Um ponto bastante favorável foi a construção de conhecimento sobre a política do MTur, que contribuiu para melhorar a efetividade e a eficácia das

propostas de formação e a importância da formação na área do turismo para definição do modelo de turismo e seus impactos na qualificação/formação, havendo uma percepção na melhoria da qualidade na prestação de serviço após os programas de qualificação.

Houveram muitos casos de sucessos em relação aos professores/instrutores, em especial com características pessoais: preocupação e responsabilidade acerca do recurso público, comprometimento com a educação e a sua formação. Estes tiveram interesse em realizar adaptação dos conteúdos, em proporcionar uma pedagogia mais ativa e os egressos se sentiam mais seguros quando os professores/instrutores eram morador ou conhecedor da região.

Já os egressos possuíam uma vulnerabilidade econômica, necessitavam de atenção para elevar a sua estima e não vislumbravam perspectivas de carreira e de estudo e, sua respectiva inserção social, como também, a compreensão de direitos e deveres de cidadão; interesse pelos problemas da localidade; reconhecimento da oportunidade da formação; auto reconhecimento como sujeito, oportunizando uma mudança de trajetória de vida sendo possível melhorar e seu relacionamento na sala de aula e acesso as Instituições de Ensino.

5.2.6 DEFINIÇÃO DO CONTEÚDO PROPOSITIVO DA POLÍTICA NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO

Todos achados evidenciados pelas pesquisas nos territórios indicam semelhanças e peculiaridades. Entretanto, considera-se que os programas e cursos ofertados por meio de convênios e gestão do Ministério do Turismo contribuíram para a elevação da qualidade dos destinos. Porém, a gestão dos processos de qualificação necessita ser melhorada para que os impactos positivos possam ser percebidos pela sociedade, principalmente, na perspectiva da elevação do emprego e renda dos trabalhadores na área do turismo e a conseqüente elevação da cidadania.

O processo de pesquisa territorial deu as condições para a elaboração da Política Nacional de Qualificação Profissional do Turismo, os seus eixos norteadores foram construídos de forma participativa com todos os pesquisadores envolvidos, desde o Sul ao Norte do país. Tal processo foi iniciado a partir do segundo momento da Oficina Nacional – Pesquisa sobre a Política Nacional de Qualificação, realizada em agosto de 2016. Assim, após a identificação, seleção e priorização de problemas, bem como o debate das causas, sintomas e feitos, os pesquisadores estavam prontos para desenhar o conjunto de ações ou operações necessárias e suficientes para atacar as causas fundamentais dos problemas = nós críticos, ou seja, a hora de definir o conteúdo propositivo da política nacional de qualificação em turismo.

Nessa perspectiva, os pesquisadores em discussão consideraram que numa trajetória histórica de 15 anos de investimentos, a política de qualificação teve seus méritos, inclusive, o próprio PRONATEC, o qual permitiu o acesso para muitos das comunidades distantes. Porém, para que o desenvolvimento territorial e integrador entre as diferentes instâncias e territórios de fato se efetivem é necessária uma política de formação profissional em turismo, que vise à construção de cidadania, a construção de uma carreira profissional conforme indicação do PNUD, pois os conteúdos dos cursos de qualificação não contemplam questões como: geracional / diversidade / gênero / socioantropológicos. Assim, os pesquisadores indicaram como conteúdo necessário e propositivo para a construção da política nacional de qualificação em turismo as proposições que seguem:

- Concepção de política pública e compreensão do que é turismo;
- Forma de implantação e desenvolvimento da política – questão metodológica - Processo de construção da base territorial;
- Participação efetiva em todas as escalas políticas/níveis – nacional/estadual/municipal na elaboração das estratégias da política de Estado que garanta uma autonomia participativa;
- Articulação do aporte crítico para a construção do conhecimento e pesquisas das instituições de ensino federais;
- Definição dos ofertantes / executores;

- Definição das responsabilidades – articulação entre os Ministérios / articulação com as outras políticas relacionadas à qualificação;
- Definição das responsabilidades dos atores sociais;
- Proposição de uma Instância Interministerial;
- Estruturação pedagógica (didática) com a contemplação da diversidade das diferenças regionais, locais respeitando as diferenças de escolaridade e o contexto socioproductivo;
- Utilização da capacidade instalada já existente dos Institutos Federais para o desenvolvimento da formação profissional em turismo;
- Demandas que superem a correlação entre as competências da ACT's para uma formação de comunidades de base territorial;
- Monitoramento e avaliação dos processos para verificar a eficácia da formação;
- Formação continuada;
- Educação e formação profissional em turismo como possibilitadores do desenvolvimento territorial;
- Política Pública de educação e formação profissional em turismo como estruturante de carreiras profissionais – diminuição da informalidade, elevação da escolaridade, conseqüentemente, propiciador do ciclo virtuoso (PNUD);
- Ampliação da qualidade pedagógica e eficácia das ações de educação e formação profissional como estratégia fundante da política pública de turismo para ampliação da competitividade do turismo nacional;
- Concepção da formação profissional no turismo como educação para a cidadania e ampliação do capital social das comunidades.

Os apontamentos realizados pelos pesquisadores no processo participativo da oficina nacional realizada foram complementados com as discussões dos seminários regionais e do seminário nacional, realizados entre outubro e dezembro de 2016 para a construção da Política Nacional de Qualificação conforme descrito no item 6 deste relatório.

5.3. SEMINÁRIOS REGIONAIS

Os seminários regionais ocorreram durante outubro de 2016 e possibilitaram o encontro das equipes regionais com os atores sociais que participaram das entrevistas, além de outros convidados relevantes da área de turismo que puderam colaborar com percepções vivenciadas. Os seminários foram organizados pelas coordenações regionais e contavam com a participação de integrantes do Núcleo de Coordenação da Unb e técnicos do MTur, os quais apresentaram os processos da pesquisa percorrido e os eixos estruturantes da PNQT.

A data e a programação dos seminários regionais foram previamente validadas com o Núcleo de Coordenação da pesquisa, atendendo as especificidades locais, e seguindo a metodologia proposta, que objetivava socializar a produção da pesquisa e validar os dados construídos ampliando a participação de base territorial.

A dinâmica dos seminários foi encaminhada conforme a seguinte pauta: Apresentação do Projeto pela Coordenação Nacional; Apresentação dos dados coletados na Região correspondente pelas equipes de pesquisa territoriais, conforme anexo 06: Discussão/Debate; Encerramento – Contribuições das Regiões para a Política Nacional de Qualificação em Turismo.

Abaixo segue tabela constando as datas e os locais de realização onde ocorreram os seminários regionais.

Tabela 03: Relação dos Seminários Regionais

REGIÃO	DATA E LOCAIS DE REALIZAÇÃO	APRESENTAÇÃO DA EQUIPE DE PESQUISA REGIONAL
Sul 01	14/10/2016 – Curitiba/PR	Anexo 06
Sul 02	31/10/2016 – Garibaldi/RS	Anexo 06
Sudeste 01	17/10/2016 – São Paulo/SP	Anexo 06
Sudeste 02	25/10/2016 – Rio de Janeiro/RJ	Anexo 06
Sudeste 03	21/10/2016 - Brasília/DF	Anexo 06
Sudeste 04	01/11/2016 – Ouro Preto/MG	Anexo 06
Centro Oeste	21/10/2016 – Brasília/DF	Anexo 06

Norte	25/10/2016 – Belém/PA	Anexo 06
Nordeste 01	31/10/2016 – Natal/RN	Anexo 06
Nordeste 02	24/10/2016 – Salvador/BA	Anexo 06
Nordeste 03	31/10/2016 - Natal/RN	Anexo 06

Fonte: Elaborada pelos próprios pesquisadores, 2016.

Assim, por meio dos encontros presenciais foi possível fazer a devolutivas para aqueles que contribuíram no processo de pesquisa e coletar sugestões para a análise dos nós críticos, validando mais uma vez, a importância de processos democráticos e participativos na construção de conhecimentos.

5.4. RESULTADO DO SEMINÁRIO NACIONAL DA POLÍTICA NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO EM TURISMO

O Seminário Nacional da Política Nacional de Qualificação em Turismo ocorreu dia 03 de dezembro de 2016 no Centro de Excelência em Turismo – CET/UnB (Anexo 08). O evento reuniu professores, estudantes, atores da sociedade civil em geral e também integrantes do MTur com o objetivo de analisar e debater o papel da educação e da qualificação profissional em Turismo, suas perspectivas e possibilidades para a inclusão social e a promoção do desenvolvimento humano.

Às 08h30minh ocorreu a Mesa de Abertura com os seguintes representantes: Decanato de Pós-Graduação – UnB, Representante do Ministério do Turismo, Direção do CET/UnB, Coordenação do Curso de Graduação em Turismo do CET/UnB, o espaço de fala enfatizou sobre a relevância da temática em questão e versou sobre a construção da PNQT.

Na sequência, iniciou-se, a Mesa Redonda com o tema - Políticas Públicas e Inclusão Social – O papel da educação e qualificação profissional, coordenada pela senhora Neuza Helena Portugal dos Santos, representante do Ministério do Turismo, tendo como palestrantes: Prof. Dr. Antonio Carlos Castrogiovanni – UFRGS, que trouxe para o debate colocações sobre a concepção da formação profissional no Turismo como educação para a cidadania e ampliação do capital social das Comunidades. O referido professor

questionou sobre a construção do conhecimento e também versou sobre o espaço turístico, como sendo um misto, um híbrido, um composto de formas-conteúdo que são respostas processuais advindas da comunicação ao longo do tempo, o que exige, portanto, refletir sobre a educação. Destacou que se deve considerar que não há uma realidade em si, mas sim os infinitos sentidos de realidade, na qual, cada sociedade (de) têm a sua construção intertextual, constituída individualmente, a partir da ação/vida de cada sujeito, porém, esta se constitui coletivamente por meio da educação. Por fim, destaca-se outra colocação feita ao longo de sua palestra, na qual o professor afirma que seja fundamental para a formação do profissional do Turismo uma educação inserida na complexidade que valoriza o conhecimento do conhecimento, e que amplia o capital social de cada sujeito, de forma a qualificar a sua atuação enquanto cidadão.

Após a apresentação do Prof. Dr. Antonio Carlos Castrogiovanni o segundo convidado Prof. Dr. Biagio Mauricio Avena – IFBA inquietou os presentes no evento com sua palestra: A importância dos itinerários dos sujeitos na trajetória de aprendizagem e o recorte na área de turismo. Primeiramente, o referido professor trouxe algumas questões que nos acompanham em nossas discussões: “Quem é esse sujeito? Em qual contexto ele viveu e vive? Quais as condicionantes da sua formação? Qual a sua trajetória: (na Educação de Formação Geral? e na Educação Profissional?) Qual o seu desejo atual? Como atender a esse desejo? Qual itinerário seguir? ” Na sequência, após as indagações e problematizações realizadas, o professor identificou e versou sobre o reconhecimento dos distintos sujeitos envolvidos-Viajante / Turista / Profissional, e estes todos, complexos e multirreferenciais devem ser o centro para o desenvolvimento do turismo.

Para agregar a discussão a terceira palestrante - Prof^a. Dr^a. Silvana do Rocio de Souza – UFPR versou sobre o tema: Direitos fundamentais - o Direito a Educação e Cultura, trazendo a reflexão que desde que “Ciência é poder” o homem percorreu um longo caminho e que direito e dever são termos correlatos, não se pode afirmar um direito sem afirmar o dever de respeitá-lo. A professora muito bem apresentou sobre a relação - poder e liberdade – na

qual, quanto mais se estende o poder, mas se restringe a liberdade. A efetivação dos direitos a educação e cultura, assim como aos direitos humanos em geral, não devem ser tratadas como objeto, mas como compromisso, ponto de suma importância no contexto de retrocessos que vivenciamos atualmente. A professora muito bem problematizou e dissertou sobre o tema, e trouxe inquietações como – “o que é preciso para se ter os direitos fundamentais à educação e cultura?” Na sequência colocou que quando se quer chegar mais rapidamente à meta, os caminhos são dois: encurtar a estrada ou alongar os passos e destacou que a única razão para a esperança é que a história conheça os tempos longos e os tempos breves e a história dos direitos dos homens está nos tempos longos. Para finalizar, a professora, fez a seguinte colocação: “o que é necessário para se ter confiança? Nas palavras de Kant, conceitos justos, uma grande experiência e sobretudo, muito boa vontade”.

As colocações dos professores convidados e a condução da mediação junto à representante do MTur vislumbraram sobre temas de relevância sobre a qualificação, a qual muitas vezes é reduzida como algo pontual e não permite o empoderamento dos sujeitos como cidadãos.

Após o espaço de debate da primeira mesa seguiu-se o Seminário Nacional com relatos de boas práticas da qualificação em Turismo - Achados Territoriais da Pesquisa da Política Nacional de Qualificação em Turismo, coordenado pelo Prof. Dr. João Paulo Faria Tasso – UnB. Este espaço contou com a presença de convidados entrevistados durante a pesquisa de campo. Esse momento foi importante no evento, pois permitiu a reflexão de práticas humanizadas que ocorreram em distintas localidades, demonstrando como certas metodologias possibilitaram transformações sociais e ressaltando, por meio das falas dos sujeitos dos territórios, a importância da qualificação em um processo de desenvolvimento.

Às 14h30 retornamos com a Mesa Redonda - Impactos das políticas públicas de qualificação e desenvolvimento humano, coordenada pelo Prof. Dr. Mario Carlos Beni - CET/UnB, tendo como palestrantes: Prof. Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega – UFRN, o qual versou sobre o tema: Política Pública, Qualificação e Inovação: uma sinergia em destinos turísticos? O

referido professor fez um panorama dos primeiros cursos de Turismo no Brasil e uma junção de aspectos essenciais para uma política de qualificação turística que abarca: tendência, diversidade, adversidade, pesquisa, consulta e interesses pessoais e coletivos e externou, na sequência, uma pergunta: “qual o papel das instituições no processo de qualificação?” Pergunta norteadora e de extrema relevância, pois, as instituições deveriam atender as demandas sociais, econômicas, culturais e ambientais de diferentes setores da sociedade; gerar e compartilhar o conhecimento produzido no campo científico; formar “cidadãos” aptos para atuarem no mercado turístico; formar “cidadãos” para a vida = exercício da Cidadania; compreender a competência técnica como competência interpessoal.

Na sequência o segundo palestrante, o Prof. Dr. Aguinaldo Fratucci – UFF relatou sobre os Desafios de um turismo para todos e fez a seguinte indagação: “Quem são todos?” O professor argumentou que todos os agentes sociais envolvidos na produção do turismo, entendido como prática social contemporânea: Turistas; Empresários – trade turístico; Agentes públicos; Trabalhadores; Comunidade receptora, estes atores todos representam papéis distintos e importantes, os quais devem ser questionados sob o desenvolvimento do turismo. O professor colocou alguns desafios como a serem superados no cenário do turismo como: distâncias; preços; idiomas; diferenças culturais; legislação dos destinos turísticos; acessibilidades físicas e legais, etc.

Para finalizar a mesa o Prof. Dr. Rodrigo Meira Martoni - UFOP trouxe o tema - Reflexões acerca do Estado – Contribuições para a análise de Políticas Públicas no campo do Turismo. O professor colocou que são duas as perspectivas de análise em relação ao Estado precisam ser consideradas - a primeira o abarca de forma mais generalizada e o compreende como instituição que não age independentemente da sociedade que o formata, sendo disposto e dimensionado de acordo com os anseios da classe dominante. Já a segunda perspectiva refere-se ao enfoque de uma dada conjuntura histórica e espacial, onde se verifica a relevância das possibilidades que podem ser concretizadas a partir das instituições e dos recursos estatais, o que explica as relações

conflitantes travadas entre grupos políticos que dominam ou buscam dominar partes dessa estrutura. Por essa vertente de análise, “[...] o Estado é muito mais do que o exercício de poder por um governo, tendo de incluir todas as possibilidades pelas quais o poder pode ser exercido. Nisso, a estrutura específica das instituições é importante (embora não fundamental)” (HARVEY, 2005, p. 90). Após sua fala ele indagou: “E a Política Nacional de Qualificação em Turismo? Ela tem a preocupação com a dinâmica econômica, independentemente das condições dos trabalhadores em turismo. Quais são essas condições?”. Em seguida fez algumas considerações de extrema relevância sobre o cenário atual como a existência de poucos trabalhadores sindicalizados; sindicatos de negócios os quais não são combativos; salários abaixo da média nacional; trabalho sazonal e insegurança no emprego; mais informalidade do que formalidade; trabalho parcial; etc. De forma crítica e analítica colocou como as pactuações atendiam aos ofertantes, as instituições e não as pessoas e as demandas locais, o professor citou como exemplo a partir do trabalho de campo realizado em sua região sobre os interesses de Instituições como o Senac, instituição procurada pelas prefeituras para ofertar a maioria dos cursos, a qual subcontratava alguns professores e pagava cerca de 1/3 em relação aos Institutos Federais, sendo que esses, no âmbito do PRONATEC turismo, receberem somente 5% dos recursos e que essa condução refletiu na determinação de suspensão de convênios com entidades sem fins lucrativos destinados à qualificação profissional pelo TCU. Para alertar sobre essas situações o professor alertou sobre os órgãos colegiados que aparentemente possuem ares democráticos, porém, podem discutir uma série de questões, mas as deliberações estão postas antes, no momento da composição de seus quadros, o que nos mostra o quanto as políticas progressistas se valem do Estado capitalista.

As inquietações colocadas pelos professores participantes fomentaram sobre a condução e a forma de construção sobre as políticas públicas, o quanto o não entendimento das responsáveis dos distintos atores sociais reflete no limite das ações, como assim, se apresentou ao longo da história.

Por fim, após o encerramento da meda redonda do período da tarde, realizou-se outra rodada de relatos de boas práticas na qualificação em turismo: achados da Pesquisa da Política Nacional de Qualificação em Turismo com o coordenador: Prof. Dr. João Paulo Faria Tasso - UnB e a presença de convidados entrevistados durante a pesquisa de campo. Mais uma vez demonstrando como o elo e o compromisso de determinados sujeitos possibilita construções de capital social e empoderamento, para além, de um mecanicismo pontual.

Ao fim do evento realizou-se a mesa de encerramento enfatizando sobre a importância dos debates realizados e as indagações trazidas a esse espaço, posto que o processo de encontro de vários sujeitos enriqueceu o fomento da construção da PNQT, a qual, desde o princípio tem se pautado em um processo democrático de participação e construção.

6. PRODUTOS RESULTANTES DA PESQUISA

O processo de pesquisa realizado tem como finalidade a elaboração de um documento de referência para a formulação da Política Nacional de Qualificação em Turismo, conforme Apêndice 02 (Plano de Trabalho do Termo de Execução Descentralizada). Esse documento será referendado pela comunidade por consulta pública e avaliação do Conselho Nacional de Turismo, ao final do processo centenas de atores serão envolvidos na construção desta política.

Assim, é de grande responsabilidade, seja ética e moral, como epistemológica o uso das informações recolhidas, dos dados construídos que se somarão as reflexões teóricas aqui tecidas. É importante registrar que as informações dos atores pesquisados, por entrevistas, não constam neste relatório, por ser um acordo ético de sigilo das fontes, as informações estão tratadas pela metodologia e assim generalizadas e interpretadas. O banco de dados pertence ao Núcleo de Políticas Públicas, do Mestrado Profissional em Turismo do CET, grupo de pesquisa registrado no CNPq, e que será o guardião

das informações as quais são de uso restrito aos pesquisadores associados, resguardado o sigilo das fontes.

Registra-se, formalmente nesse relatório, o agradecimento ao MTUr, pela então SNPDTur, que na época confiaram na equipe do CET/UnB a feição deste termo de execução descentralizada, assim como, o agradecimento se estende aos 09 coordenadores regionais das Universidades Federais do Paraná (UFPR), do Pará (UFP), do Rio Grande do Sul (UFRGS), do Rio de Janeiro (UFF), de Ouro preto (UFOP), do Rio Grande do Norte (UFRGN), de Brasília (UnB), da USP e do Instituto Federal da Bahia que aceitaram o desafio, de tão pouco tempo, construir conhecimentos a partir da base territorial de 78 municípios brasileiros, o que somou 516 entrevistas, além da análise de documentos. Uma equipe de 48 pesquisadores formou uma rede solidária de conhecimento que teceu sob a coordenação do CET/UnB o documento preliminar com a proposta da Política nacional de qualificação em Turismo e os produtos do termo de referência:

- a) Relatório da pesquisa avaliativa dos arranjos territoriais possibilitadores da qualificação do turismo nacional – Apêndice 08;
- b) Design do curso para gestores públicos do turismo – Apêndice 07;
- c) Documento preliminar com a proposta da política nacional de qualificação no Brasil para a comunidade e parceiros – Apêndice 13.

Todos os documentos elaborados tiveram como insumo a realidade reconstruída pela pesquisa territorial matriz referencial da investigação de campo, e reflexões a luz das teorias ocorridas nas oficinas e seminários regionais entre os pesquisadores da rede nas oficinas, entre os pesquisadores da rede e os atores locais e a coordenação nacional do projeto (UnB) e o demandante MTur. A dimensão participativa e co-autora entre os membros da rede de pesquisadores trilhou a construção de uma metodologia de pesquisa ação - pesquisa em que o conhecimento é transposto na resolução dos problemas apontados pelas realidades investigadas. O processo de co-autoria culminou no debate ampliado com atores de diferentes campos da formação e

qualificação profissional em turismo e hospitalidade na esfera nacional e latino-americana.

A metodologia da triangulação de dados e fontes, a luz da dialética histórico materialista, resultou em uma síntese que está expressa no documento preliminar. Síntese provisória, sujeita a indeterminações e silêncios a respeito de “um meta discurso substitutivo”, ao diagnosticado. Parte do pressuposto do que o que dizemos acerca do dizemos é sempre mais do que sabemos. Neste excesso reside o limite da crítica, a dificuldade que na crítica há sempre algo de autocrítica.

Até o momento da elaboração final deste relatório as etapas previstas da consulta pública e ao CNTUR (meta 2, Etapa 2.6, Ações 2.6.1 e 2.6.2), não ocorreram razão da não inclusão neste relatório final.

REFERÊNCIAS

ANSARAH, M. G. dos R.; REJOWSKI, M. 1994. Cursos superiores de turismo e hotelaria no Brasil. In: **Turismo em Análise**, São Paulo, ECA-USP, v.5, n.1, p.116-128, 1994.

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria**: reflexões e cadastro das instituições educacionais no Brasil. São Paulo, Aleph, 2002.

BAGAGI, Leone Coelho. **Estudo sobre o desenvolvimento das potencialidades do turismólogo nas empresas turísticas de Petrolina**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/estudo-sobre-o-desenvolvimento-das-potencialidades-do-turismologo-nas-empresas-turisticas-de-petrolina/16780/>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

BARRETO, Margarita; TAMANINI, Elizabeth; DA SILVA, Maria I. P. **Discutindo o ensino universitário de turismo**. Campinas: Papirus, 2004.

BARRETTO, Margarita; TAMANINI, Elizabete; e SILVA, Maria Ivonete Peixer da. **Discutindo o ensino universitário de turismo**. Campinas, SP: Papirus, 2004. (Coleção Turismo).

BENI, Mário. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BRASIL, Eneida. **Turismólogo: o promotor do encontro**. Disponível em: <<http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?idconteudo=1639>>. Acesso em: 11 ago. 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Censo da educação superior**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **E-MEC**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Balanco de gestão**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downlo

ads_publicacoes/Balanco_de_Gestao_MTUR_para_web-baixa.pdf>. Acesso em: 16 set. 2015

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diretrizes nacionais para qualificação em turismo.** Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/noticias/todas_noticias/Noticias_download/mtur_book_diretrizes_para_publicacao.PDF>. Acesso em: 20 nov. 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Documento referencial – Turismo no Brasil 2011/2014.** Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/download/ads_publicacoes/Turismo_no_Brasil_2011_-_2014_sem_margem_corte.pdf> Acesso em: 20 nov. 2015

BRASIL. Ministério do Turismo. **Índice de Competitividade do Turismo Nacional: DESTINOS INDUTORES DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL: RELATÓRIO BRASIL 2008.** Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Índice de Competitividade do Turismo Nacional: DESTINOS INDUTORES DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL. RELATÓRIO BRASIL: 2009.** Brasília: Ministério do Turismo, 2009.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Índice de Competitividade do Turismo Nacional: DESTINOS INDUTORES DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL. RELATÓRIO BRASIL: 2010.** Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Índice de Competitividade do Turismo Nacional: DESTINOS INDUTORES DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL. RELATÓRIO BRASIL: 2011.** Brasília: Ministério do Turismo, 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Índice de Competitividade do Turismo Nacional: DESTINOS INDUTORES DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL. RELATÓRIO BRASIL: 2013.** Brasília: Ministério do Turismo, 2013.

_____. Ministério do Turismo. **Índice de Competitividade do Turismo Nacional: DESTINOS INDUTORES DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL. RELATÓRIO BRASIL: 2014.** Brasília: Ministério do Turismo, 2014.

_____. Ministério do Turismo. **Boas Práticas em Turismo**. Brasília: Ministério do Turismo, 2014.

_____. Ministério do Turismo. **Índice de Competitividade do Turismo Nacional: DESTINOS INDUTORES DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL. RELATÓRIO BRASIL**. Brasília: Ministério do Turismo, 2015.

_____. Ministério do Turismo. **Boas Práticas em Turismo**. Brasília: Ministério do Turismo, 2015.

BRIDI, Guilherme; DOS SANTOS, Márcia M. C. **Formação e atuação do turismólogo no cenário das agências de turismo: contrapondo competências**. Porto Alegre: EDIPUCRS - Editora Universitária Metodista IPA, 2012.

CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA – **MEC 2010** – Disponível em: <<https://www.puc-campinas.edu.br/handlers/arquivos/?arquivo=2067>>. Acesso em: 27 Set. de 2016.

MOESCH, M.; GENTIL-NUGENT, V.; SILVA, L. G. ; SILVA, L. C. B. ; ANDRADES, T.; PENA, L. C. S. ; BRASILEIRO, I. L. G. Qualificação dos Profissionais do Sistema Produtivo do Turismo, 2013. In.: **Relatório de Pesquisa para o Observatório de Turismo da Secretaria de Turismo do Distrito Federal**. Brasília, 2014.

CAZALIS A. et al. (org.) **Empregabilidade e Educação: novos caminhos no mundo do trabalho**. São Paulo: Educ, 1997.

CAZALIS, Pierre. Menos aula, mais conhecimento. In.: **PUCRS Informação**, Porto Alegre, ano 30, nº 135, jan/ago, 2007. p. 24-25

CELLARD, André. A análise documental. In.: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 2010.

DEGRAZIA, Carolina F. **Construindo competências na formação profissional em turismo**. Disponível em: <<http://periodicodeturismo.com.br/site/artigo/pdf/Construindo%20Compet%C3>>

Ancias%20na%20%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20Profissional%20em%20Turismo.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2014.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos**. Campinas: Papirus, 2001.

_____. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1980.

DENCKER, Ada de Freitas M. **Pesquisa e interdisciplinaridade no ensino superior: uma experiência no curso de turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

DIEESE, D. **Caracterização dos trabalhadores nos segmentos de turismo e hospitalidade**. 1. ed. Brasília: Zeni Impressos, 2014. v. 1. 72p.

DRUCKER, F. Peter; et al. **As 5 perguntas essenciais que você sempre deverá falar sobre sua empresa**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

DUARTE, J. **Entrevista em profundidade**. In: DUARTE, J.; BARROS, A.[Org.] Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. (org) **Educação e crise no trabalho: perspectivas de final de século**, Petrópolis, Vozes, 2001.

GADOTTI, M. **Concepção Dialética da Educação: um estudo introdutório**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983.

GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka M. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.

GAZOLA, Leandro. **O papel do turismólogo frente ao desenvolvimento turístico nacional**. Disponível em: <http://www.trilhaseaventuras.com.br/diarioviagem/viagem.asp?id=156&id_colunista=14>. Acesso em: 12 ago. 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Acordo de Cooperação Técnica nº 23/2009 CODEPLAN/IPEA**. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/8186860-Acordo-de-cooperacao-tecnica-no-23-2009-codeplan-ipea.html>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

JAFARI, Jafar. La cientifizacion del turismo. In: **Estudios y Perspectivas em Turismo**. CIET, 1994. p. 7-29.

LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. P. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LEI DE DIRETRIZES E BASES. **Lei nº 9.394**. Brasília, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 10 Set. de 2016.

LEITE, Ricardo A. C. **Turismo: a necessidade de profissionalização**. Disponível em: <<http://www.revistaturismo.com.br/artigos/profissionalizacao.html>>. Acesso em: 11 ago. 2012.

LIMA, A. V. B.; SILVA, S. D. C. M. Bacharel em turismo: profissional sem formação de mercado ou mercado sem conhecimento da profissão. In: **Anais Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós Graduação em Turismo**, 4, 2007. São Paulo: 2010.

MAJCHRZAK, Ann. **Methods for policy research**. London: Sage Publications, 1984.

MINGOTI, S. A. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos – Edição 2015**. Brasília: MEC; SETEC, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei n. 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 out. 2011d

MOESCH, M. **Epistemologia social do turismo**. In.: Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Relações Públicas, Propaganda e Turismo, Escola de Comunicação e Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. v1 e v2.

MOESCH, M. et al. **Turismo: 9 propostas para um saber-fazer**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

MOTA, K. C. N. Educação superior em turismo no Brasil: análise dos cursos no contexto contemporâneo e a oferta tecnológica nos Institutos Federais no Nordeste. In.: **Tese** (Doutorado em Administração e Turismo), Itajaí: UNIVALI, 2011.

NETO, Paulo Alexandre; NATÁRIO, Maria Manuela. A indústria transformadora da raia central ibérica e o processo de inovação territorial. In.: **Território e desenvolvimento econômico**. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

NOSCHANG, J. **O modelo teórico SISTUR diante da complexidade do fenômeno turístico**. In.: Dissertação de Mestrado - Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, Mestrado Profissional em Turismo, 2014.

PENA, Luiz Carlos Spiller e MOESCH, Marutschka. **A transposição do conhecimento no desenvolvimento sustentável do turismo e o papel dos Observatórios de Turismo**. ANPTUR/ São Paulo, 2016.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano**. O Trabalho como Motor do Desenvolvimento Humano. Cidade: Editora, 2015.

POCHMANN, M. **Educação e Trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?**. São Paulo: Cortez, 2004.

POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In.: POPART, J.; DESLAURIES, J-P.; GROULX, L-H.; LAPERRIÈRE, A. ; MAYER, R. ; PIRES, A. P. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

REJOWSKI, M.; CARNEIRO, J. B. Formação e capacitação de recursos humanos em turismo. In.: **Turismo contemporâneo: desenvolvimento, estratégia e gestão**. São Paulo: Atlas, 2013.

SAUL. A. M. e FREITAS J. C. **Políticas públicas de qualificação – desafios atuais**. São Paulo: A+ Comunicação, 2007.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo. Cortez, 1983

SILVA, E. L. MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Eryl M. de C.; TRENTIN, Fábila; MORAES, Cláudia C. de A. Panorama dos cursos de turismo das universidades públicas federais da região sudeste do Brasil. In: **Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.anptur.org.br/ocs/index.php/seminario/2010/paper/view/639>>. Acesso em: 26 mai. 2014.

SOGAYAR, R. L., REJOWSKI, M. **Ensino superior em turismo em busca de novos paradigmas educacionais**: problemas, desafios e forças de pressão. Disponível em: <<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/viewFile/2501/2068>> Acesso em: 10 Set de 2016.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José. **Desenvolvimento econômico regional**: uma revisão histórica e teórica. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. Volume. 8, número. 2, p. 344-369. Taubaté, SP: 2012. Disponível em: <<http://rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/viewFile/679/296>>. Acesso em: 20 Ago. de 2016.

VERGNAUD, Gérard. **A formação de competências profissionais**. In.: Revista do Geempa, s/ano, p. 63-75.